

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 881
8 de Novembro de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

IMPOSTOS: vamos pagar mais!

Se...

... tiver um filho e em sua casa entram 180 contos por mês dos ordenados da família...

... e se...

... forem aumentados 13,5% em 1991 (o que significa que ficam a ganhar o mesmo, porque é o valor da inflação)...

... então...

pagava 273.800\$00 de IRS e vai passar a pagar 313.100\$00, isto é, um aumento de 17%,

mais 40 contos!

Nota da Comissão Política do CC do PCP e quadros nas páginas centrais/Semana

7 Novembro de 1917 uma data inapagável

• Editorial

Assembleia da DORL EM LISBOA UM PCP MAIS FORTE

Págs. Centrais
/Em Foco



Encontro PCP-CNA

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal acompanhado de outros dirigentes do Partido, avistou-se na sede da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, com uma delegação da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, constituída pelos dirigentes João Vieira, Belarmino Pintor e eng.º Joaquim Barata.



Encontro PCP-PEV

Realizou-se na passada terça-feira, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes um encontro de delegações do PCP e do PEV, constituídas, respectivamente, pelos camaradas Luís Sá e Edgar Correia, da Comissão Política do CC do PCP, e Jerónimo de Sousa, da CEN, e Luis Guerreiro, João Lázaro e Isabel de Castro, da Comissão Executiva do PEV.

Aveiro Jornadas de reflexão sobre o desenvolvimento

• Intervenção de Carlos Carvalho Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

ORGANIZAÇÃO	Porcentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120	130	140
Regional de VILA REAL	65,03	[Bar chart showing 65% completion]													
BRAGANÇA	45,10	[Bar chart showing 45% completion]													
BRAGA	99,99	[Bar chart showing 100% completion]													
VIANA DO CASTELO	52,36	[Bar chart showing 52% completion]													
PORTO	48,40	[Bar chart showing 48% completion]													
CASTELO BRANCO	47,17	[Bar chart showing 47% completion]													
GUARDA	30,00	[Bar chart showing 30% completion]													
COIMBRA	45,29	[Bar chart showing 45% completion]													
AVEIRO	50,00	[Bar chart showing 50% completion]													
VISEU	26,83	[Bar chart showing 27% completion]													
SANTARÉM	30,99	[Bar chart showing 31% completion]													
LEIRIA	23,20	[Bar chart showing 23% completion]													
LISBOA	43,99	[Bar chart showing 44% completion]													
SETÚBAL	22,50	[Bar chart showing 23% completion]													
ÉVORA	45,19	[Bar chart showing 45% completion]													
BEJA	22,16	[Bar chart showing 22% completion]													
PORTALEGRE	20,05	[Bar chart showing 20% completion]													
FARO	67,10	[Bar chart showing 67% completion]													
ÁCORES	11,83	[Bar chart showing 12% completion]													
MADEIRA	30,83	[Bar chart showing 31% completion]													
JCP	56,00	[Bar chart showing 56% completion]													
EMIGRAÇÃO	74,38	[Bar chart showing 74% completion]													
CENTRAL E DIVERSOS	134,02	[Bar chart showing 134% completion]													

125.323.443\$00

Mais de 125 mil contos foram já atingidos nesta campanha para a compra do terreno da Atalaia, terreno definitivo da Festa do «Avante!». Neste esforço final em que todos os comunistas estão empenhados com a finalidade de fazer cumprir as metas das diversas organizações antes do final do ano, e de destacar o esforço da Organização Regional de Braga, praticamente a ultrapassar os 100 por cento, sendo a segunda organização a consegui-lo, depois de a Organização Central ter há um mês ultrapassado essa meta e registar agora um valor muito elevado e bastante acima do que no início do ano se propusera cumprir. Um exemplo para as outras organizações!

7 de Novembro de 1917 uma data inapagável

No dia de ontem, num momento internacional marcado pela mais séria ameaça à Paz das últimas décadas numa área de conflitos das mais sensíveis do globo e do próprio sistema capitalista mundial - a dos campos petrolíferos do Próximo e Médio Oriente -, passou o 73º aniversário da Revolução de Outubro, ele também num momento marcado pela mais grave crise do sistema socialista mundial desde a sua criação.

É uma singular coincidência susceptível de uma profunda reflexão e ponderação de todos os que prezam a Paz, a Democracia e o Progresso Social.

Duas crises em ebulição, de natureza diferente, de diferente agudeza, mas não necessariamente separadas em compartimentos estanques, ambas se impondo de modo responsável à consciência universal das forças progressistas.

O aniversário de ontem assinala um passo decisivo na História da Humanidade.

Setenta e três anos separam dos dias actuais a Grande Revolução Socialista de Outubro, feito heróico do proletariado russo, inscrito com letras de fogo no historial de luta pelo socialismo e a emancipação social da classe operária de todos os países.

Pela primeira vez na História da Humanidade, sobre uma sexta parte do globo foi instaurado o poder de classe dos operários e dos camponeses e criada uma grande comunidade socialista de povos até então submetidos à servidão e à opressão colonial-feudal. A consigna «Paz, Pão e Terra!» foi alcançada sob o fogo da Revolução. Nas duras condições de uma violenta guerra civil, em pleno rescaldo da primeira grande conflagração mundial - cujo terminus a Revolução de Outubro apressou -, sob o assédio de mais de três anos de intervenção armada de 14 países, comandada pelas principais potências capitalistas da época, a jovem República Soviética soube vitoriosamente resistir, tornar-se uma grande potência socialista e afirmar-se, um quarto de século mais tarde, como espinha dorsal da resistência dos povos e da grande coligação de forças que derrotou nos campos de batalha a poderosa máquina de guerra do nazi-fascismo.

São setenta e três anos de um prodigioso e espinhoso percurso semeado de heroísmos e dramas, de vitórias e derrotas, de avanços e recuos, de expressão e amplitude tais que lhes conferem um peso decisivo no processo histórico, um processo em que o positivo e o negativo foram componentes inevitáveis de uma experiência única na sociedade humana que inspirou e abriu caminhos novos e promissores à luta dos trabalhadores e dos povos e alcançou conquistas de dimensão universal e histórica.

E contudo, neste acidentado percurso, contradições e desfazamentos não suficientemente acautelados foram formalizando um modelo de socialismo desajustado das realidades da sua época, moroso e atrasado na aplicação criadora das impetuosas inovações da ciência e da técnica - a que os sábios soviéticos tinham dado uma contribuição pioneira de pri-

meiro plano -, desajustado das novas condições de desenvolvimento democrático e humano da sociedade socialista. Erros se acumularam com uma gravidade e volume inadmissíveis e o socialismo na prática distanciou-se dos grandes princípios leninistas ainda válidos para a fase contemporânea do desenvolvimento social.

Por seu lado não foi feita a necessária reformulação teórica das novas realidades. A teoria deixou de corresponder às exigências práticas de correcção dos erros e desvios que estão hoje na base da crise actual e da falência do modelo burocrático de socialismo, generalizado ou imposto à vasta comunidade de povos e países até há pouco integrantes do campo socialista mundial. Erros e desvios que estão na raiz das negativas e profundas alterações surgidas nos últimos dois anos no mapa político do leste europeu.

Na própria estrutura interna da União Soviética desvios e conflitos nacionalistas minaram e ameaçam a unidade do Estado Soviético, a tradicional amizade entre os povos da URSS.

A «perestroika» surge como exigência inadiável de correcção, no quadro do socialismo, dos endémicos desfazamentos desse modelo desajustado da vida e das realidades sociais contemporâneas, num processo que defronta dificuldades e obstáculos ainda por superar nas áreas decisivas da economia, das relações sociais e nacionais, da ideologia, e se propõe a edificação de um socialismo fiel ao legado da Grande Revolução de Outubro.

A Resolução Política saída da última reunião do CC do PCUS soa como um grito de alerta contra os factores dissolventes da necessária mobilização dos recursos materiais e humanos, das vontades e da inteligência dos soviéticos para a urgente correcção dos desfazamentos e deficiências na frente económica, na frente social, na frente cultural, na frente ideológica e na frente política. Medidas foram consideradas para uma mais correcta definição do papel orientador do PCUS, do trabalho de direcção central, das relações entre o Partido e o Estado.

Neste 73º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro os comunistas portugueses, todos os amigos da União Soviética e todos os partidários do socialismo em Portugal olham com esperança e confiança os esforços dos comunistas e do povo soviético para a superação da crise actual.

Nunca foi tão válida como na actualidade a observação de Lênine quando considerava que «na edificação do mundo novo mais de uma vez teremos de concluir, refazer e recomeçar do princípio» sob a exigente condição de uma firme posição do poder, de uma acção acertada ao nível do partido, do aprofundamento da sua democracia interna.

A batalha pelo socialismo vai continuar nas novas condições como objectivo superior do movimento comunista e operário de todos os países.

O Partido Comunista Português põs nos

seus XII e XIII Congressos a construção de uma democracia avançada no limiar do século XXI como passo necessário da transição para o Socialismo em Portugal. A bandeira do Socialismo continua a nortear a luta dos comunistas portugueses.

Sim, é ainda uma batalha de incertos resultados que reclama toda a tenacidade, a inteligência e a abnegação revolucionárias dos combatentes.

Alguns irão ficando pelo caminho - outros virão engrossar as nossas fileiras.

Mas os jeremias que nas curvas mais apertadas e decisivas do movimento revolucionário renegam o socialismo e o património positivo da Grande Revolução de Outubro erram e falham em pontos fundamentais.

Alguns, poucos, agem como ratos pouco inteligentes que abandonam ou se preparam para abandonar o navio julgando-o em transes de afundamento. Confundem uma avaria reparável nas máquinas com um rombo sem remissão. Esquecem que o esforço tenaz dos tripulantes pode repor a plena navegabilidade, acertar a bússola e corrigir eventuais desvios de rumo, retomar a rota de um socialismo renovado e repensado que decididamente ponha no centro o Homem, a satisfação das suas necessidades básicas, materiais e espirituais e ao qual ele dê o melhor das suas capacidades, do seu empenho, do seu trabalho criador.

Alguns dos transfugas dão como consumada a falência do socialismo, comportam-se como meros registadores daquilo que consideram as falhas, os erros, as deficiências, as «chagas» do socialismo, passaram-se - ou estão em vias de passar-se - para os arralajs do capitalismo cujos méritos, belezas e «benesses» passaram a exaltar.

Para alguns deles o sistema capitalista é a alternativa lógica para a crise do socialismo. Na sua opinião, o sistema capitalista, na sua última expressão imperialista, perdeu a sua natureza exploradora, escravizadora e agressiva.

Exactamente a «outra crise», a que criou o abcesso do Golfo, é esclarecedora do verdadeiro carácter do regime de exploração capitalista e do imperialismo, da sua natureza agressiva e belicista.

O gesto anexionista de Saddam Hussein, que conta neste momento com a solidariedade e apoio de milhões de árabes pode ter dado o pretexto desejado pelas forças mais agressivas do sionismo e do Pentágono para criar no Golfo um clima de tensão; e de grave ameaça à Paz, como saída para a crise e a recessão da economia dos Estados Unidos e para ocupar e dominar uma região de valor estratégico mundial.

Os arautos das «benesses» do capitalismo bordam em todos os tons a crise - real, evidente - do sistema socialista mundial, mas calam pudicamente as inegáveis manifestações de uma nova e grave crise do sistema capitalista mundial, em particular a que sacode a principal potência capitalista do mundo - os Estados Unidos - e os esforços do Pentágono e do complexo militar-industrial para sair dela pela

Resumo

31

Quarta-feira

Carlos Carvalhas conclui uma deslocação de cinco dias à Madeira, onde, entre outras iniciativas, participou no 4.º Congresso Regional do PCP ■ Severiano Falcão retoma as suas funções na presidência da CM de Loures ■ A fragata «Sacadura Cabral» e o navio «São Miguel» largam de Lisboa, rumo, respectivamente, à Turquia e à Arábia Saudita (este via Inglaterra) ■ Em declarações ao «DN», o ministro da Administração Interna defende alterações à lei dos partidos políticos ■ O Tribunal de Contas autoriza a CM de Coimbra a contrair um empréstimo obrigacionista de 500 mil contos ■ O Tribunal de Relação de Lisboa manda repetir o julgamento de Monsanto do «Caso GAL» ■ Com uma deslocação a Évora, termina a visita do presidente finlandês a Portugal ■ Confrontos entre hindus e muçulmanos na cidade santa de Ayodhya, leva o exército indiano a reforçar o recolher obrigatório no Norte do país ■ Nacionalistas moldavos que tentam impedir a minoria gagauze de separar-se da república ocupam dois postos fronteiriços entre a URSS e a Roménia.

1

Quinta-feira

Deslocando-se a Bragança, Porto e Matosinhos, Mário Soares inicia a sua pré-campanha eleitoral ■ O «New York Times» e o «Washington Post» criticam o presidente Bush por esquecer o Congresso nas suas decisões sobre o Golfo e não evitar a divisão na aliança anti-Iraque ■ Três meses depois de rebentar a crise do Golfo, as principais bolsas de valores internacionais continuam a cair, registando uma quebra global de 20 por cento e perdas de triliões de dólares ■ Na URSS é aprovada uma nova lei do investimento ■ Demite-se o vice-primeiro-ministro britânico, Geoffrey Howe.



2

Sexta-feira

O PCP é contra quaisquer tentativas de ingerência administrativa na vida dos partidos políticos — afirma Luís Sá à Lusa, comentando as declarações do MAI, Manuel Pereira, ao «DN» ■ O Governo decide iniciar a privatização do Banco Português do Atlântico ■ Dificultado por acções de sabotagem da Unita, inicia-se o Programa Especial de Assistência a Angola, iniciativa da ONU para ajudar as vítimas da fome e da seca ■ A Assembleia Nacional de Moçambique aprova o texto da nova Constituição do país.



3

Sábado

Decorrem em Aveiro as jornadas de reflexão sobre o desenvolvimento integrado do distrito, iniciativa do PCP em que participa Carlos Carvalhas ■ James Baker inicia uma ronda por sete países que se opõem ao Iraque, para discutir «condições» e «restrições» quanto a uma acção militar no Golfo ■ Uma delegação europeia afirma que 60 mil pessoas foram dadas como desaparecidas no Sri Lanka desde que, em 1987, o governo iniciou operações contra os guerrilheiros ■ O parlamento moldavo decide formar unidades armadas locais e rejeita o envio para a República de tropas da União.

4

Domingo

Numa conferência em Portimão, o ministro Fernando Nogueira afirma que o Estado «terá de ser extremamente cauteloso» relativamente ao avanço do processo de regionalização ■ Israel impõe o recolher obrigatório em campos palestinos da Faixa de Gaza, impedindo o acesso a jornalistas, depois de confrontos que ali eclodiram no sábado, no enterro de Atiya Abdel Ati Al-Zaanin, que morreu na prisão ■ Pavol Kanis, historiador, de 42 anos, é eleito presidente, por um ano, do Conselho Federal do Partido Comunista Checoslovaco no 28.º Congresso ■ Termina em Santarém o Festival Nacional de Gastronomia, que foi visitado por cerca de 120 mil pessoas nesta sua 10.ª edição.

5

Segunda-feira

Em conferência de imprensa, a Comissão Política do PCP comenta as propostas governamentais de Gran-

des Opções do Plano e de Orçamento de Estado para 1991, salientando o contraste entre os princípios inscritos e o conteúdo efectivo da política do PSD ■ Cavaco Silva reúne com o secretário-geral da NATO, Manfred Womerner, que se encontrou com responsáveis portugueses da área da Defesa ■ Enquanto prosseguem as iniciativas oficiais para a libertação dos reféns retidos no Iraque e no Kuwait, a Itália convoca uma reunião extraordinária dos MNE da CEE para discutir o problema ■ No fim-de-semana morreram 28 pessoas em confrontos nos arredores de Joanesburgo, segundo a polícia sul-africana ■ Mineiros de carvão da zona de Silésia fazem duas horas de greve por aumentos salariais e uma reforma da indústria mineira polaca.

6

Terça-feira

São libertados mais dois trabalhadores portugueses no Iraque graças a um pedido feito pela Federação Internacional dos Sindicatos Árabes ■ Torres Couto anuncia a instauração de um processo-crime contra José Brandão pelas acusações feitas por este que, por seu turno, afirma a necessidade de a Procuradoria-Geral da República investigar ilegalidades na UGT ■ Dirigentes da nova direcção de «Os Verdes» eleitos na V Convenção Extraordinária daquele partido encontram-se com dirigentes do PCP ■ A FENPROF decide convocar uma greve de professores para o próximo dia 20, aderindo assim à paralisação da Função Pública ■ O conselho directivo da Associação Nacional de Municípios apela ao Presidente da República contra a proposta de Lei das Autarquias Locais apresentada pelo Governo na Assembleia da República ■ O secretário de Estado norte-americano, James Baker, mantém um encontro com o presidente egípcio, Hosni Mubarak, no âmbito de uma viagem ao Médio Oriente a propósito da crise do Golfo.

via da guerra, da intensificação da corrida armamentista.

Os Estados Unidos concentraram até agora nos desertos da Arábia 400 mil homens e meios militares de alto poder destrutivo. O mundo das negociações armamentistas, das grandes encomendas de guerra, voltou a insuflar oxigénio nos pulmões doentes do complexo militar-industrial.

Entretanto, não é segredo para qualquer cidadão medianamente informada que a economia americana patina numa recessão; todos os indicadores estratégicos acusam uma ameaçadora crise económica e financeira; os Estados Unidos cuja chefia no mundo capitalista é cada vez mais contestada, assume-se cada vez mais, agora no Golfo Pérsico, como gendarme dos povos.

O episódio da aprovação ou da rejeição do Orçamento de Estado americano é um índice das dificuldades actuais. O défice orçamental atingia em Julho a cifra astronómica de 27,3 biliões de dólares!; a produtividade caiu de 2,7 por cento no mês de Maio; o Déficit Comercial atingia em Junho os 5,04 biliões de dólares!; a Dívida Pública era em Setembro de 3 biliões de dólares (equivalente na nossa moeda a 140 mil milhões de contos!) e cresceu 64 por cento em 5 anos. As falências multiplicaram-se: 129 bancos (15 dos quais figurandó entre os 200 maiores dos Estados Unidos) suspenderam pagamentos; das 13 200 instituições bancárias, 1100 atravessavam grandes dificuldades financeiras; as falências em cadeia das Caixas de Poupança atingiram custos de 500 mil milhões a 1 bilião de dólares! Em consequência, o desemprego voltou a subir e galgou os 6 por cento da população activa; aumentam na sociedade americana as manchas de pobreza; com a queda da produção industrial em Agosto de 0,2 por cento também as vendas a retalho caíram 0,6 por cento, atingindo o valor de 149 200 milhões de dólares!

Por exemplo, o Chase Manhattan Bank - o que se prepara para comprar a nossa maior empresa cervejeira - reduziu as despesas em 300 milhões de dólares e suprimiu de um traço 3200 postos de trabalho.

Na RFA - que acaba de anexar a RDA - o panorama social não é mais brilhante: já em 1978 viviam à beira da pobreza 10 por cento dos alemães, cifra actualmente em progressão.

Este é o panorama do mundo capitalista no momento em que se comemora o 73º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

E no Golfo Pérsico cresce a ameaça de guerra que, pode temer-se, venha a concretizar-se.

Alguns comentadores admitem que a administração Bush conteve até ao dia de ontem - dia das eleições estaduais americanas - a abertura das hostilidades, com receio da crescente impopularidade de uma guerra no Golfo, de imprevisíveis consequências para a Paz mundial e que não tem a partir de hoje preocupações eleitorais. Não é de desprezar esta inquietante advertência.

É útil que todos reflectamos nestas duas crises que encham de apreensão todos os que prezam a Paz, a Democracia e o Progresso Social.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matrícula: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sículo, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Rua de São Bernardo, 14
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

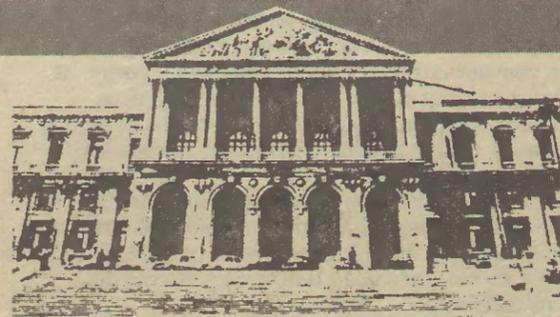
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

LEGISLAÇÃO AUTARQUICA

Alterações negativas têm oposição firme do PCP



O Grupo Parlamentar do PCP manifestou-se abertamente contra o conteúdo das principais propostas que alteram a Lei Eleitoral autárquica e o regime de funcionamento dos órgãos do Poder Local, constantes de seis diplomas apresentados pelo Governo, PSD, PRD e PS, submetidos a juízo do plenário na última semana. Na base da posição sustentada pela bancada comunista está o seu entendimento de que o conjunto das propostas — que não hesitou em considerar «negativas» — não pretendem melhorar o regime eleitoral tendo em vista as eleições autárquicas intercalares e outros processos eleitorais que se aproximam.

Ao contrário, como assinou o deputado João Amaral, no que foi uma crítica frontal dirigida ao PSD e ao Governo, tais propostas enfermam de uma visão centralizadora e deformada do funcionamento democrático das autarquias que nada têm a ver com a reforma democrática do Estado.

«O que move o PSD é a conjuntura. A conjuntura dos próximos actos eleitorais e das dificuldades que eles causam ao Governo e ao PSD». A necessidade de «mudar de assunto», observaria a propósito o deputado comunista, logo esclarecendo, que, se assim não fosse, o processo de regionalização não tinha sido obstaculizado durante estes cinco anos, esta matéria não tinha sido precipitadamente agendada sem a necessária consulta às autarquias e não teria sido rejeitado o reforço dos poderes e papel das freguesias e a possibilidade de exercício do mandato a tempo inteiro dos seus membros.

Listas de cidadãos

Neste pano de fundo enquadrou João Amaral a sua análise às alterações resultantes dos projectos e propostas apresentados, começando por aludir à que possibilita a apresentação de listas às eleições dos órgãos municipais por grupos de cidadãos eleitores.

Não obstante ser uma solução há muito defendida e proposta pelo PCP (chegou a apresentá-la na elaboração da Constituição na Assembleia Constituinte sendo então rejeitada pelo PSD e PS) a verdade é que ela é hoje de «dúvida constitucionalidade» — as palavras são de João Amaral — uma vez que a Constituição refere e tipifica as entidades que podem apresentar candidaturas, não figurando explicitamente os grupos de cidadãos às eleições municipais.

Questão das mais polémicas, a inelegibilidade do Presidente da Câmara para um

quarto mandato foi também claramente repudiada pela bancada do PCP, lembrando João Amaral a este propósito o texto constitucional, o qual, depois de revisão, fixa no seu Artigo 50.º, n.º 3, os limites para a inelegibilidade, reduzindo-os à «garantia da liberdade de escolha dos eleitores» e da «isenção e independência do exercício dos respectivos cargos».

Nenhuma destas situações, está bem de ver, moveu o Governo na apresentação da sua proposta, nela se insinuando, antes, uma «grave suspeição», no dizer de João Amaral, que a considerou igualmente como uma proposta que fere um direito fundamental: «o princípio do primado dos direitos fundamentais dos cidadãos», isto é, uma «restrição desproporcionada de direitos, em violação do Artigo 18.º da Constituição».

Melhor acolhimento na bancada do PCP não teve, por sua vez, a alteração que diminui os poderes de fiscalização das assembleias municipais. Ao elevar de 10 mil para 25 mil contos o limite a partir do qual é precisa a autorização da Assembleia para a Câmara adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, segundo João Amaral, a proposta «enfraquece o poder fiscalizador», de nada adiantando a chamada «moção de censura», já que esta não tem qualquer eficácia jurídica.

Presidencialização das Câmaras

Alvo de contestação por parte do Grupo Parlamentar comunista foi também a presidencialização das Câmaras Municipais, prevista no projecto do PSD, através nomeadamente da transformação do presidente num órgão municipal dotado de poderes próprios.

Para João Amaral, esta alteração fere o princípio constitucional da colegialidade da Câmara Municipal e atinge

• Não é a reforma democrática do Estado que move o PSD e o Governo

— acusou João Amaral

profundamente a democraticidade da vida municipal, porquanto, enunciou, confere ao presidente o poder que era da Câmara de propor vereadores a tempo inteiro, transforma em próprias do presidente competências que lhe eram entregues por delegação tácita da Câmara e atribui-lhe o poder próprio de realizar despesas de elevado valor, poder de que até agora não dispunha.

Questão que não mereceu qualquer espécie de dúvidas à bancada do PCP, justificando claramente a sua posição contra, foi igualmente a alteração que permite a concessão pelo Governo ao Presidente da Câmara da possibilidade de praticar actos de competência da Câmara em situações que ele considere não poderem aguardar pela realização da sessão camarária, e, bem assim, a proposta de alteração do sistema de eleição dos vogais das Juntas.

Esta última, da iniciativa do PS, visa conseguir «artificialmente a monocolorização das Juntas», na perspectiva dos parlamentares comunistas, sendo por conseguinte uma proposta «politicamente inaceitável, porque conduz a retirar pluralidade e democraticidade ao órgão Junta de Freguesia.

«É uma proposta que conduz a aberrações ao permitir uma eleição com mais votos contra do que a favor», observou João Amaral, fundamentando a sua afirmação no seguinte exemplo: «numa freguesia com mais de 20 mil eleitores, o Presidente e os seis membros propostos para a Junta votavam naturalmente a favor, somando sete votos; havia três abstenções e nove votos contra, mas a Junta era "eleita", porque, pela proposta do PS, para o não ser, seria necessária a maioria absoluta dos votos contra.»

Propostas do PCP

Mas não foi apenas nas críticas severas às alterações propostas que a bancada comunista esgotou a sua intervenção no debate. Responsavelmente, dela partiram igualmente propostas concretas que do seu ponto de vista poderão melhorar consideravelmente o regime eleitoral.

É o caso da reforma do regime financeiro das campanhas eleitorais (acabando com a actual situação em que vigora o limite de 500\$00 por candidato para a propagação das listas nas eleições autárquicas) e, bem assim, da regulamentação da publicação de sondagens de forma a acautelar o direito dos cidadãos a uma informação fidedigna, à semelhança do que sucede em muitos países da Europa.

O reforço dos poderes das assembleias municipais, devolvendo-lhes poderes que

lhes foram retirados no tempo do Governo PS/PSD, como a plenitude do poder orçamental, o aumento da operacionalidade das Câmaras (pondo termo à limitação do número máximo de vereadores a tempo inteiro), o reforço das juntas de freguesia (permitindo que em certas condições, alguns dos seus membros possam exercer o mandato a tempo inteiro) e o reforço das competências municipais (devolvendo aos municípios as competências que o Governo lhes retirou em matérias de licenciamento de grandes superfícies comerciais e espécies arbóreas de crescimento rápido), constituem outras tantas áreas relativamente às quais o PCP apresentou propostas concretas, no respeito pelas orientações que presidem à sua acção: descentralizar e privilegiar «os métodos e processos democráticos e participativos».

Agendadas para dia 29 PCP leva a plenário propostas de aumentos das reformas, pensões e abonos

Está já agendado para o próximo dia 29 o debate em plenário de dois projectos de lei incidindo sobre áreas da Segurança Social, projectos que visam corrigir uma das desigualdades existentes na sociedade portuguesa e que por essa mesma razão segundo a opinião dos seu autor — o Grupo Parlamentar do PCP — são «justos, viáveis e exequíveis», justificando-se plenamente por conseguinte a sua aprovação pela Assembleia da República.

No essencial, os projectos preconizam o aumento geral das reformas e pensões e a actualização das prestações sociais em favor da infância, da juventude e família, medidas que no entender dos parlamentares comunistas, como foi sublinhado em conferência

de imprensa, têm em vista garantir a melhoria das condições sociais de vastas camadas da população desfavorecidas e discriminadas, dando resposta a profundas aspirações por estas sentidas.

Trata-se ainda, razão que

explica sem dúvida a oportunidade de iniciativa legislativa e do seu agendamento, de procurar que as soluções advogadas nos dois diplomas possam ser desde já consideradas no quadro da discussão e aprovação do Orçamento de Estado a realizar em breve.

Um propósito que já no passado mobilizara esforços no seio da bancada comunista, designadamente através da apresentação de um projecto de lei com idênticos objectivos, que só um expediente regimental do PSD acabou por impedir que fosse submetido a plenário e vota-

do, muito embora, passados poucos meses, fosse o próprio Governo a reconhecer implicitamente a justeza das propostas do PCP ao atribuir o 14.º mês aos reformados.

Aumento das reformas e pensões

Propostas agora retomadas e actualizadas e que no caso do aumento das reformas e pensões prevêm, em primeiro lugar, a sua equipa-



— Assembleia da República

Uma percepção mais aguda

A partir de hoje, sempre que os portugueses virem na televisão o anúncio ao carro que não têm, à casa com piscina que gostariam de ter, às férias de sonho com que nem se atrevem a sonhar, os móveis e as roupas a que nem com um salário inteirinho conseguem chegar, as bebidas exóticas ou não que nunca provaram, os sucessos que nunca conheceram, só para citar alguns exemplos, podem ficar descansados que isso não é sinónimo de pobreza.

Nem sequer se estiverem a assistir à emissão numa das milhares de barracas que rodeiam os centros urbanos, num quarto alugado com serventia de cozinha para toda a família, ou num cubículo a que só com esforço de imaginação se pode chamar casa. Não senhor, nada disso é pobreza.

Como o senhor ministro Valente de Oliveira fez o favor de nos informar, isso não passa de uma *percepção mais aguda da maneira como os outros vivem*.

O que, como também disse, provoca no comum dos cidadãos a que vulgarmente - e erradamente - se designa por pobres, *um sentimento mais agudo das expectativas de ascensão social, de ascensão de bem-estar*.

Ao fim e ao cabo, o problema de tais cidadãos, se é que existe, não passa de uma questão de *diferencial entre aquilo que têm e as expectativas*.

Ou seja, para o senhor ministro, não fora a comunicação social e a televisão em particular, os portugueses pobres, perdão, menos ricos, nem se davam conta das suas limitações, ou melhor dizendo, da sua situação de menos ricos.

Sim, porque pobres, pobres, há cada vez menos em Portugal, graças à acção do actual Governo. Prova provada disso mesmo, para o senhor ministro, é que *já não se vêem nas aldeias miúdos descalços, sujos, de ranho no nariz*.

Passaram todos a usar *scottex*, perguntar-se-á? Nada disso. Vieram para as cidades, porque há uma progressiva urbanização da população. Quer o senhor ministro dizer com isto *que as cidades e especialmente as duas grandes cidades estão a chamar gente do campo, o que significa que há gente que passa pelos bairros de lata, transita para casas melhores, mas a sua posição é logo ocupada por outro porque na verdade nós estamos num processo de urbanização acelerada*.

Com esta mania de fazer perguntas, que nos caracteriza, não podemos deixar de interrogar em que é que esta corrida para as cidades ilustra o fim da pobreza nos campos. A não ser, claro, pela desertificação. E deixar de ser pobre rural para passar a ser pobre urbano não parece lá grande promoção. Com a agravante de que as concentrações fazem aumentar a concorrência, para além, o que não é de somenos, de tornarem a pobreza mais visível.

É bom lembrar, por outro lado, que o senhor ministro afirma que os pobres do campo habitam os bairros de lata citadinos de passagem. Para casas melhores. O que, como toda a gente sabe, é o que mais fácil há de se arranjar; alugueres são como os cogumelos, facilidades de compra então nem se fala. Basta ter um ordenado que nada tenha a ver com o mínimo nacional, parente pobre que nestas contas não é visto nem achado. E se há gente que nunca consegue sair dos bairros de lata, nem por isso merece a designação de pobre. Lá estão as antenas de televisão a comprová-lo, ajudando as pessoas a perceber que não vivem *ainda como os outros*, mas a alimentar as expectativas tão caras ao senhor ministro.

Tudo provas da velocidade a que o País está a liquidar a pobreza, digam o que disserem as estatísticas e os estudos especializados sobre a matéria. É tudo uma questão de perspectiva, por isso mesmo é que a história *do copo meio cheio ou do copo meio vazio* foi inventada. E se dúvidas houver, o senhor ministro ainda tem outros argumentos de peso: os cabo-verdianos. É vê-los aí a emigrar para Portugal, país a meio caminho de rico que lhes dá trabalho, fazendo o que os portugueses *já não fazem*. Aliás a construção civil, onde as regalias são mais do que muitas e da pobreza não conhece nem o cheiro, indígenas só mesmo de encarregado para cima ou de técnico especializado com curso da CEE.

A mortalidade infantil é a maior da Europa? O analfabetismo continua a ser um estigma nacional? Os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos da Comunidade? A pobreza encoberta não pára de crescer? A criminalidade infantil e juvenil inunda as cidades? É tudo uma questão de perspectiva. Nem o copo existe para outra coisa.

Uns lencinhos de papel, umas alpergatas e umas antenas de televisão resolvem o problema.

■ A. F.

PCP leva a plenário propostas

de aumentos das reformas, pensões e abonos

ração a um montante não inferior a 55 por cento do salário mínimo nacional, o que, de acordo com os 42 500\$00 do salário mínimo nacional propostos pela CGTP, corresponderia a uma pensão mínima de 23.500\$00.

Valor a que deve corresponder igualmente a reforma mínima dos agrícolas, enquanto a pensão do regime não contributivo, actualmente de 11 000\$00, deve passar para 14 900\$00, segundo os deputados comunistas, que defendem também o ajustamento das actuais reformas acima das mínimas, propondo que a diferença entre o seu montante e a pensão mínima se mantenha em valor absoluto.

Quanto à proposta de uma nova fórmula de cálculo preconizada no projecto de lei, trata-se de corrigir o mecanismo actualmente em vigor o qual se tem revelado profundamente injusto e desadequado ao prejudicar os beneficiários com uma longa carreira contributiva e incidir sobre salários desactualizados.

A nova fórmula proposta determina assim que o cálculo do salário base incida sobre a remuneração do melhor ano entre os últimos dez



Os deputados Apolónia Teixeira e Jerónimo de Sousa, acompanhados dos camaradas José Manuel Levy e Manuel Bernardino Ramos, técnicos de Segurança Social, dão a conhecer aos jornalistas as linhas gerais dos dois projectos de lei que visam o aumento geral das reformas e pensões e a actualização do abono de família e outras prestações sociais

(S/12) actualizado com a inflação, diferentemente do que agora sucede em que o cálculo é feito sobre os salários de cinco anos de entre dez.

Para encontrar o montante da pensão a atribuir, de acordo com o articulado do projecto, são propostos para os beneficiários com mais de dez anos de entrada de retribuições 30 por cento do salário base a que acresce 2,3 por cento por cada ano, solução que no entender do Gru-

po Parlamentar comunista permite valorizar os beneficiários com mais tempo de descontos, estimulando simultaneamente a prática contributiva «como garantia de retribuição justa aos que trabalharam ontem e o princípio de segurança para os que trabalham hoje».

Relativamente ao projecto de lei que actualiza as prestações sociais em favor da infância, da juventude e da família esteve no propósito

dos subscritores do projecto valorizar e tornar mais justo o abono de família através de novos valores escolares por idades, salvaguardando-se os agregados familiares de mais baixos rendimentos.

Nesse sentido, os montantes propostos são de 2500\$00 até aos 12 anos, 3500\$00 dos 13 aos 18 anos e de 4000\$00 para os maiores de 18 anos, prevendo-se ainda que aos agregados cujos rendimentos sejam inferiores a duas vezes o salário mínimo, o abono de família do segundo descendente e seguintes seja acrescido de 20 por cento.

Actualizados são ainda os valores do abono complementar a deficientes e as restantes prestações de apoio familiar, nomeadamente o subsídio vitalício (de 11 200\$00 para 14 900\$00), o subsídio por assistência a terceira pessoa (de 6250\$00 para 7500\$00), o subsídio de funeral (de 19 300\$00 para 25 000\$00), o subsídio de casamento (de 13 800\$00 para 20 000), o subsídio de nascimento (de 16 000\$00 para 25 000\$00) e o subsídio de aleitação (de 3050\$00 para 5000\$00), alargando o actual período de aleitação de dez para os doze meses.

CRISE DO GOLFO

PCP favorável a solução negociada

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a reafirmar a sua posição favorável a uma solução negociada para o conflito no Golfo, manifestando simultaneamente a esperança de que as forças que condenam o recurso às armas e defendem a paz acabem por prevalecer. Expressa numa declaração política proferida pelo deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, numa das sessões plenárias da passada semana, esta posição surge no momento em que, como foi lembrado, o «temor da guerra alastra novamente», ganhando corpo a ideia dos que admitem, sobretudo nos EUA, que ela possa ocorrer após as eleições legislativas de Novembro naquele país.

Uma guerra que a deflagrar, tudo o indica, será por iniciativa dos EUA, cujo presidente não esconde a hipótese de «um ataque ao Iraque como saída possível», atitude unilateral tomada ao arripio da ONU — que sempre condenou o recurso ofensivo às armas como meio de resolver conflitos — e que no caso vertente colocaria o país responsável por tal iniciativa «fora-da-lei, em desafio à comunidade internacional».

Para este mesmo aspecto chamou a atenção o parlamentar comunista ao frisar nomeadamente que os Cinco têm dito e redito que quem define o Direito Internacional no Golfo é o Conselho de Segurança e que o cumprimento das decisões daquele alto organismo executivo é obrigatório para todos os Estados membros das Nações Unidas».

Ora se é verdade que a invasão do Koweit pelo Iraque

«foi um acto de brutalidade, violador de normas e princípios básicos do Direito Internacional», tornando por esse motivo fácil o consenso dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança na condenação, justa, de Bagdad através de sucessivas resoluções, não é menos verdade que se o desfecho da crise for a guerra, como lembrou Miguel Urbano Rodrigues, com os EUA a actuarem sem mandato das Nações Unidas, tal equivaleria, na prática, a «calcar aos pés os princípios da moral e do direito justamente invocados para condenar a agressão iraquiana ao Koweit».

«Pior — sublinhou o deputado do PCP —, o eventual bombardeamento de Bagdad, previsto em todos os planos divulgados pela imprensa americana e europeia, destruiria de uma penada todos os esforços feitos desde Agosto para tratar a questão

do Golfo no âmbito da ONU como assunto que diz respeito a toda a Humanidade. Ao passarem por cima do Conselho de Segurança, os Estados Unidos da América implantariam no mundo a lei da selva e fariam da Carta das Nações Unidas um papel sem valor».

Daí que seja oportuno recordar, como o fez da tribuna o parlamentar comunista, o debate nacional actualmente em curso nos EUA sobre os verdadeiros objectivos da «Operação Escudo do Deserto» que já fez deslocar para a Arábia Saudita um corpo expedicionário de mais de 200 mil homens, esforço militar que tudo leva a crer não ter sido motivado pela ambição de fazer respeitar o Direito Internacional e a Carta da ONU.

É que, recordou-o Miguel Urbano, a Casa Branca «permaneceu passiva quando a Indonésia invadiu Timor Leste, quando a Turquia invadiu Chipre, quando Marrocos invadiu o Sahara Ocidental». «O Presidente Bush — prosseguiu — olha para Israel como para um aliado muito íntimo não obstante o governo de Telaviv se recusar a cumprir a Resolução 242 do Conselho de Segurança que ordenou a sua retirada de Gaza, de Golan e da Cisjordânia. E já não falo de Granada e do Panamá!!!»

O envolvimento norte-ame-

ricano no Golfo e os seus objectivos permanentes naquela área são deste modo inseparáveis, na perspectiva do deputado comunista, de «interesses políticos, militares e económicos que se misturam num todo inextricável», ponto de vista que fundamentou citando a propósito a opinião de um membro da Câmara dos Representantes, Sylvio Conte, publicada no «Herald Tribune»: «O aumento do preço de sete dólares por barril aumentaria em 21 mil milhões de dólares por ano o valor da produção petrolífera dos EUA. Isso faz muita manteiga no prato das grandes companhias em prejuízo do consumidor americano».

Pronunciando-se sobre o comportamento do Governo português na presente crise e depois de o criticar pelas facilidades concedidas aos EUA em bases aéreas portuguesas após «um diálogo a que faltou transparência», Miguel Urbano expressou a sua convicção de que «ficaria bem» ao Executivo proceder a um «esforço sério para superar os complexos condicionamentos da política e produzir uma declaração contra a guerra, demarcando-se desde já de qualquer acto de força unilateral, venha de onde vier, à margem das Resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU».

Trabalhadores

CONGRESSO EM SETÚBAL

Progresso social na primeira linha da acção sindical

A União dos Sindicatos de Setúbal (USS), organização intermédia da CGTP-IN, efectua sexta e sábado da semana que vem, no Fórum Luísa Todi, o seu III Congresso. Estarão em debate e serão aprovados documentos com iniciativas práticas sobre desemprego, emprego precário, direitos de organização e acção sindical, de modo a assegurar um «desenvolvimento integrado» que coloque «o progresso social como objectivo do crescimento económico». Haverá eleições.

Num manifesto sobre o Congresso de 16 e 17 do corrente, o Conselho Distrital da USS afirma que o desemprego tem uma taxa altíssima no distrito de Setúbal. Atinge cerca de 17 por cento, com especial incidência nos jovens e nas mulheres.

Quanto ao emprego precário, o manifesto acrescenta que os seus níveis e formas são «altamente preocupantes». Grande parte dos empregos permanentes foram transformados em empregos precários. Abusa-se dos contratos a prazo, de «situações de falso trabalho independente». Assiste-se à «subcontratação de mão-de-obra clandestina». Os trabalhadores nestas condições não dispõem de quaisquer direitos contratuais e de segurança social.

O nível dos salários reais continua a ser muito baixo, sublinha o manifesto da USS. Em vez de se reduzir, agrava-se «o fosso entre os trabalhadores portugueses e os restantes países da CEE».

Nas empresas, prossegue o manifesto, os direitos de organização e acção sindical «continuam a ser fortemente postos em causa». Num quadro social e laboral «ainda bastante desfavorável» aos trabalhadores, a pressão patronal é facilitada pela pretensa «flexibilização» das relações de trabalho. Invariavelmente, resulta daí que o patro-

nato é desresponsabilizado no plano social perante os trabalhadores. Mais notórias se tornam ainda as situações de insegurança e de precariedade.

Reforço da intervenção

O manifesto da USS, que se dirige aos trabalhadores e à população do distrito, destaca ainda:

«Com o III Congresso da USS/CGTP-IN, as organizações sindicais unitárias do distrito de Setúbal visam o reforço da sua capacidade de intervenção, reivindicação e luta, no sentido de melhorar rapidamente o quadro social e laboral ainda bastante desfavorável para os trabalhadores.

«Com a forte dinâmica de luta que sempre caracterizou o movimento sindical no distrito de Setúbal, a USS/CGTP-IN continuará na primeira linha do combate sindical pela dignificação dos trabalhadores e contra a injustiça social.

«Fazendo valer os seus direitos de participação a todos os níveis, a USS/CGTP-IN, a maior e mais representativa organização social no distrito, é uma instituição na região, cuja intervenção nos planos social e institucional não pode ser escamoteada.»

Das teses em discussão para o Congresso, a USS destaca:

- A luta e intervenção esclarecida, com vista a assegurar um desenvolvimento integrado, colocando o progresso social como objectivo do crescimento económico;

- O diálogo social e institucional, como concretização do direito à participação e vertente

complementar da luta sindical e de massas;

- A defesa intransigente de melhores condições de vida e de trabalho e da dignificação dos trabalhadores, nomeadamente através da luta pelo direito ao emprego;

- Contra a precariedade do emprego;

- Por melhores salários e segurança social;

- Pela redução do horário de trabalho;

- Pela higiene e segurança no trabalho;

- Pela concretização plena dos direitos à educação, formação profissional, habitação e saúde.

Congresso em Aveiro

Entretanto, a União dos Sindicatos de Aveiro marcava para 23 e 24 do corrente, na União dos Bombeiros Novos, o seu III Congresso sob o lema «Desenvolvimento com Justiça Social».



Concentração dos ferroviários

Conforme noticiámos na semana passada, os ferroviários da CP concentraram-se em 30 de Outubro no Terreiro do Paço, em Lisboa. Independentemente das suas opções sindicais, aqueles trabalhadores tentam dar corpo a uma frente de luta eficaz para a obtenção de reivindicações já antigas e que incluem para o próximo ano um aumento salarial da ordem dos 23 por cento. Dos objectivos da movimentação e da luta constam ainda o regulamento das carreiras, a redução do horário semanal para

as 40 horas e outras reivindicações específicas dos ferroviários, nas suas várias ocupações profissionais. Das movimentações sindicais da semana passada destacam-se ainda as da **Função Pública**, tendo em vista principalmente os aumentos salariais e a questão dos escalões do novo sistema retributivo, por aplicar ainda em vários departamentos da Administração. (Na foto, um aspecto da manifestação dos ferroviários em Lisboa, em 30 de Outubro findo).

APD reclama prioridades

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) apela publicamente ao diálogo com os órgãos do Governo. Após reuniões da direcção e do conselho nacional, a APD, entre outras reivindicações, reclama que seja estabelecido um programa de prioridades no âmbito do Plano Orientador da Política da Reabilitação e inscritas no Orçamento do Estado as verbas convenientes.

O diálogo com os órgãos do poder (já foram solicitadas audiências), destina-se, no entender da APD, a «analisar amplamente a situação social dos deficientes portugueses e a definir as medidas que de-

vem ser tomadas, visando estabelecer um acordo que permita a este sector do povo português concretizar justas expectativas de uma vida melhor».

A APD refere as prioridades do diálogo como segue:

- A análise da virtual concessão do subsídio imprescindível à sua actividade;

- O enquadramento da possibilidade de participação dos dirigentes associativos em todos os trabalhos de definição da política nacional de reabilitação, assegurando condições de pleno exercício do seu mandato.

Os dirigentes da APD sublinham que «o esforço para

a obtenção de um acordo social não pode excluir as associações que representam um milhão de portugueses».

Previsto peditório

A APD salienta que, se não for possível assegurar em breve os recursos necessários à sua actividade, aprova a realização de um peditório nacional (22 a 24 do corrente) que, além de contribuir para aquele efeito, «constituirá junto da opinião pública uma denúncia das restrições à actividade e participação da Associação Portuguesa de Deficientes».

13,5 por cento nos armazenistas

Mais de 15 000 trabalhadores do sector de distribuição de produtos alimentares (armazenistas de mercearia) estão abrangidos, a partir de 1 de Outubro, por uma revisão do acordo colectivo de trabalho que, segundo a Fep-

ces (federação sindical), estabelece, entre outras alterações, um aumento salarial de 13,5 por cento.

Ainda de acordo com a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escrições e Serviços (Fepces),

as diuturnidades foram actualizadas «na ordem dos 14,3 por cento» e as ajudas de custo em 14 por cento.

O novo acordo foi obtido após cinco reuniões de negociação e abrange todo o País.

A Concelhia de Seia não se intimida

A Comissão Concelhia de Seia do PCP, embora ameaçada de processo em tribunal pela administração da Fisel — numa «acção manifestamente intimidatória» — volta a sublinhar o seu propósito de «desenvolver todas as acções ao seu alcance para salvar a empresa e os postos de trabalho».

Num comunicado de 23 de Outubro findo, aquela Concelhia refere-se a uma carta que recebeu de um advogado da firma Fisel, que considera «panfletos» um comunicado sobre a situação da empresa, e reafirma que a intervenção do advogado não passa de uma tentativa de

administração para «alljar as suas responsabilidades no processo; calar a voz do PCP como partido que desde a primeira hora esteve sempre ao lado dos trabalhadores; amedrontar, por reflexo, os trabalhadores da Fisel e tentar desmotivá-los para qualquer forma de luta».

Assembleia da República**Combate aos fogos florestais****Passar das palavras aos actos****• PCP avança com medidas e soluções**

O Grupo Parlamentar do PCP entregou terça-feira na Mesa da Assembleia dois projectos de lei onde se contemplam de forma inovadora medidas de fundo e de emergência destinadas a combater o flagelo dos fogos florestais.

Denominados «Programa de Emergência para a Defesa da Floresta Portuguesa» e «Programa de Rearborização para as Áreas Percorridas por Incêndios Florestais», estes diplomas surgem na sequência de múltiplos contactos e propostas anteriormente feitas pelos parlamentares comunistas, diligências subordinadas por uma séria preocupação: encontrar respostas seguras e eficazes para combater os incêndios que todos os anos consomem as nossas florestas.

Um flagelo para o qual o Governo se tem revelado manifestamente impotente, como se comprova pela ausência de resultados práticos no combate aos fogos florestais, isto apesar das acções

que importa e urge implementar, isso sim, é uma política de ordenamento do espaço florestal, compartimentando-o, diversificando as espécies, dando especial atenção à plantação de folho-

um incêndio florestal, tenham um «muito limitado alcance prático», isto na perspectiva do Grupo Parlamentar comunista, que as considera igualmente como «demagógicas em grande parte, incorrectas, técnica e socialmente e financeiramente desproporcionadas».

Fundamentando esta afirmação, Lino de Carvalho comentou a propósito o anúncio feito naquela data pelo ministro do Ambiente, em Vila Real, quanto ao plano governamental de plantar um milhão de árvores. Lembrando que um milhão de árvores corresponde a uma área entre 500 ha e 100 ha, o deputado do PCP observou que só este ano arderam 125 000 hectares...

Neste quadro se inserem, pois, as medidas e soluções preconizadas nos projectos de lei agora apresentados pela bancada comunista, o primeiro dos quais — programa de emergência para a defesa da floresta — prevê a compartimentação do País em polígonos de defesa da floresta com uma dimensão aproximada de 300 km² (60 dos quais a criar num prazo de cinco anos cobrindo as zonas críticas de incêndio), definidos como uma porção contínua de território coincidente ou não com a divisão administrativa mas facilmente delimitada por acidentes naturais ou artificiais.

Considerando que é necessário intervir urgentemente nas zonas extremamente sensíveis (designadamente na zona do Pinhal) o projecto advoga ainda que no prazo de um ano sejam constituídos 12 polígonos abrangendo uma área de 120 mil ha de floresta.

Quanto às medidas de emergência a contemplar, o diploma propõe nomeadamente a construção de estradas e pistas florestais, a eli-

minação de matos e desperdícios lenhosos ao longo das bermas, a realização de fogos controlados nas zonas mais críticas, o estabelecimento de faixas de protecção às áreas urbanas, a construção de pontos de tomada de água, o reforço dos postos de vigia e a construção de

pistas de emergência para movimentação de helicópteros.

No que diz respeito ao projecto que define o programa de rearborização para áreas percorridas por incêndios florestais, o destaque vai para a proposta de intervenção imperativa do Estado, através da Direcção-Geral de Florestas, nas áreas queimadas que abrangem porções de

território contínuas superiores a 500 ha (e que corresponde a cerca de 60 por cento do total da área ardida), onde na maior parte dos casos coexistem centenas de pequeníssimos produtores florestais sem condições para elaborar e executarem projectos de rearborização, ficando nas mãos de intermediários sem escrúpulos e de grandes interesses económicos apontados à eucaliptização.



O camarada Agostinho Lopes, da Comissão Política do CC do PCP, que estava acompanhado pelos deputados Lino de Carvalho e Ilda Figueiredo e por Lucillo Martins e Alcinda Martins, engenheiros silvicultores e membros do Gabinete Técnico de Apoio às Comissões de Agricultura do PCP, afirmou na conferência de imprensa para apresentação pública dos dois projectos que «não interessa a este Governo a explicitação das razões de fundo do problema da floresta e dos fogos florestais, porque elas constituem uma veemente denúncia da política de direita. Uma política que no sector agro-florestal, retomando a linha estratégica de Salazar e Caetano, provoca o abandono das terras agrícolas, incentiva a desertificação humana das zonas serranas e regiões do interior, promove o desenvolvimento anárquico e incontrolado da floresta industrial, seja de pinheiro, seja de eucalipto»

A dimensão da tragédia

O nosso país voltou este Verão a ser assolado por violentos fogos florestais num total de 17 395 incêndios que atingiram 125 234 hectares de área queimada (povoamentos e matos), deixando um rasto de destruição e dor.

De acordo com as informações prestadas pelos deputados comunistas no decorrer da conferência de imprensa, cerca de 80 por cento desta área situa-se em seis distritos, a saber: Guarda (25 137 ha), Coimbra (19 183 ha), Porto (17 047 ha), Viseu (14 444 ha), Castelo Branco (12 014 ha) e Vila Real (10 817 ha).

Falar da dimensão da tragédia, sem esquecer as vidas humanas perdidas, as aldeias que foram pasto de chamas ou as famílias que ficaram sem casas e haveres, é falar ainda dos 11 600 ha que arderam pertencentes a áreas protegidas (7600 ha dos quais no Parque Natural da Serra da Estrela).

O número total de incêndios que ocorreram entre 1980 e 1990 ascende, entretanto, a mais de 80 000, abrangendo quase 850 000 ha, o equivalente a 27 por cento da área florestal do País, provocando prejuízos globais directos da ordem dos 50 milhões de contos.

anunciadas no princípio do Verão do corrente ano.

Na opinião do PCP, como fizeram questão de salientar os deputados presentes na conferência de imprensa, as razões para este estado de coisas são simples: «a defesa da floresta não se faz com simples medidas de combate que, embora importantes e obviamente necessárias, são manifestamente insuficientes».

política esta que deve ser acompanhada em simultâneo por reais medidas de prevenção que combatam de forma efectiva os factores que estão na base da propagação dos fogos florestais.

Daí que as recentes medidas anunciadas pelo Governo na imprensa e publicadas através do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, orientadas para regular a ocupação do solo objecto de

Odemira recebe deputados do PCP

No quadro da actividade do recém-criado Gabinete do Eleitor, em Beja, os deputados comunistas eleitos por aquele círculo eleitoral voltaram a efectuar uma visita de trabalho ao distrito. Foi na passada segunda-feira e desta feita no alvo das atenções dos parlamentares do PCP esteve o concelho de Odemira.

Recolher informações sobre a situação económica e social do concelho, a exemplo do que tem sucedido em variadíssimas outras ocasiões, voltou a ser o principal objectivo desta deslocação, no decorrer da qual foram mantidos contactos com diversas entidades, designadamente com a Câmara Municipal, a Escola Secundária, o Centro de Saúde em S. Teotónio e a Rádio Praia.

Évora e o Orçamento de Estado**Preocupação geral pela exiguidade das verbas**

Os deputados comunistas eleitos pelo círculo de Évora estão a preparar um conjunto de propostas, a apresentar na discussão do Orçamento de Estado, destinadas a aumentar substancialmente as verbas para projectos de investimento que visem o desenvolvimento do distrito.

Esta decisão decorre da manifesta exiguidade das verbas previstas este ano no PIDAC para aquele distrito, as quais, assinala-se, representaram apenas 0,04 por cento do total nacional, percentagem que consegue ser inferior à do ano passado que não ultrapassou os 0,06 por cento.

Um valor que não pode deixar de ser considerado es-

candaloso (para o conjunto do Alentejo é apenas de 3,1 por cento), pelo que representa de travão ao desenvolvimento numa região já de si fortemente carecida de investimento.

Esta é, de resto, a opinião da generalidade das forças económicas e sociais do distrito, como ainda na passada segunda-feira os deputados comunistas Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira, acompanhados de Raimundo Cabral, da Comissão Executiva do CC do PCP e António Mendes, do CC, puderam testemunhar no decorrer de reuniões de trabalho que mantiveram com a Associação de Municípios de Évora, a União dos Sindicatos, o

tribuinto com mais de 15 por cento (mais de 306 milhões de contos) para as exportações nacionais ocupando a segunda posição entre os sectores industriais com saldo positivo.

Assinalável é ainda o facto de suportar uma fileira indus-

trial com uma produção bruta estimada em 416 milhões de contos (a preços de 1989) e cem mil postos de trabalho, o que corresponde a 2,3 por cento do emprego nacional e 4,3 por cento do emprego industrial.

Mas a importância da floresta que cobre cerca de um terço do País vai muito para além dos seus aspectos económicos e do emprego. Como foi salientado na conferência de imprensa, a floresta ela própria constitui todo um ecossistema moldado durante séculos pela acção do homem que garante a sobrevivência de milhares de famílias e de pequenas economias serranas.

«A ruptura deste equilíbrio pela ausência de uma política de ordenamento florestal, pela expansão indiscriminada da floresta de crescimento rápido que se veio a juntar a extensas manchas de pinhal em regime de monocultura, pela inexistência de uma política séria de prevenção contra fogos florestais — observou o deputado comunista Lino de Carvalho — tem vindo a provocar a erosão dos solos, a crescente desertificação e êxodo dos meios serranos e o fim de economias que pelo seu modo de funcionamento (uso de fogo controlado, corte de matos, aspersão de rebanhos) garantiam o ordenamento do espaço florestal e a sua defesa contra os incêndios».

Iniciativa da DORL e DORS do PCP

Dez pontos para salvar o Tejo

Com o objectivo de «promover uma acção integrada e continuada em torno do Tejo e do seu estuário, no sentido de defender e salvaguardar as suas condições ambientais garantindo a sua completa fruição em todos os domínios pelas populações que habitam esta densa região», as Direcções Regionais de Lisboa e de Setúbal do PCP apresentaram a semana passada à Comunicação Social «Dez Pontos para um Plano de Defesa e Salvaguarda do Estuário do Tejo». Ei-los.

Ponto 1 — A Regionalização, quer em termos administrativos para a AML (só ou englobada em região mais vasta), quer em termos de unidade de gestão de bacia hidrográfica, a funcionarem de modo articulado, é condição imprescindível para a gestão da qualidade ambiental do estuário.

No imediato, deve-se avançar com a nomeação de Comissão Instaladora da Unidade Gestora da Bacia, com uma composição participada pela Administração Central, Administração Local e restantes utentes.

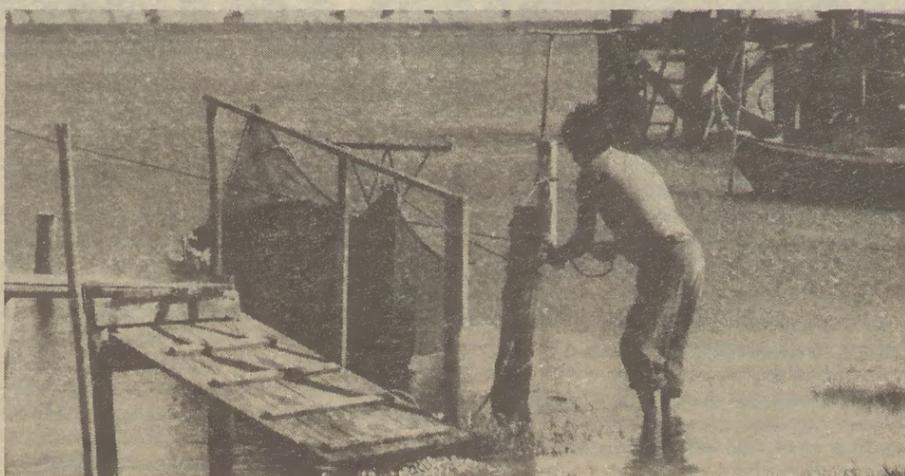
A curto prazo, deverá ser institucionalizada a Administração Regional Hidrográfica

como unidade gestora participada em todos os seus órgãos e articulando acções com a entidade autarquia Área Metropolitana de Lisboa, com o objectivo de compatibilizar a gestão pública da água com o ordenamento do território e com a protecção do meio ambiente.

Ponto 2 — Concretizar um observatório permanente sobre o estuário, implementando um sistema de informação de base, inventariando as fontes e cargas poluentes e sua evolução apoiando-se numa rede de laboratórios e num sistema de controlo da qualidade da água.

Tal observatório deverá evoluir para a constituição de um órgão gestor da qualidade das águas do estuário que coordene e articule a acção dos municípios ribeirinhos e de todos os agentes económicos, sociais, culturais e ambientais da área do estuário do Tejo.

Ponto 3 — Construção e modernização de infra-estruturas de saneamento básico irradiando esgotos das linhas



de água com estações de tratamento adequadas às especialidades dos efluentes e das diversas zonas do estuário. Impõe-se nesta área, designadamente a consideração por parte da Administração Central de um apoio que os municípios têm em curso.

Implementação de redes e instalações para recolha e regeneração/eliminação de poluentes específicos (óleos, solventes, hospitalares, tóxicos e perigosos).

Ponto 4 — Determinação, no prazo máximo de um ano, de todos os parâmetros das fontes poluidoras, eliminando no imediato por encerramento ou tratamento especial os de grande risco e toxicidade e no curto/médio prazo os restantes.

Para estes deverão ser negociados protocolos de apoio, com vista à redução gradual e programada da poluição até aos parâmetros das normas vigentes, com planificação anual de acções, de apoios financeiros e de penalidades.

vos projectos que tenham influência directa no funcionamento do estuário e exercer rigorosa vigilância sobre o transporte e permanência de materiais tóxicos e perigosos e proibir a entrada e estacionamento de cargas nucleares no estuário.

Ponto 8 — Organizar um programa de intervenções de protecção civil capaz de dar resposta a situações de emergência resultantes de inundações, de desastres ecológicos e de outro tipo de acidentes que se prevejam poderem ocorrer na zona do estuário.

Ponto 9 — Aprofundar o conhecimento e elaborar a regulamentação correspondente quanto à limitação na utilização de pesticidas e de todos os produtos tóxicos, bem como de emissões diversas de poeiras e de detritos provenientes de indústrias e de instalações de tratamento e recuperação de resíduos sólidos.

Ponto 10 — Dinamizar o movimento de opinião que promova o exercício do direito de participação, direito de informação e direito de controlo e fiscalização garantindo a intervenção das populações na prevenção e na concretização das medidas.

Este movimento de opinião deverá integrar os mais variados sectores, instituições e entidades, e procurar uma forte ligação aos meios de Comunicação Social, deveria encerrar-se de lançar, desde já, um debate público sobre o estuário do Tejo — sua realidade e caminhos de futuro.

Montijo O balanço em tempo de mudança

Aproximando-se do final do primeiro ano de mais um mandato CDU no Montijo, a necessidade de proceder ao seu balanço e, no colectivo partidário, procurar contribuir empenhadamente para a elaboração das linhas de força do Plano de Actividades camarárias de 1991, conduziu à recente realização, na Sala de Sessões da Assembleia municipal, de uma reunião de quadros e eleitos do PCP e outros democratas.

A reunião apreciou e valorizou o esforço dos eleitos da CDU, «afrontados pela adversidade do Governo do PSD e herdando a desastrosa gestão anterior (particularmente na política de pessoal e na política financeira), em dignificar a condução da vida autárquica no concelho, insistindo na perseguição e obtenção de amplos consensos entre a generalidade dos eleitos, defraudando expectativas, campanhas e vaticínios interesseiros de que a CDU não estaria à altura de assumir as suas responsabilidades.

Ao contrário, a contenção de verbas oriundas do Poder Central (de que é exemplo a proposta de Orçamento de Estado para 1991, também aqui confrontando-se com a Associação Nacional de Municípios Portugueses), a desconcentração de «competências» sem a respectiva descentralização e dotação de reais possibilidades de correspondência, «o mau humor governamental patente na quebra de protocolo do Primeiro-Ministro em Pegões (ignorando os órgãos municipais), e, mais recentemente, na postura do governador civil na abertura de tão importante certame como a Feira do Porco (mostrando agressividade e muita pressa em o abandonar), não impedem a CDU de apresentar obra feita, de que a reunião fez o apuramento».

Reforçar ligações às massas

A retomada do prestígio da Assembleia Municipal, onde se instalou o diálogo político, «fez esquecer as zangas de comadres que lhe

ditaram mau desfecho nos últimos meses de 1989», concluem os comunistas e seus aliados do Montijo, que prosseguem:

«Nas freguesias e no quadro geral da luta da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), é praticamente unânime a reivindicação de que os seus órgãos sejam de uma vez para sempre reconhecidos como instituições de primeira e não de segunda categoria.

«O movimento popular ressurgiu demonstrando potencialidades e mostrando-se imprescindível para consciencializar e democratizar, fazer frente a deficiências e insuficiências, atrasos, desacertos funcionais».

Em particular em relação a este último aspecto, contudo, «o acanhamento revelado no pequeno número de plenários com a população (em Foros do Trapo, Charqueirão, Bela Vista, Atalaia, Bairro do Marreco) e com os trabalhadores da autarquia, em si demonstrativos do aprofundamento do diálogo entre eleitos, eleitores e os agentes mais directos do serviço autárquico e prol das populações, do esclarecimento de situações, de perspectivação colectiva e vontade comum para os projectos e para o trabalho, comprovam que os organismos concelhios do PCP, a CDU e os seus eleitos ainda não assumiram em toda a sua extensão o significado político da ligação às massas, quando afinal ele é tributo reconhecido da CDU pela qual se distingue de todos os outros.»

«Impõe-se, desde logo, que os próximos tempos o não descurem», conclui-se.

Eleitos CDU reúnem nas Flores

Realizou-se recentemente no salão da Casa do Povo das Lages das Flores um encontro de todos os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos das Flores, na Região Autónoma dos Açores, tendo participado nos trabalhos o deputado regional do PCP, eleito pelas Flores, **Paulo Valadão**, o coordenador regional do PCP **José Decq Mota**, bem como outros dirigentes da ilha das Flores do PCP.

Segundo a nota de imprensa recebida, o Encontro «foi uma reflexão conjunta sobre o trabalho realizado pelos eleitos da CDU nos órgãos em que participam» (16 ao todo), sublinhando-se, das conclusões, algumas ideias fundamentais, como a de que «a CDU deu e dá um contributo muito positivo para a resolução dos problemas concretos e para o funcionamento regular de todos os órgãos autárquicos onde está representada», que «a coordenação do trabalho do deputado florentino do PCP com os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos tem sido muito positiva para a ilha», que «o dinamismo imprimido pela CDU na Freguesia da Fazenda das Lages, onde tem a maioria, constitui um bom exemplo da dedicação dos eleitos da CDU e do seu sentido de serviço e de responsabilidade», afirmando-se,

por outro lado, que «os eleitos da CDU estão e estarão sempre dispostos a coordenar os seus esforços com eleitos de outras forças, desde que seja para resolver problemas concretos», considerando-se ainda «urgente a entrada em funções do Conselho de Ilha».

Foi também decidido realizar novo Encontro no próximo ano e manter as reuniões regulares de preparação do trabalho para cada órgão em que participam.

Finalmente, os eleitos da CDU resolveram convidar os eleitos da Coligação Democrática Unitária das outras ilhas para um Encontro alargado a realizar na ilha das Flores em Junho ou Julho de 1991, para o qual decidiram também convidar o Coordenador Regional do PCP, José Decq Mota, e o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas.



Dinamizar opinião pública

Ponto 5 — Reforçar com meios humanos e técnicos os serviços de investigação, inspecção e vigilância promovendo uma política dinâmica de investigação e desenvolvimento direccionada para o Tejo no seu conjunto, mas especialmente para a complexidade do estuário.

Ponto 6 — Promover, de modo integrado, acções que visem assegurar a regularização hidrográfica do Tejo, o ordenamento agrário das áreas agrícolas nas suas margens e a defesa da valiosíssima Reserva Natural do Estuário do Tejo, recusando todas as utilizações que possam pôr em causa as funções agrícolas sociais e ecológicas desta vasta zona.

Ponto 7 — Promover verdadeiros Estudos de Impacte Ambiental para todos os no-

Almoço-convívio na Freguesia do Sado

No próximo dia 17 de Novembro vai realizar-se um almoço-convívio na Cooperativa do Faralhão, promovido pela Junta de Freguesia do Sado, Concelho de Setúbal, para o qual há dois convidados especiais: **Luis Sá**, membro da Comissão Política do CC do PCP, e **Odete Santos**, deputada do PCP e vereadora na Câmara Municipal de Setúbal.

A iniciativa tem o objectivo expresso de «proporcionar que todos os autarcas da Freguesia possam trocar opiniões de interesse para a Junta», dar a conhecer «um balanço do trabalho desenvolvido pela Junta», com a intervenção do seu presidente, Eusébio Candeias, apelar «à participação neste almoço de todos os municípios da Freguesia que queiram confraternizar e apresentar sugestões». A verba conseguida será destinada à construção da sede da Junta e todos os interessados em participar neste almoço-convívio devem inscrever-se na Junta de Freguesia.

PCP

Conteúdo da proposta orçamental desmente propaganda do Governo

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP chama a atenção dos portugueses para a contradição existente entre as declarações de intenções inscritas nas Grandes Opções do Plano, e presentes na propaganda governamental, e o conteúdo efectivo das políticas definidas e da prática prosseguida pelo Governo.

Na verdade, os objectivos do «processo global de modernização que permita o crescimento sustentado da economia» e da «melhoria das condições de vida das populações e a correcção das assimetrias regionais», inscritas nas GOP, são desmentidas pela realidade.

Sectores de actividade dominantes na estrutura portuguesa — designadamente o têxtil, o calçado, as pequenas e médias empresas e os pequenos e médios agricultores — continuam objectivamente arredados do acesso aos fundos estruturais comunitários e aos apoios técnicos que lhes permitam avançar decididamente para a indispensável modernização e aumentos de produtividade.

São mínimas as alterações introduzidas na frágil e dependente especialização produtiva do País.

O processo de privatizações, a privatização de empresas estratégicas implantadas em sectores estratégicos, não geram a modernização da economia. Promovem a transferência da propriedade para grupos económicos, nomeadamente estrangeiros, transformando-se num factor adicional que dificulta e impede uma estratégia nacional e global de modernização da economia portuguesa e da sua inserção activa e não dependente na divisão internacional do trabalho.

A insistência do Governo, no âmbito da União Económica e Monetária, no privilegiar a integração financeira em detrimento da convergência e da coesão económica e social, tende a criar maiores obstáculos à possibilidade de um crescimento económico sustentado e à afirmação nacional da economia portuguesa no quadro da economia comunitária. De facto, o ajustamento estrutural da econo-

mia portuguesa e a preparação para 1992 continua numa fase bastante atrasada e as propostas do Governo não permitem recuperar esse atraso.

Igualmente, as políticas do Governo e a realidade desmentem a melhoria das condições de vida e a correcção das assimetrias regionais. A intenção governamental de aumentos salariais médios de 13,5%, ao mesmo tempo que é previsto um aumento de 14,4% do PIB, significa que o Governo prossegue a sua política de assentar o crescimento económico nos baixos salários e de contínua regressão da participação dos rendimentos do trabalho na repartição do Rendimento Nacional, contrária à efectiva melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Melhoria que é ainda desmentida pelo agravamento dos índices de pobreza no País, pelo decréscimo do esforço financeiro na área da habitação e pela crescente precarização do emprego.

Do mesmo modo que a a distribuição espacial dos fundos comunitários e do investimento produtivo, e a continuada asfixia financeira das autarquias locais, mostram que as assimetrias regionais se acentuam, pressionando migrações para os grandes centros urbanos e a consequente degradação das condições de vida dos portugueses.

Por outro-lado, as projecções macroeconómicas apresentadas pelo Governo, mais do que optimistas, caracterizam-se pela falta de credibilidade e pela contradição. Os previsíveis efeitos negativos na economia portuguesa decorrentes das anunciadas desaceleração do comércio mundial e recessões nas economias dos EUA e do Reino Unido, são omitidos pelo Governo. Não oferece credibilidade a conjugação de uma ligeira desaceleração da procura com o nível de desaceleração da inflação apresentada pelo Governo, ainda mais num contexto de aceleração da inflação importada e do aumento das taxas de juro. De facto, as optimistas metas governamentais para inflação não têm credibilidade, e visam fundamentalmente tentar limitar as negociações salariais e assim continuar a lesar os rendimentos do trabalho.

2. No que respeita ao Orçamento do Estado, a Comissão Política do CC do PCP chama a atenção para dois factos relacionados com a execução orçamental de 1990. Em primeiro lugar, a poupança em despesas menos essenciais há poucos meses propagandeada pelo Governo resultou, afinal, num aumento das despesas correntes em 27 milhões de contos e uma diminuição das despesas de investimento em 81 milhões, contrária aos interesses de modernização da Administração Pública e de desenvolvimento do País. Em segundo lugar, o aumento de receitas em 83 milhões de contos resulta, fundamentalmente, da cobrança de mais 58,5 milhões de contos em IRS sobre os rendimentos do trabalho dependente, desmentido cabalmente a promessa do Governo de desagravamento fiscal, feita há um ano atrás, como então o PCP previu e alertou.

No que concerne ao Orçamento para 1991, de novo o Governo assenta a propaganda no desagravamento fiscal e no reforço das despesas de investimento. E de novo o PCP alerta para o facto de o conteúdo efectivo da proposta orçamental desmentir a mistificadora propaganda governamental.

Desde logo, o nível de fiscalidade aumentada de 32,7% para 33,8% do PIB, o que significa que os portugueses vão pagar em 1991, e em termos reais, mais impostos que no ano corrente. E quem vai pagar esse aumento de impostos são os trabalhadores e os consumidores. Desde logo porque os lucros beneficiam de um efectivo desagravamento fiscal com a redução da taxa do IRC para 36%, redução essa com evidente significado político. Mas ainda porque a propaganda do Governo sobre o desagravamento fiscal dos rendimentos do trabalho assenta no sofisma, para além do da taxa de inflação, da não consideração de alterações nominais dos salários entre 1990 e 1991.

A verdade é, porém, substancialmente diferente, como se demonstra com cálculos efectuados na base das próprias premissas do Governo. De facto, só um Governo insensível à realidade social do País pode falar em desagravamento fiscal para rendimentos familiares de 80 ou 90 000\$00 mensais, quando o dito «desagravamento» se limita a 1700\$00 e 300\$00 escudos anuais respectivamente. Isto é, aquilo que o Governo oferece como desagravamento fiscal não é mais que uma mão cheia de nada. A partir daqueles baixos níveis de rendimentos familiares, todos os trabalhadores pagarão mais IRS que em 1990. Com a agravante de, para os rendimentos familiares compreendidos entre os 175 e os 235 contos mensais, se registar um efectivo e pesado aumento da carga fiscal. E o agravamento da

carga fiscal será ainda mais generalizado e pesado se, como tudo o indica, a taxa de inflação vier a ser superior à anunciada pelo Governo e os trabalhadores conseguirem, pela sua luta reivindicativa, aumentos das remunerações superiores aos 13,5%.

Acresce que no âmbito dos impostos indirectos, que recaem mais pesadamente sobre os menores rendimentos, se regista igualmente um aumento da carga fiscal, nomeadamente nos impostos sobre o consumo do tabaco e da cerveja, no imposto sobre os automóveis mais baratos e no imposto sobre os produtos petrolíferos.

Em relação a este último, a Comissão Política do CC do PCP mais uma vez denuncia e condena a política do Governo de se aproveitar do aumento do preço do petróleo bruto para continuar a aumentar a carga fiscal sobre os combustíveis. Aumento da carga fiscal suportado pelos consumidores, quer directamente quer pelos aumentos dos preços dos transportes públicos e dos produtos industriais que não tardarão a fazer-se sentir.

No que respeita às despesas orçamentais, chama-se a atenção para o facto de, mais uma vez contrariando as afirmações públicas, o Governo propor um forte aumento real das despesas correntes (com uma evolução nominal de 18,9%) e uma diminuição acentuada das despesas de capital (evolução nominal de apenas 4,2%), quando é premente a necessidade de modernização dos serviços da Administração Pública e de investimentos que viabilizem o desenvolvimento regional e social do País.

O PCP denuncia a falsidade e desonestidade da afirmação do Governo de que o Orçamento «projecta para a função pública um crescimento médio do salário real da ordem dos 5%». Sendo inequívoco que as verbas inscritas para encargos com pessoal apenas significam um aumento de 12%, tal afirmação só pode ser entendida como uma provocação aos trabalhadores, e como tal frontalmente condenada.

A inverdade das afirmações governamentais estende-se à apregoada prioridade orçamental à função social do Estado, nomeadamente no que respeita à educação e à habitação. De facto, as dotações para a Educação significam, na melhor das hipóteses, uma estagnação real e, contrariamente a todas as declarações e promessas demagógicas do Governo, o Orçamento proposto traduz o propósito político de asfixia do ensino superior público e de provocar a sua estagnação e retrocesso. No que respeita à habitação social, o valor de 4 milhões de contos orçamentado, igual ao de 1990, significa um forte decréscimo real e não tem qualquer corres-

Assembleia na Guarda

Todos os militantes devem promover o esclarecimento dos agricultores quanto à política nefasta o PSD, deslocando do campo de influência da direita largos sectores do campesinato (50 por cento da população activa do distrito), sublinhou o camarada Armando Morais, membro da Comissão Executiva Nacional, responsável pela Direcção Regional da Guarda (DORG) do PCP, na abertura dos trabalhos da 1.ª Assembleia dos comunistas daquela região beirã, realizada no passado dia 28.

Reunida no auditório municipal, sob o lema «Reforçar o PCP, desenvolver o distrito», a 1.ª Assembleia da Organização Regional do Distrito da Guarda do PCP registou um diversificado conjunto de intervenções, nomeadamente sobre os problemas da agricultura, trabalho sindical, ensino, juventude, mulheres, ambiente, turismo, artesanato e também sobre áreas específicas da actividade partidária.

Contando com cerca de uma centena de presenças, entre delegados e convidados, a Assembleia aprovou por unanimidade três documentos, elaborados pela DORG como base de discussão preparatória da iniciativa. Um aborda «as tarefas dos comunistas no distrito», outro «as batalhas eleitorais de 91» e outro ainda sobre as propostas do PCP para o desenvolvimento do distrito promovendo o bem-estar da sua população.

Do leque de intervenções desta Assembleia ressaltou uma forte ligação às questões locais e regionais, notada, por exemplo, na abordagem do problema dos incên-

dios que fustigaram o distrito ou das dificuldades actuais em que se encontram os produtores de queijo da serra, que até hoje nunca beneficiaram do apoio do laboratório de Celorico da Beira.

A Assembleia elegeu, com uma abstenção, a nova Direcção Regional, constituída por 11 camaradas.

Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido, participou nos trabalhos. Encerrou a Assembleia com uma intervenção em que estiveram em foco temas da actualidade nacional.

Por decisão dos delegados as votações realizaram-se de braço no ar.

Entre os convidados, encontravam-se representantes de quatro Direcções Regionais do PCP: Viseu, Coimbra, Bragança e Castelo Branco.

Os delegados aprovaram uma moção sobre a situação grave em que se encontra a Fisel, empresa de lanifícios de Seia, e manifestaram a necessidade de aprofundar o documento, aprovado, sobre o desenvolvimento do distrito.

Portalegre

Foi marcada para 24 de Fevereiro de 1991 a 4.ª Assembleia da Organização Regional do PCP de Portalegre. A decisão foi anunciada recentemente pelo plenário da-

quela Direcção Regional do Partido (DORPOR). Ainda no passado mês de Outubro aquele organismo do PCP realizou uma conferência de

imprensa sobre a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano (OID/NA), matéria que abordaremos em próxima edição.

Banca de Natal em Aveiro

Não guardar para amanhã aquilo que pode ser êxito já hoje parece ter sido o lema de acção dos comunistas de Aveiro que desde 2 de Novembro têm em funcionamento uma exposição-venda de Natal, desta vez inserida na campanha dos 150 mil para os terrenos da Festa do «Avante!». A banca funciona no Centro de Trabalho do Partido, na cidade de Aveiro.

Camarada Falecido

Carlos Sage Cardoso

Vítima de doença incurável faleceu recentemente o nosso camarada Carlos Sage Cardoso, membro da Comissão Concelhia de Macedo de Cavaleiros e dirigente sindical.

O camarada Cardoso, que foi durante muitos anos trabalhador da CAICA (Complexo Agro-Industrial do Cachão), residia em Macedo de Cavaleiros. Foi dirigente do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Bragança

e, após um processo de fusão sindical, integrou os corpos gerentes do Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte, do qual era ainda dirigente sindical.

Como dirigente sindical foi um dos mais destacados impulsionadores da criação, em 1979, da União dos Sindicatos de Bragança, de que viria a ser o primeiro coordenador.

Aos familiares e amigos do camarada falecido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Comunicado da Comissão Política do PCP sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para 1991

pondência com as insofismáveis e crescentes necessidades de promoção de habitação para camadas sociais insolventes.

No âmbito dos Investimentos do Plano, a Comissão Política do CC do PCP alerta para o facto de o artigo 53.º da Proposta de Lei do Orçamento congelar, desde já, 10% das verbas orçamentadas, o que significa que a verba global disponível para despesas de investimento é inferior, em termos reais, à dotação do ano corrente. Não há evolução, há regressão.

Finalmente, a Comissão Política do CC do PCP rejeita a proposta governamental de prolongar a asfixia financeira das Autarquias Locais. A subavaliação voluntária das receitas do IVA, promovida pelo Governo — e que só nos dois últimos anos conduziu ao esbulho de 25 milhões de contos ao Poder Local — é politicamente reprovável e consubstancia uma efectiva ilegalidade.

A Comissão Política condena a tentativa do Primeiro-Ministro, a pretexto de reforçar as verbas dos municípios do interior, prejudicar os municípios no seu conjunto e, em particular os municípios do litoral e os grandes centros urbanos, procurando assim dividir os mu-

nicipios e afastá-los da sua reivindicação fundamental de obter 180 milhões de contos do OE a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro.

3. A Comissão Política, ao mesmo tempo que condena e desmascara a propaganda do Governo em torno do conteúdo efectivo das GOP e OE para 1991, reitera a disposição e o compromisso do PCP de propor e se bater por alterações ao Orçamento do Estado que viabilizem a efectiva diminuição da carga fiscal sobre os trabalhadores, a melhoria das remunerações dos trabalhadores da função pública, o aumento das dotações para as funções sociais e a transferência para as autarquias locais das verbas a que legalmente têm direito. Propostas que, conjuntamente com o projecto de lei do PCP sobre a actualização das pensões sociais e da fórmula de cálculo das reformas, a ser discutido na Assembleia da República ainda este mês, visam uma efectiva melhoria das condições de vida dos portugueses e a redução das assimetrias regionais.

A Comissão Política do Comité Central do PCP
5 de Novembro de 1990

RESUMO ORÇAMENTAL

	1990			1991	
	Orçamento (1)	Previsão (2)	Var. (%) (2/1)	Orçamento (3)	Var. (%) (3/2)
Despesas Correntes	2299.1	236.0	1.2	2765.3	18.9
Despesas Capital (*)	440.9	360.1	- 18.3	375.3	4.2
TOTAL DESPESAS	2740.0	2686.1	- 2.0	3140.6	16.9
Receitas Correntes	1889.5	1983.7	5.0	2368.7	19.4
Impostos Directos	622.0	705.4	13.4	891.0	26.3
Impostos Indirectos	1154.1	1171.1	1.5	1350.4	15.3
Outras receitas corr.	113.5	107.2	- 5.6	127.3	18.7
Receitas de Capital (**)	47.7	40.0	- 16.1	57.7	44.3
Reposições	13.5	11.5	- 14.8	16.0	39.1
Recursos Próprios Comun.	27.7	28.4	- 4.4	44.0	
TOTAL RECEITAS	1980.5	2063.6	4.2	2486.4	20.5
SALDO	- 759.5	- 622.5	- 18.0	- 654.2	5.1
PIB (evol. nominal em %)					14.4

(*) Sem transferências das receitas das privatizações e sem passivos financeiros

IRS Cálculos para casal com 1 filho Dois rendimentos de trabalho dependente

Rendimento mensal familiar (contos)		Colecta anual do IRS (contos)			
1990 (1)	1991 (2)	1990 (3)	1991 (4)	Var. % (4/3)	Var. contos (4-3)
80.0	90.8	20.4	18.7	- 8.3	- 1.7
90.0	102.2	42.8	42.5	- 0.7	- 0.3
100.0	113.5	65.2	66.4	1.8	1.2
160.0	181.6	217.8	233.6	7.3	15.8
177.5	201.5	266.8	303.1	13.6	36.3
180.0	204.3	273.8	313.1	14.4	39.3
190.0	215.7	301.8	353.0	17.0	51.2
200.0	227.0	333.1	392.5	17.8	59.4
210.0	238.4	371.6	432.4	16.4	60.8
220.0	249.7	410.1	472.0	15.1	61.9
230.0	261.0	448.6	511.7	14.1	63.1
235.0	266.7	467.9	531.5	13.6	63.6
240.0	272.4	487.1	551.4	13.2	64.3
400.0	454.0	1240.5	1385.9	11.7	145.4
500.0	567.5	1676.5	1880.9	12.2	204.4
700.0	794.5	2619.6	2909.8	11.1	290.2

Evolução dos rendimentos entre 1990 e 1991: 13,5%

Iniciativa proposta pelo PCP Museu de Cerâmica de Gaia

Dar a conhecer a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP de apresentação na AR de um Projecto de Lei para a criação do Museu de Cerâmica em Vila Nova de Gaia, foi o objectivo de um encontro com órgãos de Comunicação Social recentemente promovida pela Concelhia local do PCP.

É conhecida a importância que a indústria de cerâmica teve em Vila Nova de Gaia, onde 25 fábricas produziram, praticamente em simultâneo, louças de uso doméstico, decorativa, azulejaria e artefactos industriais. Já em 1987, a Assembleia Municipal havia aprovado, por proposta da CDU, a criação do Museu de Cerâmica. Recentemente, o I Seminário Internacional de Cerâmica ali realizado reafirmou «ser imperioso proteger e preservar o património cerâmico do concelho».

Assim, como referiu a deputada Ilda Figueiredo, o projecto de lei do PCP prevê a criação do Museu, com vas-

tas atribuições que vão da preservação, tratamento e exposição das peças até à criação de espaços para intervenção de artistas e jovens ceramistas, de debates e zona de biblioteca cerâmica.

A criação de uma Comissão Instaladora onde participam representantes da autarquia, da Secretaria de Estado da Cultura, dos proprietários das antigas fábricas, dos ceramistas, do respectivo sindicato e dos conservadores do Museu e Biblioteca Municipal, está igualmente prevista no projecto apresentado.

Na ocasião, foi dado igualmente conhecimento de ini-

cias do PCP relacionadas com o necessário desenvolvimento de Gaia, nomeadamente quanto às carências em infra-estruturas, vias de comunicação e problemas de ambiente.

Um requerimento sobre as consequências da forma incorrecta como se processou o desassoreamento da barra do Douro e a extracção de areias da zona do Cabedelo e da baía de Sampaio, chamando ainda a atenção para o atraso na construção do porto de abrigo da Afurada, é apenas um exemplo dessa acção dos deputados comunistas. Do mesmo modo, e em sede de debate do Orçamento do Estado/91, serão retomadas outras questões importantes para o concelho de Gaia como as infra-estruturas ferroviárias, a via da cintura interna e a nova ponte rodoviária.

Comunistas de Almeida alertam Fábrica de concentrado de urânio junto à fronteira?

A Comissão Concelhia de Almeida (distrito da Guarda) do PCP tomou conhecimento que a Empresa Nacional de Urânio (ENUSA), de Espanha, pretende construir uma fábrica de concentrado de urânio na aldeia de Saelices el Chico, Salamanca, a escassos quilómetros da fronteira com o nosso país.

A ser construída, esta unidade fabril, com capacidade

anual de produção de 950 toneladas de concentrado de urânio, representará um sério perigo para o meio ambiente do nosso concelho, com todas as possíveis consequências negativas para a sua população, alertam os comunistas.

A Concelhia de Almeida do PCP considera que cabe à Câmara Municipal a defesa dos interesses do nosso

concelho, devendo assim exigir do Governo que, com base no Direito Internacional, faça os possíveis para impedir a construção desta unidade fabril.

Apesar de o PCP não estar representado nos órgãos autárquicos do concelho não queremos deixar passar a oportunidade de defender os interesses da população, observa aquela organização do Partido.

Cortejo eleitoralista pelo distrito de Braga

A Direcção da Organização Regional de Braga do PCP comenta a passagem do Primeiro-Ministro, do ministro Silva Peneda e de outros membros do PSD por esta região minhota, denunciando a «descarada operação de propaganda eleitoral em que os cargos do Estado e os dinheiros públicos são utilizados para fins partidários e eleitoralistas».

O Executivo da Direcção Regional de Braga do PCP alerta os trabalhadores e a população para o verdadeiro significado desta manobra cavaquista: as suas visitas, as inaugurações à moda antiga com quase 2 anos de atraso, o anúncio de subsídios e outras habilidades, visam a recuperação da credibilidade da política deste Governo, impedir a perda previsível da maioria PSD nas eleições legislativas do próximo ano. O Governo prepara-se para funcionar durante os próximos 12 meses como autêntica Comissão Eleitoral do PSD. O PCP condena esta preversão das funções governamentais e adverte desde já para a preparação de um novo programa propagandístico para o distrito em que está igualmente empenhado o Governo Civil.

Mesmo abrindo os cordões do «saco azul», ameaçado à custa das subidas do

preço dos combustíveis, da cobrança de impostos acima dos orçamentados ou com a venda, em operações mais que duvidosas, das empresas do sector público (ou seja, à custa dos cidadãos, do bolso dos contribuintes e do património e bens do Estado), o que Cavaco Silva não altera com estes actos de demagogia é a realidade difícil do viver do povo e dos trabalhadores.

De facto, a propaganda de Silva Peneda sobre os milhares de postos de trabalho criados pelo Governo, é música para iludir os protestos dos trabalhadores da têxtil e outros sectores, cujas perspectivas são de desemprego a muito curto prazo no Vale do Ave.

O Primeiro-Ministro esteve nas bodas de prata de uma empresa de Braga, mas não foi visto nenhum membro do Governo nas «exéquias fúne-

bres» da Lopes Correia ou no acompanhamento da lenta agonia da Fiandeira de Lordelo, Fábrica de Ferro de Fafe, Fantory de Braga, Baganheira e outras. Os trabalhadores destas e outras empresas muito teriam certamente para lhes dizer...

O ministro Silva Peneda «dá» um subsídio para um lar de idosos; mas que diriam milhares e milhares de reformados, se fossem ouvidos, das suas pensões, do preço dos medicamentos, etc.

O Primeiro-Ministro «concede» 100 mil contos para a recuperação do Hospital de Esposende, mas não está interessado em conhecer o estado real do sistema de saúde daquele concelho e em todo o distrito. O mais importante desta política de saúde, com ou sem Beleza, é deixar degradar o serviço público de saúde, devolver hospitais aos privados e, quem quiser saúde, terá de pagá-la.

A DOR Braga do PCP repudia estes métodos, bem reveladores de um Governo cuja política não resolve os problemas do povo e de governantes que não hesitam em recorrer a velhos expedientes de baixa moral.

PCP

Câmara Municipal do Porto

Comunistas comentam gestão PS

Uma grande ausência de apreciação nos órgãos próprios, Câmara e Assembleia, de muitos projectos e ideias para a cidade do Porto, apesar de, na comunicação social e na opinião pública, aparecer envolvida a Câmara, é uma das críticas apontadas pelo Comité Local do Porto do PCP à gestão socialista da autarquia nos últimos nove meses.

As críticas, preocupações e discordâncias, «com o exclusivo empenho de melhorar a actividade municipal», foram veiculadas em conferência de Imprensa, promovida na passada semana, com a presença de Helena Medina e Luiz Oliveira Dias, membros da DORP e do CC do PCP, Lusitano Correia e Joaquim Nascimento, da DORP e da Assembleia Municipal do Porto, e Ricardo Figueiredo, membro da Assembleia Municipal.

«Num quadro de correlação de forças diverso do dos dez anos anteriores, devido ao PS ter obtido maioria relativa», o Comité Local do Porto considera que, de facto, nunca, como neste período decorrido após a tomada de posse dos novos órgãos, a comunicação social divulgou, quotidianamente, um tal manancial de opiniões, planos e ideias — quase todos emitidos por responsáveis socialistas — embora, em grande número de casos importantes, tais matérias nunca tivessem sido objecto de deliberação. Para aquele organismo do PCP, «por essa forma, algumas dessas ideias começam lentamente a instalar-se na mente dos municípios que, na grande maioria dos casos, não têm condições para as distinguir de projectos autênticos, isto é, aprovados, dotados com meios, com condições para serem aplicados em tempo útil, ou de projectos que os beneficiem».

Dessa falta de discussão de questões importantes para a vida do município do Porto, o Comité Local cita dois exemplos: o caso do «concessão de áreas da limpeza urbana a entidades privadas e todos os grandes projectos no âmbito do trânsito e transportes».

No primeiro caso, ao manifestar a sua opinião contrária a tal medida, o PCP aponta

como razões, por um lado o facto de os serviços municipais, após os sete anos dos dois mandatos anteriores, terem adquirido a capacidade para, desde que bem dirigidos, realizarem com eficácia a limpeza da cidade, por outro o de a consciência cívica dos municípios ter vindo a aumentar com a campanha da limpeza, tendo-se atingido condições para que não retrocedesse. O Comité Local do Porto refere que seria com fins lucrativos que qualquer empresa faria este serviço, não estando previstas quaisquer reduções de despesas da Câmara com o «concessão».

«Antes pelo contrário, está previsto tremendo aumento em trabalho extraordinário, em campanha de limpeza, na aquisição de viaturas de limpeza, maquinaria e equipamento diversos e até está prevista uma avultada despesa com o próprio «concessão»», denuncia. As «zonas difíceis da cidade — particularmente a zona histórica — ficarão por conta da Câmara, mais uma razão que mostra que a medida não traria vantagens para o município. Para agravar a situação, o «concessão» é sempre acompanhado de taxas aplicadas aos municípios, o que sucederia pela primeira vez no Porto, onde nunca houve taxas para a recolha de lixo doméstico. Todo este processo merece

críticas do PCP, que lembra que nunca foi referido na Câmara do Porto, tendo sido porém progressivamente divulgado à comunicação social e até foi tema de reunião realizada na LIPOR, envolvendo vereadores com responsabilidade da limpeza urbana em Câmaras da Área Metropolitana do Porto (onde é patente a maioria absoluta do PS), cuja agenda «invadia de forma desmedida competências próprias dos municípios».

«Uma tendência forte para que se alterem e alienem as competências próprias dos diferentes órgãos, particularmente da Câmara» foi, aliás, outra das críticas enunciadas pelo CLP do PCP, que deu como exemplos os casos do gás canalizado, cuja exploração na AMP dependerá essencialmente de uma empresa privada, e o do já citado «concessão» da limpeza urbana.

Para o Comité Local do Porto, outros problemas estão também mal encaminhados: os encargos do município com a eventual construção da 2.ª estação de tratamento de lixos da LIPOR poderá ascender a dois milhões de contos, mas nem esta clarifica a situação, nem a Câmara tem controlo no que lhe respeita, visto que nem discutiu sequer a questão, apesar de participar no Conselho de Administração; do mesmo modo, desconhece-se onde pára o projecto da 2.ª fase do Parque da Cidade e da(s) frentes(s) urbana(s) que podem vir a cimentar a sua periferia e que desvirtuam o projecto tal como foi concebido na 1.ª fase.

«Não avançam medidas para a resolução de problemas essenciais (como o da habitação) da cidade e da população» denuncia o CLP, que considera «bem significativo o saldo de gerência do primeiro ano de mandato que se estima em cerca de cinco milhões de contos».

Manifestando-se pela «estabilidade dos órgãos autárquicos», o PCP afirma que «a Câmara e a Assembleia não

podem ser objecto de instrumentalização com os olhos postos noutras esferas ou noutras eleições, nem pode ser campo de guerrilha ou desforço pessoal».

Tendo dado conta da acção desenvolvida pelo vereador e deputados municipais, «pautada pelo interesse em resolver os problemas da população e pelo respeito pelo funcionamento dos órgãos», acção que considera ter dado resultados positivos nas áreas em que tem responsabilidade directa (Mercados, Serviços Técnicos, Cemitérios e Equipamentos Públicos Colectivos), o Comité Local do Porto do PCP reiterou a sua inteira disponibilidade «para dialogar com todos os interessados na resolução conjunta dos problemas da população», no interior dos órgãos em que participa e em qualquer outro âmbito, incluindo o partidário.

Domingo, em Lisboa

Encontro Nacional da JCP

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) vai realizar no próximo domingo, dia 11, na Faculdade de Letras de Lisboa, o seu Encontro Nacional sob o lema «JCP, Paixão de Transformar».

A análise da situação social da Juventude Portuguesa, ao levantamento e aprofundamento da discussão em torno dos seus problemas juntar-se-á a discussão sobre a participação nas batalhas eleitorais de 1991 e o desenvolvimento das propostas e formas de intervenção da JCP.

O Encontro inicia-se pelas 10.00 h e funcionará com as seguintes secções: **Questões de Política Educativa e Intervenção da JCP no Ensino Secundário; Questões de Política Educativa e Intervenção da JCP no Ensino Superior; Problemas dos Jovens Trabalhadores; Trabalhadores-Estudantes; Associativismo Juvenil Local; Imprensa e Propaganda; Política do Governo e Acção Institucional.**

Os trabalhos do Encontro contarão com a participação do camarada Álvaro Cunhal, que intervirá no plenário de encerramento.

No intervalo da hora de almoço realizar-se-á um magusto-convívio com música popular portuguesa e um bolo gigante de comemoração do 11.º aniversário da JCP (10 de Novembro).

Lei da Caça (PSD) soma e segue

«Reservas» para os privilegiados

• Apenas 0,9% da área reservada diz respeito a zonas de caça sociais

Os dois primeiros dias da nova época venatória, aberta a 21 de Outubro, permitiram a milhares de caçadores portugueses constatar a justeza das posições do PCP. Com a actual Lei da Caça do PSD, o direito de caçar é seriamente restringido para a grande maioria dos caçadores, enquanto uma minoria de privilegiados caça em reservas e todos os dias — sublinha uma breve nota divulgada no passado dia 26 de Outubro pelo grupo de trabalho sobre a caça/Comissão de Agricultura

junto do Comité Central do PCP.

«Multiplicam-se as reservas, que abrangem já mais de 461 mil hectares — 200 mil de Zonas de Caça Turística, 250 mil de Zonas de Caça Associativa, 6 mil de Zonas de Caça Nacionais e apenas 7 mil hectares de Zonas de Caça Sociais», refere aquele grupo de trabalho do PCP, que acrescenta:

«Todos os dias são criadas novas reservas. Em alguns concelhos a área total é já significativa, impedindo o exerci-

cio livre da caça em grandes áreas contínuas e obrigando os caçadores locais a deslocarem-se distâncias apreciáveis para poderem exercer o seu direito de caça.

«Repare-se que as Zonas de Caça Sociais são apenas 7 mil hectares, 0,9% de toda a área reservada! Muitas são as falsas reservas associativas e turísticas. Entre as reservas não existem corredores de terreno livre, que garantam o exercício da caça a todos os caçadores locais e aos que não participam ou não têm acesso à caça nas reservas.

«A generalidade de tais reservas são criadas sem qualquer participação ou interferência dos caçadores locais e das autarquias, que nada podem fazer a não ser assistir ao crescimento das áreas onde apenas poderá caçar uma minoria de privilegiados.

«O PCP, atento à imoralidade desta Lei da Caça, que contrariou, aquando da sua discussão e votação na Assembleia da República, onde foi apresentada pelo PSD/Cavaco Silva, vai em breve propor um conjunto de alterações que, mantendo a preocupação da preservação e renovação dos recursos, reforce o papel das (autênticas) associações de caçadores, estabeleça limitações à área reservada em cada concelho e elimine privilégios.

«Destas alterações daremos oportunamente conhecimento aos caçadores portugueses.»

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

Privatização do BPA

— golpe de profundas consequências para a soberania nacional

1. O anúncio, pelo Governo, do início da 1.ª fase de privatização do Banco Português do Atlântico merece a mais veemente e firme condenação e oposição por parte do PCP.

A dinâmica de crescimento que o BPA, enquanto empresa do sector público, demonstrou ao longo dos anos, os elevados resultados financeiros que tem gerado e o forte grupo financeiro que em torno do BPA se foi criando e desenvolvendo, são realidades indimentáveis que des-

mascaram o sofisma do Governo de que as privatizações visariam tornar as empresas públicas rentáveis e eficientes.

O BPA, tal como o BESCL, assume uma importância estratégica fundamental para um desenvolvimento económico conforme com os interesses nacionais, e para garantir graus de independência e autonomia do sector bancário nacional face aos interesses e estratégias do capital financeiro estrangeiro.

Ao avançar para a privatização do principal banco comercial português, que directa ou indirectamente se traduzirá numa transferência da sua gestão e orientação estratégica para um grupo financeiro estrangeiro, o Governo do PSD pretende desferir um golpe de profundas consequências para a soberania nacional num sector estratégico entre os estratégicos para a economia portuguesa.

2. A importância estratégica do BPA e o consequente significado político do início da sua privatização impedem que as forças políticas e sociais responsáveis que se opõem a uma tão grave mutilação do património e soberania nacionais se possam esconder atrás de um muro de silêncio.

Tão responsáveis como o Governo do PSD serão todas as forças políticas, e designadamente o PS, que pelo silêncio cúmplice e pela inacção venham a permitir que o

Governo de Cavaco Silva concretize a intenção de privatização do Banco Português do Atlântico.

O PCP afirma a sua disposição para, em conjunto com outras forças políticas e sociais, fazer uso de todas as possibilidades existentes para impedir que o Governo de Cavaco Silva concretize um plano de tão nefastas consequências para a independência nacional.

6/11/90
O Gabinete de Imprensa do PCP

Nacional

Anúncio no 2.º aniversário da ALDA Congresso da CNA em Aveiro

A dois de Dezembro, em Aveiro, vai realizar-se o Congresso da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), tal como foi anunciado na comemoração do segundo aniversário da Associação de Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) que contou com a presença do governador civil do distrito, da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral e da própria CNA.

Albino Silva, dirigente da ALDA e da CNA, referiu na circunstância o peso e a importância entre os agricultores do distrito daquela associação de lavoura, justificando assim a escolha da cidade de Aveiro para o primeiro congresso da CNA.

Na sua intervenção, Albino Silva referiu-se ao facto de os agricultores e a lavoura da região terem vindo a ser prejudicados sem uma compensação em apoios económicos para cobrir os prejuízos, citando alguns exemplos, como os prejuízos dos temporais de 1988, a poluição dos concelhos de Ovar e Estarreja (a afectar gravemente algumas produções), os prejuízos causados pelas doenças do gado (como é o caso do bunheiro) e a poluição do rio Vouga que continua a afectar

directamente os interesses económicos dos agricultores e o desenvolvimento agrícola do Baixo-Vouga.

Outros factores que têm prejudicado a actividade agrícola foram referidos por Albino Silva: os recentes aumentos do preço do gasóleo, o contínuo aumento dos preços dos factores à produção que tem contribuído para uma desvalorização económica das explorações agrícolas e entravado o desenvolvimento agrícola do distrito.

Apreensões quanto à forma como estão a ser conduzidas as negociações de quotas leiteiras foram igualmente manifestadas pela ALDA, já que o distrito de Aveiro é um dos maiores produtores de leite do País, lamentando que os agricultores e as organizações da lavoura não ten-

ham alguma vez sido escutadas no decorrer deste processo de negociações.

Sobre este assunto, a ALDA reafirma defender que a aplicação das quotas leiteiras se deve processar somente a partir de 1996 tendo em consideração o atraso da nossa agricultura em relação aos restantes países membros da CEE e a especificidade social do distrito de Aveiro e do próprio País.

Agricultores em dificuldades

Entretanto esteve recentemente reunida a direcção CNA para uma discussão onde ressaltou, entre outras, a consideração de inoportuna e desnecessária a liberalização das importações que provocou quebras nos preços dos produtos agrícolas apenas na produção, a necessidade de reconversão das vinhas, pomares e olivais tendo em conta a especificidade da nossa agricultura, a falta de obras de regadio, de

créditos com juros bonificados, as subidas de preços dos factores de produção, o injustificado encerramento de matadouros e a acentuada quebra de rendimentos dos agricultores.

Falta de incentivos do Governo para modernizar a agricultura, a necessidade de reforço da componente que cabe ao Governo português nos financiamentos aprovados pela CEE, o desajustamento do chamado Reg.CEE 797, as intervenções tardias ou inexistentes das entidades oficiais para casos como o do vinho e arroz de Alcácer do Sal foram outros factos registados pela CNA que lamenta ainda a falta de diálogo do Governo com esta organização que reivindica a entrada no Conselho Económico e Social.

A CNA solicitou audiências a diversos órgãos de soberania, entre os quais o Presidente da República, primeiro-ministro, ministro da Agricultura, Comissão da Agricultura da Assembleia da República, grupos parlamentares, parlamentares europeus e outras entidades.

Apresentação pública de projecto de lei Gestão democrática das escolas

A apresentação pública do projecto de lei sobre a gestão democrática nas escolas, recentemente entregue pelo PCP na Assembleia da República, foi feita na passada terça-feira num hotel de Lisboa, onde estiveram presentes professores, alunos, pais e funcionários, afinal os destinatários desta proposta dos comunistas que tem como vectores fundamentais a

autonomia da escola, a escola considerada como uma comunidade aberta ao exterior e com um projecto educativo, construção colectiva dessa comunidade.

O projecto de lei do PCP afirma-se como profundamente inovador e genuinamente português, extraordinariamente simples e perfeitamente articu-

lado, sendo o seu eixo estratégico composto por duas vertentes: por um lado a promoção do sucesso escolar dos alunos e, por outro, a valorização da escola pública portuguesa e dos seus profissionais.

Disponíveis para ouvir todos e para mudar o que se revele necessário, a organização dos professores comunistas da or-

ganização regional de Lisboa do PCP, que promoveu esta iniciativa, afirma ainda querer participar na definição e rumo da mudança que hoje se verifica na escola portuguesa, participação feita com os professores, estudantes, encarregados de educação, alunos e funcionários, com os quais este projecto de lei se pretende identificar.

Pioneiros: encontro e festa

Desporto e Paz são os temas fortes do plano de actividades dos Pioneiros de Portugal para o ano de 1991, que se está a aproximar rapidamente. Foi num ambiente de festa e de amizade que o 4.º Encontro Nacional, realizado em Lisboa, no passado domingo, escolheu aqueles temas, inicialmente seleccionados pelos representantes de cada núcleo e depois levados ao Encontro, no pavilhão do Jardim do Tabaco, «ali» à beira Tejo.

Mas se a discussão foi interessante, que dizer da festa propriamente dita?

As fotos que aqui publicamos dão uma (pequena) ideia do que lá se passou. Mas é melhor começar pelo princípio...

Os Pioneiros partiram do Parque Eduardo VII em pe-

quenos grupos, dando início ao **jogo da pista**, rumo ao Jardim do Tabaco. Pelo caminho foi a descoberta da cidade e dos seus monumentos. E também a concretização de diferentes tarefas: colocação de abrigos para pássaros, pintura de um painel na rotunda do Marquês de Pombal, etc. Para

não perder muito tempo, até houve uma viagem de **Metro**. Durante o percurso deste jogo havia de encontrar mensagens deixadas pelos monitores em diversos locais: lojas, bancas de jornais, monumentos. Até que se chegou ao «tesouro», que é como quem diz: à meta do jogo — um mercedo chocolate para cada participante e a revelação do local do 4.º Encontro Nacional e da festa.

Uma festa com muito entusiasmo e alegre participação de centenas de crianças, com muitas oriundas de Lisboa e Setúbal.

Malabarismo, contorcionismo, cantigas e danças, fanta-

sias e surpresas animaram a festa, iniciada às 16 horas.

Domingo, 4 de Novembro — um dia inesquecível para os Pioneiros de Portugal, um dia em que as preocupações com a defesa do meio ambiente também estiveram presentes, não fosse a festa chamar-se «**Queremos escolher a cor da Natureza**».

Saliente-se ainda que o 4.º Encontro Nacional aprovou uma mensagem sobre o meio ambiente, onde se fala da necessidade de defender o património natural para que todas as crianças possam, entre tantas outras coisas, brincar com as águas dos nossos rios.

Um olhar feminino por Lisboa

Lançar o desafio a novas descobertas, questionar a história da cidade naquilo que ainda guarda de oculto como a presença das mulheres enquanto protagonistas da sua construção é um dos objectivos de uma iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) que começará no próximo sábado às nove horas da manhã no Mosteiro dos Jerónimos, local de concentração para a partida de um passeio à cidade de Lisboa sob o signo: *à descoberta da memória da cidade de Lisboa e das mulheres*.

Lançar um olhar feminino por Lisboa é a proposta do MDM para esta visita destinada a mulheres desta cidade e de Setúbal que irão percorrer a zona de Belém, Alcântara, Alfama e Castelo.

De manhã serão visitados os

claustros do Mosteiro dos Jerónimos e o Padrão dos Descobrimentos, onde se destacará o papel das mulheres na Lisboa quinhentista e nas descobertas.

Para esta visita o MDM contará com a participação e apoio das juntas de freguesia de Belém, Alcântara, Castelo, São Miguel e São Vicente de Fora.

Serão ainda evocadas as propostas do MDM dirigidas à cidade, nomeadamente as que dizem respeito à toponímia e à importância da criação de um espaço no museu da cidade que homenageie as mulheres que se destacam na sua história — proposta esta que o MDM tem vindo a apresentar à Câmara Municipal desde 1977.

Todos os interessados em participar neste passeio podem ainda contactar o MDM pelos telefones 3527853/55.

Emigrantes em congresso

O Conselho da Comunidade Portuguesa de França — CCPF —, realizou o seu primeiro Congresso, nos dias 27 e 28 de Outubro, em Paris. «Mutações e Renovação na Comunidade» foi o lema do Congresso onde estiveram representadas 137 associações de emigrantes portugueses das principais regiões de França com forte implantação portuguesa.

O Congresso aprovou por unanimidade uma Plataforma de Acção «que constitui uma base que propomos a todas as associações para discutir, reflectir e agir».

Esta Plataforma surge no quadro da reestruturação em curso do CCPF para melhor responder às exigências do movimento associativo português em França.

Esta reestruturação é baseada em 3 eixos de actividade em torno dos quais se desenrolaram os debates do Congresso: integração no espaço social francês; promoção do espaço cultural português; defesa dos interesses da Comunidade junto das instituições portuguesas e europeias.

Foram ainda feitas alterações aos estatutos e no final dos trabalhos o Congresso elegeu os corpos directivos.

Pensões MURPI protesta

Na última reunião da coordenadora nacional do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI), foi deliberado protestar contra o aumento das pensões mínimas que, segundo o Governo, passarão para vinte mil escudos em Janeiro próximo, *dado que este valor não permite uma vida digna a quem com ele tiver de governar-se*, assinala-se em comunicado desta organização.

OMURPI voltou a reafirmar a necessidade de um aumento intercalar de pensões, com referência a Julho de 1990 de três mil e 500 escudos, bem como a indexação dos valores das pensões aos aumentos de inflação.

Por outro lado, continua a reivindicar o reconhecimento como parceiro social, a obtenção de condições vantajosas na comparticipação de medicamentos e a obtenção de passes sociais em condições diferentes.



Erich Hahn / Alfred Kosing

A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA

Curso Básico

Uma obra indispensável sobre a filosofia Marxista-Leninista, importante instrumento para a transformação revolucionária do mundo.

Comunidade Europeia

Lobby europeu de Mulheres tem presidência portuguesa

Promover a realização efectiva da igualdade de direitos e de oportunidades entre as mulheres e os homens é o objectivo fundamental do recém-criado Lobby Europeu de Mulheres, para cuja presidência foi eleita Ana Vale, representante da CGTP no Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina. De acordo com os seus estatutos, o Lobby visa servir de instrumento às associações que o mandatem para promover os interesses das mulheres que vivem nos Estados membros da Comunidade, incluindo os emigrantes, as minorias étnicas e os grupos sociais mais expostos e marginalizados, no quadro de uma Europa unida e democrática.

O Lobby de Mulheres, apresentado em Lisboa na passada segunda-feira, é formado por organizações femininas europeias e nacionais dos doze países da CEE e propõe-se «fazer ouvir melhor» a voz das mulheres na Europa.

O projecto, em desenvolvimento há cerca de dois anos, conheceu um impulso decisivo em Setembro último com a realização da sua primeira Assembleia Geral, em Bruxelas. A delegação portuguesa ao evento, composta por Ana Vale, Antonieta Pereira, Graça Vasconcelos e Isabel Gonçalves, foi eleita pelas Organizações não Governamentais de Mulheres que constituem o Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina.

A Assembleia aprovou os Estatutos do Lobby, decidiu sobre o seu programa de trabalho e elegeu de entre si

vinte membros para integrar o primeiro Conselho Directivo. Para a presidência foi eleita a camarada Ana Vale, sendo as duas vice-presidências asseguradas por Anita Garibaldi, do Movimento Europeu, e Eva Eberhardt, da Coordenação Europeia de Mulheres.

Como se afirma no comunicado de imprensa divulgado a propósito pela Comissão da Condição Feminina, a criação do Lobby radica no facto de, «apesar da legislação comunitária conferir mais atenção à igualdade do que a legislação de muitos Estados membros», as mulheres continuam a sentir a necessidade de «exercer pressão no sentido do progresso».

Por isso mesmo a organização tenciona «acompanhar as propostas legislativas e os programas da Comunidade Europeia, apresentar sugestões de novas directivas, levar



Ana Vale

a cabo campanhas para assegurar que a política económica e social da Comunidade beneficie todas as mulheres (em especial as que pertencem às camadas mais vulneráveis e marginalizadas da sociedade) e encorajar o recrutamento e a promoção das mulheres a postos de responsabilidade».

Para prosseguir tais objectivos, o Lobby terá em Bruxelas um secretariado que pressionará as diversas instituições comunitárias, e trabalhará coordenadamente através das Organizações Europeias de Mulheres, Coordenações Nacionais e membros correspondentes individuais em cada Estado membro, de forma a poder exprimir as opiniões e aspirações de mais de cem milhões de mulheres.

A Comissão da Condição

Feminina salienta ainda o facto de o Lobby agrupar Organizações de Mulheres de todo o espectro político, de norte a sul da Europa e de todos os grupos sociais.

Neste seu primeiro ano de actividade o Lobby vai concentrar os seus esforços no 3º programa de acção sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres da Comunidade, de forma a garantir que os empenhamentos constantes dos programas anteriores tenham seguimento no novo programa em preparação, e ainda exercer pressão para que sejam aprovadas as propostas de directiva pendentes e para que sejam aplicadas as existentes.

No âmbito dos seus objectivos, o Lobby propõe-se ainda fazer propostas a favor de uma política social europeia e de uma verdadeira coesão social europeia para que a realização do mercado interno seja acompanhada de uma melhoria das condições económicas e sociais e de uma segurança social melhor para todos os habitantes da Comunidade Europeia, bem como zelar para que a cooperação entre a CEE e os outros países, nomeadamente os da Europa Central e Oriental e os países em vias de desenvolvimento, inclua plenamente as mulheres.

Autarquias portuguesas devem participar na gestão dos programas regionais

— afirma Comissão das Comunidades

A Comissão das Comunidades Europeias afirma estar perfeitamente consciente da necessidade de associar as autarquias locais portuguesas e as associações de municípios portugueses à gestão das diferentes formas de intervenção do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional em Portugal, pelo que é sua intenção velar para que a participação dos municípios no desenvolvimento das acções previstas nas diferentes intervenções seja, no futuro, efectivamente assegurada.

A afirmação foi feita pelo comissário Millan, em nome da Comissão, em resposta às preocupações de Joaquim Miranda sobre a forma como as autarquias locais portuguesas estão a participar na gestão dos programas regionais.

O eurodeputado Joaquim Miranda fez saber à Comissão das Comunidades que as autarquias locais portuguesas e respectivas associações de municípios «vêm sendo remetidas a uma posição secundária ou mesmo marginal na gestão das operações integradas de desenvolvimento, programas operacionais e subvenções globais», em favor do poder central e suas extensões regionais, designadamente as Comissões de Coordenação Regional. E isto apesar de caber às autarquias, como sublinha Joaquim Miranda, o número mais significativo de projectos apresentados naqueles âmbitos e de assumirem a responsabilidade pela mais importante fatia de finan-

ciamento de tais programas, a nível nacional.

Para o eurodeputado do PCP, esta situação, que contribui de resto para um sensível atraso na concretização dos programas em causa, «vem determinando que as autarquias venham reclamando, cada vez mais, uma participação nas unidades de responsabilidade que lhes cabe na concretização dos programas».

Tendo em consideração que a Comissão acompanha e segue de perto esta problemática, e que tem participado, no âmbito da Comissão de Acompanhamento Global, em reuniões em que directa ou indirectamente tais questões têm sido abordadas, Joaquim Miranda quis saber

como é que esta situação é encarada e que medidas se pensa tomar para responder às reclamações das autarquias.

Na sua resposta, o comissário Millan confirmou a importância da participação das autarquias neste processo, recordando que a mesma se encontra prevista no quadro da reforma dos fundos estruturais da Comunidade Europeia, constituindo «um elemento essencial da própria noção de «associação» que, como se sabe, pretende levar a uma «concertação estreita entre a Comissão, o Estado-membro em questão e as autoridades competentes por ele designadas a nível nacional, regional, local ou outro, agindo todas as partes na qualidade de parceiros que prosseguem um objectivo comum».

Neste contexto, a Comissão considera que a estreita associação dos municípios portugueses à negociação e à gestão das diferentes formas de intervenção «permite assegurar, por um lado, uma definição mais realista dos objectivos das intervenções e, por outro lado, uma maior eficácia no que respeita à realização das acções previstas».

Tendo em conta que a Comissão «não pode negociar

directamente com todos os municípios interessados», o comissário refere a necessidade de tal participação ter de ser realizada «de acordo com o princípio da representação». O que foi feito com o acordo do Governo português.

Uma forma delicada do comissário Millan assacar ao executivo de Cavaco Silva as eventuais responsabilidades no afastamento dos municípios de todo este processo.

Apesar disso, a Comissão, segundo aquele comissário, previu mecanismos contemplando a participação dos municípios, pelo que em todos os programas aprovados se encontra estabelecido que as unidades de gestão respectivas «devem incluir representantes dos municípios, verificando-se a mesma situação no que respeita aos comités de acompanhamento desses programas».

Face ao exposto, a Comissão considera que, de momento, as preocupações de Joaquim Miranda estão acatadas, embora seja intenção da Comissão «velar para que a participação dos municípios no desenvolvimento das acções previstas nas diferentes intervenções» seja, no futuro, «efectivamente assegurada».

Proposta sobre Timor-Leste

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu, Barros Moura, Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro, apresentaram, em nome do Grupo Coligação de Esquerda, o pedido de inscrição no debate sobre as questões actuais, urgentes e muito importantes, de uma proposta de resolução sobre a violação dos direitos do homem em Timor-Leste.

A proposta recorda a invasão de uma escola secundária de Timor pelas tropas indonésias, na sequência dos protestos estudantis de 8 de Outubro, de que resultou a morte de 4 estudantes e ferimentos num soldado indonésio, bem como a violência da repressão policial contra as manifestações de protesto realizadas pelos estudantes nos dias imediatos, que provocou ferimentos graves em cinco estudantes. Chama também a atenção para o facto de, segundo meios próximos da Igreja católica, terem sido detidas, entre 15 e 26 de Outubro, 43 pessoas entre estudantes, jovens camponeses e funcionários do governo local, e sublinha que «o próprio Comandante-chefe das Forças Armadas indonésias de ocupação reconhece a gravidade da repressão, ao admitir que foram efectuadas 32 prisões».

O texto da proposta faz ainda notar que as prisões e espancamentos são efectuados à noite, por grupos não identificados, mascarados, agindo com apoio das tropas ocupantes para implantar o terror, de tal forma que o próprio governador imposto pela Indonésia já denunciou «o clima de terror e as acções da polícia», e acusa a Indonésia, sujeitar «os 120 000 habitantes do território a viverem em permanente estado de sítio». Fazões mais do que suficientes para que o Parlamento Europeu condene a repressão levada a cabo pela Indonésia e exija a retirada das suas tropas de ocupação, e reconheça que «a repressão é uma resposta ao crescimento do movimento em favor da auto determinação e independência».

Segundo a proposta dos deputados comunistas, o PE deve instar a Comissão, o Conselho e os Ministros dos Negócios Estrangeiros «a cumprirem as precedentes resoluções do PE sobre Timor-Leste».

Ordenamento territorial

Em recente debate no PE, o Grupo Coligação de Esquerda votou favoravelmente o relatório relativo a «uma política harmonizada do ordenamento territorial», por concluir que ele responde à necessidade de se «considerar a importância de dimensão regional nos processos em curso na Comunidade».

De acordo com a declaração de voto apresentada por Sérgio Ribeiro «só com base em um ordenamento do espaço, condição e resultado de uma verdadeira estratégia de descentralização que permita uma real participação dos cidadãos, integrando o Poder Local, as regiões, o Estado, e este na Comunidade Europeia, se pode avançar para a eliminação, ou atenuação, das grandes disparidades e assimetrias de densidade demográfica, de condições sociais, de desenvolvimento da Comunidade, contrariando a tendência para a concentração regional das actividades e da riqueza».

Distribuição de energia

O Grupo Coligação de Esquerda votou também favoravelmente o relatório relativo às redes de distribuição de energia, a estabelecer pelos Estados membros.

Na declaração de voto, Sérgio Ribeiro recordou que o relatório em causa, da deputada Garcia Arias, partiu de uma proposta de resolução do deputado De Rossa, da Coligação de Esquerda, baseando-se, entre outros, em considerandos que «sublinham a insuficiente infra-estrutura da distribuição de energia e o carácter não diversificado do abastecimento, a existência de recursos energéticos não aproveitados ou insuficientemente aproveitados, a falta de infra-estruturas energéticas e o objectivo da coesão económica e social».

Sérgio Ribeiro manifestou, por outro lado, preocupações quanto à possibilidade de «as decisões sobre a rede de gás, que directamente respeitem a Portugal, possam ser tomadas inteiramente condicionadas por critérios e opções que antecedam a chegada à nossa fronteira», e alertou para a necessidade de apoio financeiro, dado os «muito elevados custos do projecto».

Dívida externa dos ACP

O eurodeputado Barros Moura propôs a anulação total da dívida externa dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) não só para com a CEE, como para com cada um dos Estados membros. Intervindo no debate sobre a dívida externa daqueles países, o deputado do PCP chamou a atenção para o facto de «as grandes alterações sobrevindas na ordem internacional parecerem condenar os países ACP a mais graves dificuldades e retrocessos».

«Países arruinados pelo peso da dívida, populações inteiras em condições infra-humanas, dezenas de milhares de crianças morrendo anualmente de fome - lado a lado com o consumismo exacerbado nos países desenvolvidos - tal é o trágico e injustíssimo balanço de uma década de neo-liberalismo, de reaganismo e de thatcherismo», disse Barros Moura, que salientou que a Comunidade não pode deixar passar mais tempo sem tomar medidas concretas que vão no sentido das justas pretensões dos ACP.

Lembrou, a propósito, que a transferência de capitais do Sul para o Norte (dos países pobres para os países ricos) cresceu nos últimos anos de 37 600 para 43 990 milhões de dólares, o que inequivocamente ilustra a que ponto os países pobres são contribuintes líquidos da parte desenvolvida do mundo!

GOLFO

Nenhuma solução pode ignorar os problemas da zona

A crise actual «mostra-nos que não se pode deixar como está a situação no Médio Oriente. Existe uma interdependência», disse há dias o presidente soviético, Gorbachov, em conferência de imprensa conjunta com François Mitterrand, em Paris. Este um facto que dificilmente poderá ser ignorado, e que significa caminhar para a solução de problemas e não «baralhar e dar de novo», através da opção militarista, perspectiva em que estariam interessados diferentes sectores, nomeadamente nos países árabes.

A crise do Golfo está a trazer a uma luz mais viva múltiplos problemas e contradições, profundíssimas injustiças sociais e, simultaneamente, a testar e de certa forma a impor novos desenvolvimentos nas relações e na política internacional. Trata-se da necessidade de encontrar soluções políticas, pacíficas, para as situações de conflito, por um lado. E por outro, caminhar para a criação de uma nova ordem internacional no plano económico. Pois a violência económica também mata. Silenciosa e quotidianamente. 40 000 crianças (que poderiam ser facilmente salvas) em cada dia, segundo os dados da UNICEF.

É neste quadro que poderemos avaliar a complexa e contraditória dinâmica das iniciativas de paz e da lógica belicista.

A dinâmica da diplomacia

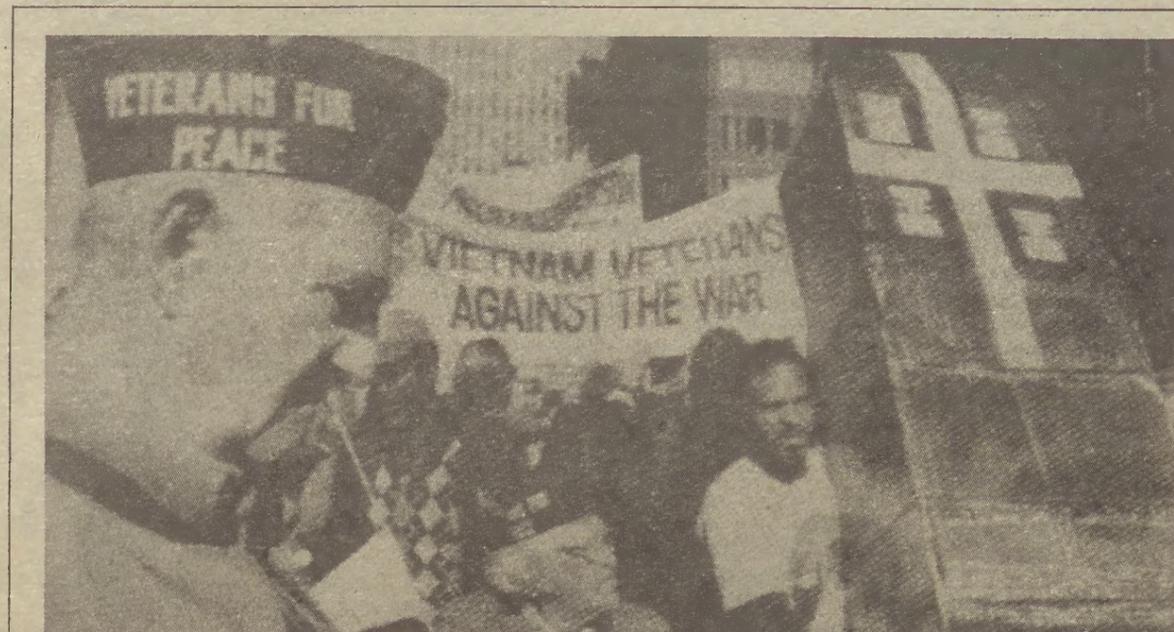
Na já referida conferência de imprensa em Paris, Gorbachov defendeu que o processo de procurar de paz «desenvolver-se-ia melhor no caso de se desenvolver no âmbito de uma conferência interárabe». E sublinhou — «É necessário dar prioridade a esta questão essencial. Pa-

rece-me que a direcção iraquiana estaria mais de acordo com essa solução». «A comunidade internacional arrisca-se a ser arrastada para uma situação imprevisível se não nos ocuparmos da situação no Médio Oriente», acrescentou.

Na mesma conferência foi afirmada a vontade da URSS e da França de alcançar «um desanuviamento político» da crise, insistindo-se simultaneamente na absoluta necessidade para o Iraque de «preencher as condições» impostas pela comunidade internacional.

Para uns, trata-se de uma «missão impossível». Não escamoteando, naturalmente, as imensas dificuldades que semeiam o caminho das soluções políticas — necessariamente soluções negociadas nunca é demais reafirmar, que contrariamente às esperanças dos «falcões», a via militar não é, pura e simplesmente, solução.

«Mesmo uma vitória militar total (sobre o Iraque) será uma tragédia, e as perspectivas de paz a longo prazo no Próximo Oriente serão piores que nunca», afirma-se em artigo da «Time». A violência militar já provou vezes sem conta não ser solução, antes gerando novos problemas futuros. Mais ainda na nossa época,



«Não queremos um novo Vietname», foi uma das palavras de ordem que mobilizaram dezenas de milhar de manifestantes em Nova York e mais outras 26 cidades dos Estados Unidos, num grande protesto, em fins de Outubro, contra a escalada belicista no Golfo. As cinco exigências avançadas hoje pelos pacifistas norte-americanos, e concretamente da Coligação contra a intervenção no Médio Oriente, foram amplamente divulgadas durante as manifestações: retirada imediata do Golfo Pérsico de todas as tropas norte-americanas, dos porta-aviões e de todas as armas de destruição massiva; Não às bases norte-americanas na região, quer temporárias, quer permanentes; Promulgação de uma lei impedindo o presidente de usurpar o poder de declarar guerra, poder que pertence ao Congresso; Apoio aos esforços diplomáticos para pôr fim à crise do Golfo; Créditos para a habitação, a educação, o emprego, a saúde, a investigação contra a Sida, as pensões dos antigos combatentes, e não para a guerra. De salientar que, segundo uma das últimas sondagens publicadas pela «Newsweek», 73% dos inquiridos consideram que o presidente dos EUA deveria esperar para ver os efeitos do embargo sobre o Iraque, antes de encarar um recurso à força; 69% pronunciam-se claramente por uma solução diplomática.

em que as interdependências se afirmam com particular força.

Não por acaso, também nos Estados Unidos, se erguem vozes oficiais contra qualquer intervenção militar.

Um grupo de 81 democratas da Câmara de Representantes norte-americanos subscreveu um comunicado em que manifesta a oposição a qualquer intervenção militar no Golfo. Concretamente afirma-se haver «indicações re-

centes de que os EUA deixaram de ter uma posição defensiva e de que a guerra está iminente», acrescentando-se que os signatários se «opõem terminantemente a qualquer acção militar».

Lógicas de guerra

Entretanto as lógicas de guerra auto-alimentam-se com a própria acumulação de armas na zona. Há claros sinais de que o governo (neste momento derrubado militarmente) do Koweit, os dos Emirados e do próprio Egipto, estariam a instigar o eclodir de uma guerra, por motivos em nada diferentes dos da agressão desencadeada pelo Iraque — redistribuição do poder e das riquezas. A recusa (pelo menos por ora) da nova cimeira árabe, proposta pela União Soviética, parece ir nesse sentido.

Para já, as populações locais estão a ser fortemente atingidas pelas guerras de propaganda, de posições, estímulo para novas arbitrariedades em países em que, como recentemente foi sublinhado pelos partidos comunistas da região, o défice de democracia é imenso, e um problema central na zona, sintoma e factor de profundos problemas sociais.

A violência praticada pelo Iraque (e não apenas no Koweit), sobre refugiados desse país invadido, somam-se outras violências, outros refugiados. Como é o caso do meio milhão de iemenitas, na prática expulsos da Arábia Saudita. Uma clara represália contra as posições assumi-

das pelo Iemen nesta complexa crise.

Concretamente a Arábia Saudita cortou aos iemenitas o privilégio, de que até agora gozavam, de entrarem no seu território sem visto nem carta de chamada.

Mais sintomático ainda do clima que se vive no país é o verdadeiro êxodo de iemenitas, que se está a registar, mesmo da parte dos que poderiam legalmente ficar. Aliás, a Amnistia Internacional produziu informação denunciando maus tratos aos iemenitas na Arábia Saudita.

Palestinianos

«O Likoud utiliza as actuais convulsões para destacar uma razão do conflito israelo-árabe — o carácter belicoso e falso dos seus visinhos radicais — enquanto oculta outra: a intransigência e o expansionismo de Israel. Enquanto Israel recusa retirar-se dos territórios ocupados e enquanto reprimir os palestinianos, a política israelita será uma fonte de instabilidade: e os Estados Unidos como protector e amigo de Israel, pagarão o seu preço em termos de uma menor capacidade na relação com os árabes, quer sejam moderados, quer radicais». O comentário é da «Time» e aplica-se particularmente bem aos actuais acontecimentos nos territórios ocupados.

Depois dos massacres de Jerusalém, em que morreram mais de duas dezenas de palestinianos, a situação tende a agravar-se. O cerco da repressão aperta-se. O recolher

obratório foi imposto na maior parte dos campos de refugiados. Simultaneamente, novas regulamentações proibem qualquer trabalhador palestiniano, que tenha estado detido no passado, ou que de alguma forma tenha sido detectado como participante na «Intifada», de entrar em Jerusalém. Medida que na prática atinge quase todas as famílias palestinianas. Por outro lado, foi exigido a todos os palestinianos que trabalham em Israel, que renovem as suas cartas de permissão de trabalho. Entretanto, as forças de segurança estão a computadorizar listas de palestinianos afectados pelas novas restrições.

Nestes dias, prosseguem as manifestações e a repressão na Faixa de Gaza. Nomeadamente quando do protesto contra a morte, na prisão central de Gaza, do dirigente palestiniano Artiya al-Za'in.

Os factos confirmam que a questão palestiniana reafirma-se como uma questão central no fecho de problemas em que se debate o Médio Oriente. Ignorar esta interdependência é votar ao fracasso qualquer tentativa de solução dos problemas da zona, nomeadamente o da ocupação do Koweit pelo Iraque.

Em recente comentário em «The Independent», diz-se que qualquer resposta à aneção do Koweit fracassará se «levar a uma solução militar que não resolverá a instabilidade fundamental (da região) e uma vez mais gerará o antagonismo da maioria dos Árabes». Este um facto incontornável.

Carta ao presidente Bush

Alex Molnar é professor na universidade de Wisconsin, em Milwaukee. O «New York Times» publica a carta por ele dirigida ao presidente dos EUA, depois de se ter despedido do seu filho, um jovem marinheiro enviado para a Arábia Saudita. Eis alguns extractos:

«... Agora que me fui despedir do meu filho, vi-o experimentar o seu equipamento antiquímico. Não sei se já viveu uma tal experiência, senhor presidente. Espero que nunca a venha a ter.

«Encontrei também outros soldados, companheiros do meu filho. São todos uns belos jovens. Muitos vêm de famílias pobres. Alistaram-se na marinha para ter com que pagar os seus estudos.

«Nenhum destes jovens foi convidado para participar no conselho de administração de uma Caixa de Depósitos como foi o seu filho Neil. Nenhum deles tem pais suficientemente influentes para apelar a um general ou escrever-lhe, para garantir que o seu filho ficará na retaguarda, como os pais do vice-presidente Dan Quayle fizeram durante a guerra do Vietname (...)

«Será o vosso "modo de vida americano" que leva o meu filho a arriscar a sua vida para que os americanos continuem a ter o direito de consumir 25% a 30% do petróleo mundial? O "mercado livre" de que sois um fervoroso devoto, tem um preço bem elevado, pelo menos para os pais como eu e para os rapazes e raparigas como o meu filho.

«Agora que estamos perante o risco de guerra, tenho a intenção de apoiar o meu filho e os seus companheiros fazendo tudo o que puder para impedir qualquer acção militar ofensiva dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. Os soldados que encontrei merecem muito mais que os políticos que os tomaram como reféns (...)

«No passado, demonstrastes que não respeitais outro princípio que não seja o da ascensão da vossa carreira política. Isso levanta-me dúvidas quanto à vossa coragem ou o carácter necessários para procurar uma solução diplomática para a crise. Se, como temo, acabareis por dar aos soldados americanos a ordem para atacar o Iraque, será Deus que terá que vos perdoar. Eu não.»

Internacional

Revolução de Outubro

- 73 anos

No 73.º aniversário da Revolução de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas:

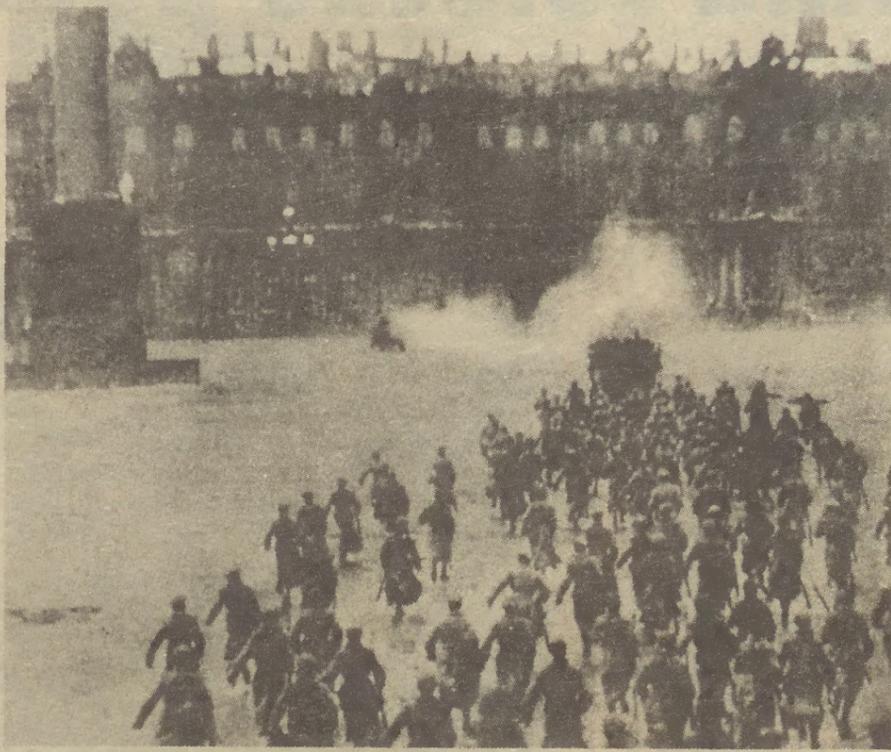
Pelo 73.º aniversário do Grande Outubro, enviamos-vos, e por vosso intermédio a todos os comunistas, aos trabalhadores e aos povos da URSS, as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao fazê-lo, estamos certos de exprimir os sentimentos dos trabalhadores, dos homens, mulheres e jovens progressistas de Portugal que têm consciência do significado histórico-mundial do feito heróico de 1917, o qual rasgou, não apenas aos povos da Rússia czarista, mas a toda a Humanidade, o início do caminho para a criação de uma nova sociedade liberta da milenar exploração do homem pelo homem.

Nós, comunistas portugueses, não esquecemos nem minimizamos, não obstante os graves erros e deformações verificados, as grandes realizações alcançadas nestas sete décadas pela luta abnegada e o trabalho criador de gerações sucessivas da classe operária, do campesinato e da intelectualidade avançada da União Soviética

ca que, mesmo arrostando com as mais adversas condições externas, construíram o primeiro país socialista da História — obra pioneira que marcou indelevelmente o século XX com um sentimento revolucionário, libertador, humanista. Não esquecemos a solidariedade internacionalista dos comunistas e do povo soviético para com a luta de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos do mundo inteiro. Não minimizamos, antes valorizamos altamente, o contributo passado e presente da União Soviética, sob a direcção do PCUS, para a paz e a segurança na Terra.

Por isso desejamos de todo o coração ao PCUS, aos trabalhadores e aos povos da URSS, que hoje enfrentam uma complexa e contraditória situação, pleno êxito na luta pela rápida superação das actuais dificuldades e pela realização dos objectivos revolucionários da «perestroika» de modo a defender, renovar, reforçar e dar um novo impulso ao desenvolvimento humanista do socialismo no país dos Soviéticos, dando uma nova e vigorosa



contribuição à luta pela causa do progresso social, da paz e do socialismo.

Tendo vivido e lutado durante várias décadas sob uma ditadura fascista, tendo contribuído na primeira linha para a vitória da revolução do 25 de Abril de 1974 e para as suas históricas conquistas, conhecendo na nossa carne a exploração capitalista e o jugo imperialista, combatendo hoje firmemente contra a política da direita e por uma Democracia Avançada no limiar do século XXI — nós, comunistas portuque-

ses, profundamente ligados aos trabalhadores e às massas populares, temos a inabalável convicção de que vale a pena lutar pelos nossos generosos ideais e é possível vencer, porque toda a história da Humanidade nos indica que o futuro pertence, não ao capitalismo explorador, mas ao socialismo libertador.

Queridos Camaradas:

Os comunistas portugueses reafirmam-vos a sua determinação em manter e reforçar os tradicionais laços de amizade, solidariedade e cooperação en-

tre os nossos dois partidos, no interesse da amizade e cooperação entre os nossos povos e países, do movimento comunista e revolucionário internacional, da paz e do progresso social de toda a Humanidade.

Viva a causa gloriosa da Revolução de Outubro!

Viva a amizade e solidariedade entre o PCP e o PCUS!

Viva a amizade entre os povos!

Viva o marxismo-leninismo, o internacionalismo proletário, a paz e o socialismo!

«Não há alternativa à paz»

— Reafirma o CPPC na Semana do Desarmamento

«Em nosso entendimento, não há alternativa à paz, ao diálogo, à solução política e pacífica dos conflitos entre nações e povos. Por mais difícil e complexo que se revele, este é o único caminho para salvaguarda e conservação da vida no planeta», afirma-se na Declaração do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) sobre o 45.º aniversário das Nações Unidas, no encerramento da Semana Mundial de Desarmamento, no passado dia 30 de Outubro.

No encontro com a comunicação social, realizado dia 30 no Centro de Informação das Nações Unidas, participou António Muinos, embaixador-cessante e director do Centro das Nações Unidas, que encerrou o encontro com uma saudação ao CPPC e à Câmara Municipal de Lisboa, as duas instituições que em Portugal foram distinguidas com o galardão «Mensageiros da Paz». Participou igualmente o vereador Anselmo Aníbal, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, que apresentou uma moção sobre o aniversário da ONU, aprovada por unanimidade na última reunião da Edilidade. Pelo Conselho da Paz estiveram presentes o eng. Cunha Serra, presidente da direcção, a dr.ª Helena Rato, Manuel Lopes e António Pedro de Carvalho, membros da Direcção Nacional.

A Declaração do CPPC foi

lida no encontro pelo eng. Cunha Serra.

Declaração do CPPC

Por ocasião do 45.º aniversário das Nações Unidas e no encerramento da Semana Mundial de Desarmamento promovida pela ONU, o Conselho Português para a Paz e Cooperação afirma, de forma clara e inequívoca, o reconhecimento do papel altamente positivo desempenhado pela organização das Nações Unidas no processo de desarmamento e de desanuviamento, e manifesta o seu empenhamento em apoiar todas as acções que a organização venha a promover, nomeadamente quando apontem para pôr termo à corrida armamentista, continuar o processo de desarmamento, restabelecer a confiança e o clima de diálogo.

Nos conturbados e perigosos momentos que vivemos, não só e particularmente em



Encontro com a comunicação social, no Centro de Informação da ONU, no encerramento da Semana Mundial de Desarmamento

consequência da invasão e ocupação do Kuwait, pelas tropas do Iraque, mas também pela incapacidade revelada a nível colectivo para encontrar uma solução duradoura para a situação em que vivem os povos mártires da Palestina, de Timor Leste e da África do Sul, entre outros, e também pelos perigos que representa a concentração colossal de homens e máquinas de guerra no Médio Oriente e ainda no desenvolvimento da lógica da inevitabilidade da guerra, julgamos importante reafirmar alguns princípios que têm orientado a nossa acção. (...)

Reconhecemos, como sinais positivos, alguns passos

já dados no sentido do desarmamento e do desanuviamento, como a criação de um novo clima político de confiança e de diálogo entre a URSS e os EUA, os acordos e tratados já assinados e ratificados para destruição de determinado tipo de armamento nuclear, os esforços realizados na busca de soluções políticas para a resolução de perigosos conflitos locais e regionais ou algumas medidas unilaterais de desarmamento.

Entretanto, lamentamos um vasto conjunto de medidas que contrariam esta tendência, comprometendo-a e pondo-a definitivamente em causa, se prosseguir.

Referimo-nos muito concretamente, e só para exemplificar, aos aumentos generalizados das despesas militares, à continuação dos ensaios nucleares e dos projectos de modernização e renovação de armamentos, ao reforço das estruturas político-militares, e à tendência de privilegiar, junto da opinião pública, as teses da confrontação e da guerra, às razões da paz.

Em Portugal, e relativamente a decisões tomadas antes da crise do Golfo, apenas a título exemplificativo, referimos algumas situações que podem confirmar esta nossa preocupação. São os aumentos das despesas militares, o alargamento do campo de tiro de Alcochete, o aumento das facilidades às Forças Armadas das despesas militares, o alargamento do campo de tiro de Alcochete, o aumento das facilidades para utilização das nossas bases nas Lajes, Beja, Montijo e Flores, a compra das fragatas Meco, e dos aviões Orion e F16, as facilidades para estacionamento e trânsito de barcos e aviões equipados com armas nucleares. (...)

O desarmamento é, não só, uma necessidade, como um imperativo para impedir a confrontação e a guerra, mas também uma condição indispensável para o desenvolvimento e para o progresso.

«O povo de Verdelhos (Covilhã) é povo unido e valente. Há tempos, os lavradores estavam dispostos a vender à população o milho que era necessário ao abastecimento local. Mas o Grémio salazarista, seguindo a habitual política de rapina do governo, resolveu não autorizar essa venda e ir buscar o milho a Verdelhos [para aumentar o «bolo» da especulação e das remessas para a Alemanha nazij. Ai se dirigiram agentes do Grémio, acompanhados de forças da GNR.

Mas a valente população de Verdelhos não se atemorizou. Todos se uniram como um só homem, na firme disposição de defenderem o que era seu (...).

Os homens do Grémio e a força da GNR tiveram que desistir do seu intento. O milho não saiu e passou a ser vendido à população pelo preço da tabela.»

(«A população de Verdelhos impede o roubo do milho» - «Avante!», VI série, nº 66, 2.ª quinzena de Novembro de 1944)



«Durante 22 anos, a luta pelo reconhecimento à República Popular da China dos seus legítimos direitos de representação na ONU foi uma reivindicação central das forças progressistas do mundo, tendo à frente os países socialistas e o movimento comunista internacional.

Em nenhum momento as actividades cionistas dos dirigentes do P.C. da China contra os partidos irmãos e o movimento comunista internacional, a sua plataforma ideológico-política particular, as suas pretensões territoriais em relação a vastas áreas da União Soviética, a sua equívoca política internacional afastaram os países socialistas e os partidos comunistas desta justa batalha.

A entrada da China na ONU reproduz a imagem real do mundo de hoje, que as forças mais obstinadas do imperialismo, o imperialismo americano, procuraram iludir durante anos.

(«A China na ONU» - «Avante!», VI série, nº 435, Novembro de 1971)



«Em Barcelona, nas Astúrias, em Madrid, Pamplona e noutras cidades de Espanha, dezenas de milhares de trabalhadores recoreram à greve, fazendo manifestações de rua e enfrentando valentemente as forças repressivas, reclamando aumentos de salários e outras reivindicações imediatas.

A greve com ocupação das fábricas de 21 mil operários da SEAT, pela readmissão de 20 operários despedidos e contra a exploração, pôs à prova a impotência das forças policiais face à unidade dos trabalhadores e à força da solidariedade operária: greves de solidariedade tiveram lugar em numerosas empresas de Barcelona, e nas poderosas e sucessivas manifestações de rua que realizaram os operários da SEAT tiveram ao seu lado o povo trabalhador.

Da bestial violência das forças repressivas, que dispararam criminosamente contra os trabalhadores em luta, resultou a morte de 8 operários, além de dezenas de feridos e de dezenas de prisões. Apesar disso, a batalha saldou-se por uma grande vitória para os trabalhadores: os operários despedidos foram readmitidos. Retomando o trabalho, os trabalhadores não abandonaram a luta, recorrendo a paralisações e ao trabalho lento para impor a satisfação das suas reivindicações mais prementes.

A greve dos 10 mil mineiros das Astúrias, que prosseguia ao cabo de 2 semanas, foi igualmente apoiada por greves de solidariedade dos operários de outras empresas (...).

(«Saudamos a classe operária espanhola em luta» - «Avante!», VI série, nº 435, Novembro de 1971)



■ **Carlos Nabais**

Jornada de reflexão sobre o desenvolvimento integrado do distrito de Aveiro

Os caminhos de uma região

○ distrito de Aveiro tem registado crescimento quer ao nível demográfico e urbanístico, quer ao nível económico, abrangendo a maioria das actividades. Os fluxos comunitários permitiram o surgimento de diversas importantes infra-estruturas, fundamentalmente da responsabilidade da administração central, como o IP5, auto-estrada Porto-Condeixa e o Porto de Aveiro, que tiveram reflexos imediatos nas actividades económicas e na vida das populações. Apesar disso, e como o crescimento não basta para eliminar as muitas assimetrias existentes, a situação apresenta-se degradada em múltiplos aspectos da vida do distrito. Insuficiências graves atingem a rede escolar, os cuidados de saúde, transportes e saneamento básico, multiplicam-se as agressões ao ambiente resultantes do crescimento industrial e este tem subjacente uma política virada fundamentalmente para a formação e reforço dos grandes grupos económicos que não é capaz de resolver os problemas que se colocam à região. A maximização do lucro é visada não pelo aumento da

produtividade do trabalho ou pela introdução de novas tecnologias, mas sim pela intensificação da exploração, pela precarização do emprego, pelo recurso ao trabalho infantil e às discriminações dos activistas sindicais e das comissões de trabalhadores.

É neste contexto que a DORAV decidiu promover, no passado sábado, uma jornada de reflexão, aberta ao público, inserindo-se na preparação da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro do PCP, que decorrerá no próximo dia 8 de Dezembro, sob o lema «Com o PCP — Regionalizar, Desenvolver, Viver Melhor». Sem pretender um conjunto acabado de conclusões, o encontro, onde estiveram presentes vários órgãos da comunicação social, teve em vista aprofundar o conhecimento sobre a realidade do distrito e contribuir para a elaboração de propostas de solução dos problemas que afectam as populações. Nas páginas seguintes damos conta dos principais temas abordados em comunicações e durante o debate em que participaram cerca de duas dezenas de pessoas. ■

Jornada de reflexão sobre o desenvolvimento

Realidades e perspectivas

Desenvolvimento integrado e crescimento económico são conceitos distintos, e o primeiro, que tem como critério e objectivo final o homem, não existe actualmente no distrito de Aveiro. Esta constatação, feita por António Salavessa, do secretariado da DORAV, logo na abertura do encontro, percorreu todas as comunicações que focaram as diferentes áreas da vida económica e social da região.

A indústria transformadora é o sector de actividade dominante no distrito, responsável por cerca de 55 por cento do emprego. Em contrapartida, apenas 25 por cento dos activos estão ocupados na área dos serviços, o que, como foi referido na comunicação do professor Anselmo de Castro, significa, em primeiro lugar, que «a implantação de serviços prestados à população, quer de forma individual quer a nível colectivo (educação, saúde e assistência social, cul-

dade apresentam níveis inferiores a 90 por cento da média nacional.

O precário mundo do trabalho

Com uma taxa de desemprego de 5,1 por cento, inferior à registada para o continente, de 6,8 por cento, este é talvez o único traço aparente-

Acresce a precariedade do emprego, seguramente um dos problemas mais graves da actualidade da região, onde o trabalho ao domicílio atinge grandes proporções. A completar este quadro, refira-se que 68 por cento dos produtores e respectivos agregados familiares têm a sua fonte principal de rendimentos no sector secundário, e a exploração agrícola desempenha um papel complementar.

Desperdício de verbas

A temática da agricultura foi especialmente debatida no decorrer das jornadas, dada a sua importância no distrito. O tom geral das intervenções atingiu duramente a política de direita do Governo, designadamente quanto ao financiamento, crédito e acesso aos fundos comunitários.

Segundo números referidos por Lino de Carvalho, desde a adesão à CEE, foram aprovados para o distrito de Aveiro 1 milhão e 80 mil contos referentes a 556 projectos. Contudo, a taxa de execução, das mais baixas do país, não ultrapassou os 68 por cento. Igualmente sintomático é a aplicação dos fundos: 73 por cento destinaram-se à compra de viaturas, máquinas e construções, 6 por cento a melhoramentos fundiários, 6 por cento em novas plantações e 8 por cento no melhoramento dos efectivos pecuários. Como se salientou, é visível que a orientação da aplicação dos subsídios, aceite e estimulada pelo Governo, não vai ao encontro do necessário reforço estrutural da agricultura.

Não menos importante é o facto de as explorações com menos de cinco hectares, que representam mais de 80 por cento do total das explorações, apenas terem recebido 28 por cento do montante do investimento. Enquanto que os agricultores a título principal e os jovens agricultores beneficiaram de cerca de 90 por cento do total do investimento, à pequena exploração apenas foi destinado 2,3 por cento.

Outras verbas, no âmbito do PEDIP e dos apoios da CEE à transformação e comercialização de produ-

tos agrícolas, foram canalizados para o distrito, totalizando 5 milhões e 330 mil contos. Não obstante, poucos foram os efeitos estruturais para a agricultura da região. Para Lino de Carvalho, aproveitou-se mal o período de transição, «agravaram-se as assimetrias e as desigualdades», e face a esta situação criada pela política do Governo, impõe-se agora «uma viragem no processo negocial» no sentido de alargar o período de transição e a aplicação plena da disciplina comunitária, assim como «tirar o máximo partido do reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa, mais débil e menos produtiva que a agricultura comunitária.

Defender a Ria

Sempre presente na região, a Ria determinou usos e costumes das gentes de Aveiro e influenciou o seu desenvolvimento económico. É assim natural que num debate deste tipo, a realidade económica e ecológica da Ria fosse objecto de análise.

Entre as numerosas razões da contínua degradação da Ria, destaca-se a crescente pressão demográfica na sua zona envolvente, onde paralelamente se processa um incremento demográfico desordenado com grande incidência nas zonas ribeirinhas. O surgimento e expansão de importantes infra-estruturas, como é o caso do IP5 e do porto de Aveiro, provocaram efeitos imediatos na paisagem e poderão a médio prazo atingir seriamente o ecossistema.

Esta situação não tem no entanto despertado a atenção do poder local e central, que assiste impassível à progressiva destruição das salinas, à queda de muros e pontões, ao assoreamento de esteiros e canais, assim como não toma medidas com vista à construção de infra-estruturas para o tratamento dos efluentes urbanos e industriais que põem em perigo o bom funcionamento da Ria.

O encontro concluiu neste capítulo que as múltiplas entidades que actualmente controlam a Ria não têm condições para levar a cabo uma acção concertada em sua defesa. É

nesta sequência que se considerou a viabilidade da criação de uma Administração de Recursos Hídricos para a área da bacia do Vouga, que terminasse com a anacrónica submissão à região de Coimbra, nada sensibilizada para os problemas da Ria. Seria ainda desejável que a Ria fosse da responsabilidade de uma única entidade regional, com direcção unificada e uma gestão e autonomia própria.

Estas propostas, apresentadas no decorrer das jornadas, caberiam, como foi dito, nas competências da Região Administrativa que englobasse no essencial a Bacia Hidrográfica do Vouga. Mas tendo em conta o atraso do processo de regionalização, foi sugerido que o Grupo Parlamentar do PCP estudasse a hipótese de propor a criação de um Conselho de Defesa e recuperação da Ria de Aveiro, dotado de um gabinete de apoio técnico e com dotação financeira no Orçamento de Estado.

Regionalização, para quando?

Mas se a Ria é um factor de coesão de grande importância para o distrito, não é menos verdade que a proximidade de dois centros urbanos como Coimbra e Porto tem funcionado com factor de dispersão. As populações queixam-se igualmente do esquecimento a que são votadas pelas duas Comissões de Coordenação Regional, Norte e Centro, patente na definição de projectos e na aplicação de verbas do PIDAC ou dos fundos estruturais da CEE.

Neste contexto, a opinião manifestada foi no sentido de que a defesa do desenvolvimento integrado do distrito, a dinamização das suas potencialidades económicas, sociais e culturais, com o aproveitamento adequado dos fundos comunitários, passa inevitavelmente pela criação de uma região administrativa que tenha como base e ponto de partida o distrito, podendo contudo as suas fronteiras actuais ser alteradas.

No entender de José Amaro, membro da DORAV, que leu a comunicação sobre regionalização, as regiões administrativas constituem verdadeiras autarquias intermédias entre os municípios e o poder central, dotadas de órgãos representativos resultantes de sufrágio directo, às quais são atribuídas funções importantes nas áreas da direcção dos serviços públicos, planeamento regional e da direcção e apoio à acção dos municípios.

Só deste modo será possível evitar que o Governo elabore planos como o PDR, de «costas voltadas» para os municípios, forças políticas, associações empresariais, sindicatos e outras organizações sociais.

A criação da futura região pode entretanto ser precedida de uma descentralização e desconcentração dos serviços do Estado a fim de ser garantida maior eficácia à administração pública. Contudo, a posição expressa indica que não é de admitir que essa descentralização e desconcentração se faça através das Comissões de Coordenação Regionais, do Norte e do Centro, sob o risco de, ao arrepiar da vontade e interesses das populações, se delimitarem futuras regiões administrativas que não tenham em conta o distrito.

Temas como o ensino, o comércio, a Universidade de Aveiro, o ambiente, os recursos hídricos, a saúde e outros, foram igualmente objecto de



Aspecto do encontro promovido pela DORAV, que decorreu no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro

tura e lazer) é reduzida, em comparação com os grandes centros urbanos como Lisboa, Porto ou mesmo Coimbra».

«Oficina gigantesca»

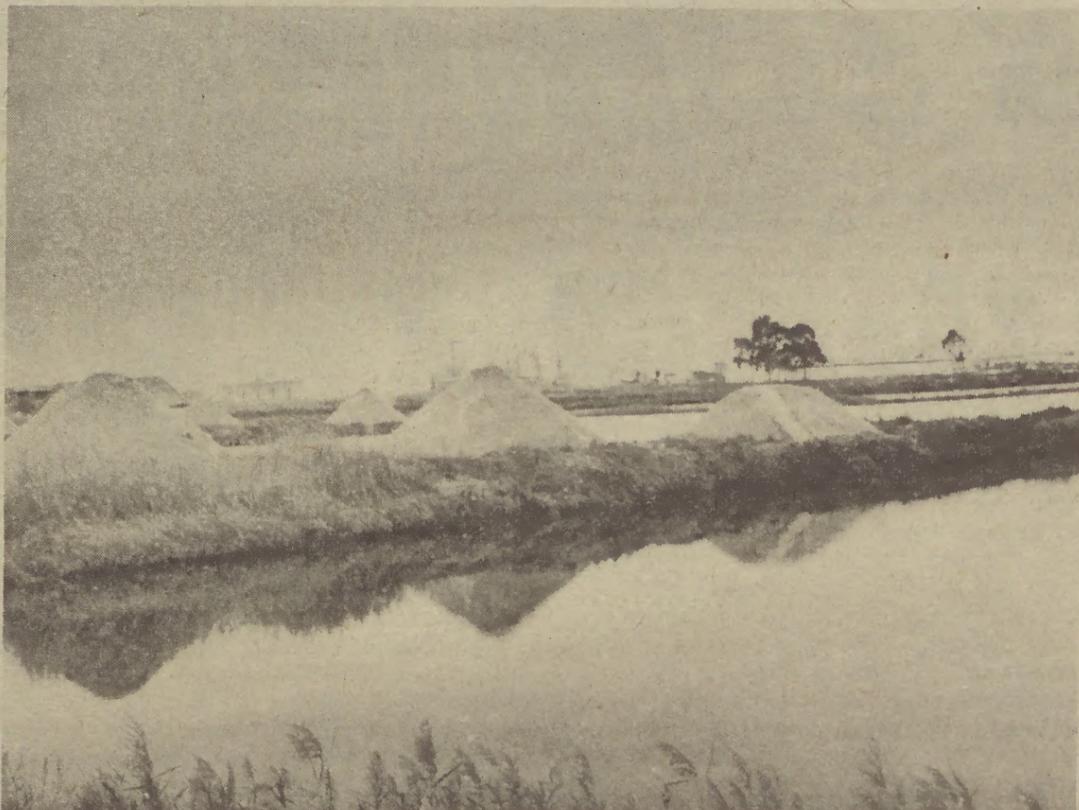
Contudo, esta situação traduz ainda o insuficiente desenvolvimento de actividades de apoio ao sector produtivo, tais como serviços de consultoria técnica, financeira ou jurídica, unidades de investigação, estruturas de comercialização, de circulação e tratamento de informação, hoje como grande valor estratégico para a economia. «Não as desenvolvendo, o distrito de Aveiro será cada vez mais relegado para a posição de uma gigantesca «oficina» cujos «escritórios», lugar onde se concentra a massa cinzenta e o poder de decisão, estão localizados algures no Porto, em Lisboa, ou no estrangeiro», alertou Anselmo de Castro.

Actualmente, dominam na região as actividades tradicionais, destinadas à produção de bens de consumo final ou de produtos intermédios (calçado, cortiça, metalomecânica ligeira), em pequenas e médias empresas, tecnologicamente pouco evoluídas. Por outro lado, as unidades industriais de grande dimensão, como a Nestlé em Avanca, o complexo químico de Estarreja e a Renault, estão fracamente integradas nas estruturas produtivas locais e primam pela ausência de funções estratégicas de administração e desenvolvimento tecnológico.

Assim, a contradizer a ideia de prosperidade, a que habitualmente se associa o distrito de Aveiro, sublinha-se que tanto a remuneração média do trabalho como a sua produtivi-

mente positivo que o distrito apresenta no plano laboral.

Dezasseis por cento da população activa tem idade compreendida entre os 15 e os 19 anos, evidenciando uma entrada extremamente precoce no mundo do trabalho e consequente diminuição do nível de escolaridade. Num distrito que se diz em crescimento económico, este facto é no mínimo preocupante, mesmo exclusivamente à luz das necessidades de modernização do próprio aparelho produtivo.



O poder central assiste impassível à destruição das salinas, ao assoreamento de esteiros e canais, à poluição resultante de efluentes urbanos e industriais que põem em perigo o bom funcionamento da Ria

Integrado do distrito de Aveiro



O desenvolvimento integrado do distrito, a dinamização das suas potencialidades económicas, sociais e culturais, passa inevitavelmente pela institucionalização da região administrativa de Aveiro

comunicações escritas, e o seu conteúdo contribuirá certamente para o aprofundamento desta reflexão, bem como para a elaboração de propostas de solução dos problemas existentes.

A mesa era composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, Joaquim Miranda, do CC e deputado do PCP no Parlamento Europeu, Lino de Carvalho, do CC e deputado do PCP na AR, Ramiro Silva, do CC e da DORAV, António Salavessa, da DORAV e membro da Assembleia Municipal de Aveiro, Manuela Silva, da DORAV, e Casal Ribeiro, da comissão concelhia de Espinho e vereador da CM de Espinho.

Antes da intervenção de encerramento, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, leu as conclusões do encontro, e anunciou o compromisso de traduzir a curto prazo em acções concretas algumas ideias apresentadas durante as jornadas.

- Procurar, em consonância com o nosso grupo parlamentar, repercutir no Orçamento de Estado verbas que correspondam às prioridades não só aqui salientadas mas também ao nível dos concelhos, aliás, como é prática fazermos.

- No quadro do Decreto-Lei 70/90 que define o regime dos bens do domínio público hídrico do Estado, incluindo a respectiva administração e utilização, a viabilidade da criação de

uma Administração de Recursos Hídricos (ARH) para a área da bacia do Vouga.

- Procurar que a Comunidade Europeia apoie com os mecanismos e meios adequados medidas de tratamento de detritos e efluentes, e a ela-

boração de um plano integrado, no domínio ecológico e ambiental e tendo em vista a protecção, utilização e valorização económica e turística da zona do distrito de Aveiro que inclui a Ria, o Baixo Vouga e a orla marítima.

- Em simultâneo exigir do Governo

Português o cumprimento desta resolução por parte da Comunidade Europeia, dado que esta resolução foi aprovada por proposta nossa.

- Exigir a suspensão da Portaria das Pescas na Ria, e uma nova regulamentação que envolva na sua ela-

boração a comunidade piscatória.

- No seguimento de uma reivindicação nacional promover iniciativas e acções que visem aumentar o movimento de exigências que nenhum Município tenha menos de 15% de aumento do FEF. ■

Carlos Carvalhas em Aveiro

«A minha candidatura

é a dos que aspiram a uma outra sociedade»

No encerramento do encontro, Carlos Carvalhas, secretário-geral-adjunto do PCP e candidato à Presidência da República, fez uma intervenção, cujos extractos publicamos seguidamente.

«Defendemos uma estratégia de desenvolvimento integrado, assente numa economia mista, que tenha como valores e objectivos centrais a melhoria do nível e qualidade de vida dos portugueses, uma elevada satisfação das necessidades da população, uma justa e equilibrada distribuição da riqueza criada, uma mais vantajosa inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho, o progresso do País e de toda as suas regiões.

«O desenvolvimento integrado da região de Aveiro, tal como o concebemos nas suas várias dimensões de que saliento, a social e ambiental, tem de contar com a intervenção activa e criadora dos trabalhadores, com a intervenção das forças sociais sindicais e patronais, e com os órgãos de Poder Local. Não pode ser uma criação fruto de encontros entre a burocracia do Terreiro do Paço e a burocracia de Bruxelas, à margem das populações, da auscultação dos seus interesses e anseios. Mas foi assim que o plano de desenvolvimento regional foi concebido.

O Presidente da República não pode ficar insensível à governamentalização da vida nacional, nem ao enviezamento da Constituição. Sabemos como é importante, o ensino, a melhoria da qualificação dos jovens aveirenses.

Ora é sabido que na segunda re-

visão constitucional não foram alteradas as normas que garantem o direito à escola e o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, bem assim como as obrigações estaduais tendentes a assegurar a sua efectivação. Poderá então o Presidente da República assistir passivo às crescentes exclusões de jovens do ensino superior por motivos económicos e financeiros? Poderá um Presidente da República assistir às significativas quebras de despesas orçamentais neste sector sem uma palavra de reparo, no momento oportuno?

«Estamos num distrito em que a agricultura tem um grande peso. Mas será que os interesses dos agricultores e da agricultura têm sido promovidos e defendidos? A fase de transição da integração da agricultura na Comunidade está a vencer-se sem que o Governo português tenha cuidado do sector agrícola e da sua defesa. Não se pode aceitar, por exemplo, que o Regulamento Comunitário destinado à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas tenha uma versão e concretização manifestamente selectiva, afastando desde logo 50% dos agricultores do acesso aos fundos pelo critério do "agricultor a título principal", multiplicando os crivos técnicos, administrativos e burocráticos, de que é exemplo a exigência das 15 vacas. Os resultados são

conhecidos: as explorações entre 1 e 5 hectares, ou seja 86% das agrícolas portuguesas, tiveram direito a 1% dos projectos co-financiados pela CEE ao abrigo do Regulamento 797, as explorações com mais de 100 hectares; 0,6% das explorações, receberam 61% dos projectos!

«Defendemos desde a primeira hora o reforço do Poder Local, das suas atribuições e meios técnicos e financeiros. Mas constitui uma enorme hipocrisia que um governo que transfere para o Poder Local apenas cerca de 5% das despesas públicas (quando por exemplo a média dos países da CEE é de 15%) pretender que o desenvolvimento regional equilibrado seja assegurado pelas autarquias.

«Nós apresentaremos no debate do Orçamento de Estado uma proposta de 180 milhões de contos do Fundo de Equilíbrio Financeiro, em vez dos 157,5 milhões que constam da proposta do Governo.

«Promover o desenvolvimento regional implica a instituição das regiões administrativas, reforma de fundo da administração pública, sentida aspiração de milhões de portugueses, preceito constitucional desde 1976.

«A minha candidatura afirma claramente que a regionalização não se alcança apenas com a aprovação de uma Lei Quadro. É conhecido que o PCP propôs recentemente um calendário político concreto para a criação das regiões administrativas. Calendário que passa pela urgente aprovação da Lei Quadro, mas avança prazos legislativos pre-



cisos para aprovação das áreas de partida, a devolução da palavra às Assembleias Municipais e a realização de eleições para os órgãos regionais.

«O Presidente da República, que tem o dever de cumprir e fazer cumprir a Constituição, não deve alhear-se de tão importante reforma democrática, nem pode silenciar o facto de lhe ter sido pedida, concretamente, a declaração de inconstitucionalidade por omissão da não criação das regiões administrativas.

«A minha candidatura não vai carpir lágrimas pela AD nem é tributária de abrangências que até parece quererem configurar o revivalismo do bloco central, fórmulas mortas e negativas cujos efeitos perversos são conhecidos dos portugueses. Antes se insere no percurso di-

fícil mas promissor do diálogo e convergências de vontades e aspirações democráticas capazes de darem forma a uma viragem democrática.

«Cavaco Silva e o Governo procuram esconder-se por detrás de Mário Soares. A minha candidatura não desresponsabiliza o Governo pela sua política de acentuação das desigualdades sociais, pela extensão das zonas de pobreza, pela não preparação da economia portuguesa para o embate de 1993.

«A minha candidatura é a candidatura dos que vinculam a liberdade aos valores da justiça social e da igualdade, dos que aspiram a uma outra sociedade, dos que entendem que é preciso levantar a esperança, dos que pensam que é preciso dar forma ao futuro. ■

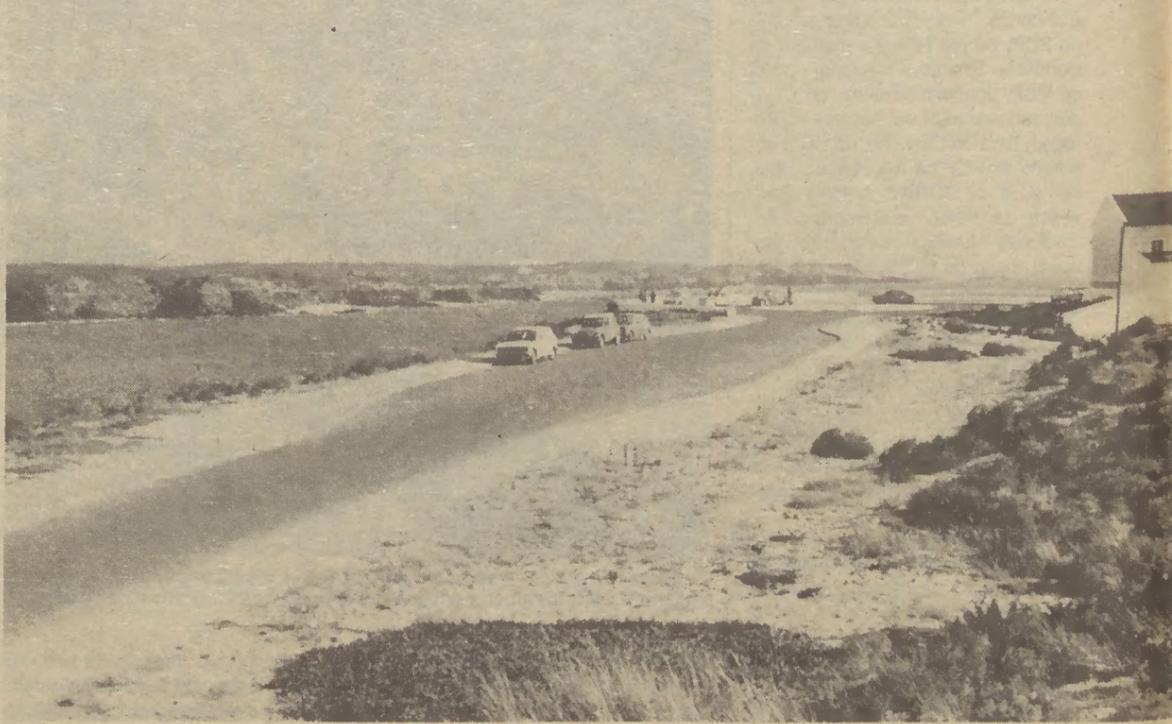
#MGRANDOLA • JORNADAS DO PCP

Há que preservar a melhor costa europeia!

Produzindo 30 intervenções saídas dos 111 participantes que se deslocaram ao salão da Cooperativa de Grândola, realizaram-se no passado sábado, nesta vila, as **Jornadas do PCP Sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano** (que abrange os Concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira), iniciativa conjunta do Organismo Intermédio do Sul do Distrito de Setúbal e da DORS do PCP que contou com a presença de **Manuel Sobral**, da Comissão Executiva Nacional do Partido (responsável pela intervenção de abertura dos trabalhos) e de **Luís Sá**, da Comissão Política do CC do PCP, que encerrou as Jornadas com um discurso que condensamos nestas páginas.

Luís Sá, que sintetizaria, nessa intervenção, uma das linhas de força das Jornadas ao afirmar: «**O PCP, como partido que administra o litoral alentejano a nível municipal, de Alcácer do Sal a Odemira, tem um compromisso a tomar e cumprir perante o povo português: desenvolver esta zona no interesse das suas populações e de todo o país, sem permitir que se verifiquem aqui agressões ao ambiente, ao património e à paisagem como as que se verificaram no Algarve e noutras regiões. Este é um problema que interessa não só aos 103 mil habitantes que cá vivem mas também a todo o país e à sua economia. A faixa litoral despoluída com maior extensão da Europa pode e deve desenvolver-se com equilíbrio e harmonia. Essa é uma tarefa dos municípios, mas que deve também tornar-se numa tarefa discutida e que deve merecer o empenho de todos os cidadãos.**»

europeia!



«O desenvolvimento de uma dada região não deve ser encarado senão de uma perspectiva integrada, na qual devem ser contempladas medidas de carácter económico, social, cultural, ambiental e político, cujo objectivo último não seja intensificar o crescimento económico, mas tão-só contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, dignificando a condição do ser humano», advertiu **Manuel Sobral** na sua intervenção de abertura, considerando que «esta concepção de desenvolvimento contrasta radicalmente com a política do Governo», onde o crescimento económico por este praticado se baseia «fundamentalmente no baixo nível salarial, na desvalorização da força do trabalho, nas privatizações e reconstituição do capital monopolista e da propriedade latifundiária, na degradação da situação social, cultural e ambiental e da democracia política».

Desenvolver integralmente um território passa pelo ordenamento do mesmo, como também salientou **Manuel Sobral**. Ordenar o território «significa racionalizar o seu uso em função das necessidades reais das populações, salvaguardando riquezas naturais e patrimoniais, disponibilizando espaços para o desenvolvimento de actividades produtivas e afectando zonas com aptidão turística e de ocupação de tempos livres.» Significa também «apostar fortemente nos seus recursos endógenos. Nos recursos naturais, nos recursos humanos, nas infra-estruturas», o que só é possível «através da participação dos homens e das mulheres que a constituem, na vida das instituições, na actividade governativa, na cultura e na sociedade em que evoluem, enfim no reforço da actividade democrática», considerou o dirigente comunista, acrescentando:

«Só há desenvolvimento se houver incremento das actividades produtivas. O reforço da actividade económica deve basear-se no binómio novas tecnologias/actividades produtivas tradicionais. No fervor do progresso dos tempos abandonar as ancestrais raízes será tão grave quanto voltar costas ao progresso tecnológico.»

Por outro lado, «desenvolver integralmente uma região não poderá ser conseguido sem o reforço da autonomia política, administrativa e financeira das autarquias locais. Por maioria de razão, este problema não deve ser equacionado à revelia da criação

das autarquias regionais». Daí a criação das regiões administrativas ser «um factor fundamental de progresso de desenvolvimento regional, através da descentralização de poderes, do reforço da participação das populações nas decisões que afectam o futuro. A mera desconcentração de serviços tão frequentemente disfarçada no nosso país não constitui verdadeira solução», sublinhou, finalmente, **Manuel Sobral**.

Participação qualificada

As referidas 30 intervenções produzidas nas Jornadas Sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano carregaram um riquíssimo e diversificado contributo para os objectivos pretendidos — de analisar, debater e propor medidas tendentes ao desenvolvimento integrado desta área, que é «apenas» o mais extenso litoral despoluído europeu — e emergiram de um conjunto de participantes profundamente ligados às realidades locais: membros do PCP eleitos das autarquias, dos Sindicatos, de Comissões de Trabalhadores, de Colectividades e outras estruturas associativas, bem como técnicos das autarquias e de outras áreas de intervenção, tendo participado igualmente independentes eleitos da CDU e outros democratas, que partilham com os

comunistas uma perspectiva progressiva de desenvolvimento.

Do conjunto de temas discutidos há a destacar a abordagem a instrumentos centrais, regionais e locais de Planeamento e Desenvolvimento, como o PROTALI (Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano), o PIDDS (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal) e os PDM (Planos Directores Municipais), ao Emprego e Formação Profissional, à Saúde e Segurança Social, à Educação e Ensino, à Cultura e Desporto, à ligação das Autarquias às populações e política de informação, sendo igualmente discutido o papel do PCP no Desenvolvimento Integrado, em defesa dos trabalhadores e das populações.

É-nos naturalmente impossível condensar todas as intervenções proferidas, remetendo, por isso, o leitor para as Conclusões que reproduzimos e que, de um modo ou outro, reflectem o que se produziu nestas importantes Jornadas do PCP sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano. ■

■ HC

INTERVENÇÃO

Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, encerrou as Jornadas Sobre Desenvolvimento do Litoral Alentejano com uma intervenção fortemente aplaudida pela assistência e que condensamos.

Recordando que «o conceito de desenvolvimento harmonioso e integrado é uma proposta dos comunis-



tas e seus aliados» que se impôs no vocabulário normal do País **Luís Sá** considerou os PROT (Planos Regionais de Ordenamento do Território) como algo «bastante estranho, com bem pouco de regional, que retalha o País sem respeitar a divisão administrativa», que «pode ser aprovado nas costas dos municípios e sobrepor-se aos Planos Directores Municipais», onde as autarquias investiram trabalho, dinheiro e o seu conhecimento das realidades, pelo que «há que estarmos preparados para a luta» neste quadro onde se movem vários poderes, às vezes degladiando-se no seio da própria Administração Central e, em geral, pouco interessados no desenvolvimento regional integrado ou nos interesses das populações.

Considerando «os protagonistas essenciais do desenvolvimento» do Litoral Alentejano os eleitos e trabalhadores autárquicos, os trabalhadores agrícolas e da Reforma Agrária, os agricultores, os assalariados, os agentes do ensino, da cultura, as mulheres, os jovens, os empresários, a população em geral, o dirigente comunista apontou os órgãos autárquicos como tendo um papel particularmente importante a desempenhar nesse desenvolvimento. Só que a capacidade dos órgãos autárquicos «depende em parte de quem é Governo em Portugal» e o Executivo do PSD/Cavaco Silva, enquanto se multiplica «em declarações de amor ao Poder Local democrático», tudo faz para o debilitar, denegrir e controlar (Macário Correia chegou ao cúmulo de «acusar» as autarquias de serem as maiores fontes de poluição do País!). Referindo a pretensão do Governo em limitar a três o número de mandatos dos presidentes de câmaras, perguntou «e por que não tornar essa limitação extensiva a cargos governamentais, ou a outros autarcas,



SOBRE O LITORAL ALENTEJANO



O litoral alentejano é a maior faixa costeira não poluída da Europa, o que, só por si, mereceria todas as atenções do Poder Central, quer na preservação, quer no desenvolvimento e aproveitamento harmonioso. Pelos vistos, nada disto chega para sensibilizar o executivo de Cavaco Silva...

As Conclusões

Sintetizadas em oito pontos, eis as Conclusões das Jornadas do PCP sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano.

1.º A fisionomia dos nossos Concelhos foi radicalmente alterada através do esforço, do trabalho e da dedicação das populações, organizadas nas colectividades, cooperativas, estruturas populares de base e, sobretudo, nas suas autarquias, em cuja gestão e direcção, ao longo de 16 anos de Poder Local democrático, os comunistas e seus aliados têm um papel determinante.

2.º Foram, no essencial, satisfeitas graves careências no domínio das infra-estruturas básicas;

Foram dados os primeiros e importantes passos para melhorar qualitativamente as condições de vida, em particular nos domínios da Cultura, Desporto e Ocupação dos Tempos Livres;

Foram criadas condições que permitem colocar hoje como objectivo da nossa acção e da nossa luta o desenvolvimento integrado e harmonioso.

3.º As Jornadas do PCP Sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano constituem um contributo decisivo para o aprofundamento do debate no Partido, para a dinamização da participação das populações e para equacionar os problemas e perspectivar vias de acção que conduzam àquele objectivo.

4.º Nos trabalhos preparatórios e nas jornadas ficou claro e inequívoco que o processo de desenvolvimento integra e interessa a todas camadas laboriosas da população, aos operários e trabalhadores em geral, aos agricultores, comerciantes e industriais, independentemente dos interesses específicos de cada uma destas camadas;

Tal como ficou claro que só com a participação efectiva de todas e cada uma delas é possível definir e concretizar o processo de desenvolvimento;

Ficou, sobretudo, claro e inequívoco que a justa participação da maioria da população nos benefícios decorrentes do desenvolvimento é condição determinante do seu êxito.

5.º As jornadas constataram que, contrariamente ao esforço das autarquias para promover e garantir a participação popular nos instrumentos de planeamento que têm vindo a elaborar — os PDM's e o PIDDS —, o Governo desencadeou operações de planeamento, entre elas o PROTALI, conduzidas com sigilo e visando condicionar e mesmo ingerir directamente em áreas da competência das autarquias;

As jornadas apontam como necessidade imediata a exigência ao Governo de informação cabal e debate público sobre os trabalhadores do PROTALI e do respeito pela autonomia das autarquias, nomeadamente a consideração das opções consagradas nos seus instrumentos de planeamento.

6.º As jornadas reconheceram como eixos principais do desenvolvimento económico o complexo industrial-portuário de Sines, o turismo, em particular o turismo litoral, e o desenvolvimento da agricultura e debruçaram-se seja sobre as perspectivas sectoriais seja sobre os impactes esperados na economia, no ambiente e na população;

Constituindo a força de trabalho da nossa sub-região a sua principal riqueza, as Jornadas procederam à sua avaliação, denotando alguns factores negativos (com destaque para as altíssimas taxas de desemprego), e perspectivaram a necessidade de medidas urgentes tendentes a combater a desertificação do território e o envelhecimento progressivo da população activa, a facilitar a integração das mulheres e jovens no mercado de emprego e, em geral, a melhorar a qualificação profissional.

7.º A política social do Governo, nomeadamente nas áreas do Ambiente, do Ensino, da Cultura e do Desporto, da Saúde e Segurança Social, não só não responde às necessidades actuais, muito menos responde às necessidades colocadas pelo desenvolvimento da sub-região e é um obstáculo à justa participação da maioria da população nos benefícios alcançados;

Pelo contrário, a acção das autarquias locais tem-se caracterizado por profundas preocupações de equidade e de justiça social, não só tem respondido às necessidades actuais na sua esfera de acção e no âmbito das suas capacidades como tem mesmo denunciado alguns dos problemas e avançado soluções na via do desenvolvimento integrado e harmonioso.

8.º Nos actos eleitorais de 1991 e para além das grandes questões nacionais que se colocam, trabalharemos no sentido de fazer chegar às populações nos nossos concelhos o debate sobre o desenvolvimento da nossa sub-região;

As Jornadas do PCP sobre o Desenvolvimento do Litoral Alentejano concluíram, por fim, que a Regionalização é fundamental para o avanço e o êxito do processo e que lhes não é indiferente, antes assume primordial importância a existência de um governo democrático com uma política democrática. ■

ou a outros cargos da administração pública?», acusando o Governo de andar, simultaneamente, «em freemim eleitoralista» com medo das próximas eleições enquanto faz tudo o que pode para estrangular o Poder Local democrático, como se vê, também, pelos entraves que coloca crescentemente à Regionalização.

E pormenorizou:

«Os municípios desta área já elaboraram ou estão a elaborar os Planos Directores Municipais, já aprovaram o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, que abrange esta área. O Governo, pelo seu lado, anunciou há quase um ano um Plano Regional de Ordenamento do Território mas não ouve as autarquias nem os agentes económicos da região. Parece que o Governo pensa que se pode fazer ordenamento do território sem os municípios e contra os municípios. Temos aqui um exemplo de actuação centralizada, não democrática, avessa à participação. Temos aqui mais uma demonstração da urgência de regionalizar como meio de promover um autêntico desenvolvimento.»

de política geral, Luís Sá considerou que «apesar de todos os insucessos, o socialismo continua a ser a grande corrente emancipadora dos povos».

Finalmente considerou que «este Governo está em pânico eleitoral», o que constitui também uma grande vitória do Partido, pela sua luta consequente e sem desfalecimentos na denúncia e no combate à governação desastrosa do PSD. «Há quatro anos, quando o PSD obteve 51% dos votos, ninguém pensou que poderia estar agora em tal aflição. Mas nós acreditamos, não desistimos de apelar à luta e é por isso que se desenha agora a possibilidade de uma alternativa», sublinhou.

Quanto à candidatura de Carlos Carvalhas às eleições presidenciais, Luís Sá chamou a atenção para um efeito prático que já teve: «Tornou-se efectivo o desenvolvimento de um debate democrático. Agora já ouvimos, pela primeira vez nesta pré-campanha, falar em desigualdades sociais e discutir as funções que o Presidente da República deve exercer.» Quanto «ao desenvolvimento da campanha ir ou não ir até ao voto, vamos esperar». ■

Pânico eleitoral

Recordando que a CDU tem a presidência de 50 municípios e muitos representantes nos restantes, Luís Sá definiu como «pedra de toque» o estilo de trabalho dos comunistas e seus aliados nas autarquias: a proximidade às populações e o permanente envolvimento com elas na resolução dos problemas. «Temos de ter imaginação, criatividade e espírito aberto para enfrentar os novos problemas» tal como «é imprescindível defender como a menina dos nossos olhos a unidade dos eleitos e dos trabalhadores autárquicos». Mais: «a superioridade tem de ser reconquistada todos os dias com o nosso trabalho».

Abordando mais adiante questões



EM LISBOA ESTA UM PCP MAIS FORTE

Os comunistas em Lisboa são a maior força partidária, como confirmaram os resultados das últimas eleições autárquicas. Repensar o trabalho do PCP na cidade tornou-se necessário perante uma realidade em constante mudança, perante a resposta indispensável a novas e novas situações. Foi isso que no sábado passado três centenas e meia de homens e mulheres fizeram, num intenso debate que assegurou já a sua continuidade.

A dinamização da acção sindical nos locais de trabalho, da intervenção autárquica junto das populações e da luta de massas para assegurar a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e populações. A reflexão sobre o valor e o papel de afirmação do PCP e da sua identidade. A definição de tarefas imediatas e o debate de algumas linhas de intervenção para as próximas batalhas eleitorais. O balanço da nova realidade orgânica da estrutura do PCP na cidade. A eleição de um novo organismo de direcção. Estes foram os objectivos da primeira Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP que sob o lema *Um PCP Mais Forte Para Uma Alternativa Democrática* reuniu 345 delegados eleitos nas diversas organizações da cidade. A vontade de trabalhar mais e melhor e a afirmação de cumprir o objectivo de aproximar mais o Partido da realidade lisboeta, foram dois dos resultados desta reunião a preparar já a segunda Assembleia, em Dezembro, que irá definir acções concretas em termos de organização e será igualmente uma grande iniciativa do Partido na cidade.

Assim o referiu José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, na intervenção final desta Assembleia, onde foi feito um balanço positivo dos trabalhos efectuados, propondo-se agora fazer reflectir a influência social do PCP na influência eleitoral. Influência social que nesta reunião na Faculdade de Letras foi expresso no elevado número de intervenções que se debruçaram sobre os mais variados aspectos da vida lisboeta e nacional, havendo mesmo intervenções sobre a situação internacional, embora, como disse José Casanova, este não fosse o local próprio para esse tipo de debate.

Mas da acção concreta do Partido em Lisboa se falou e debateu muito, com os reflexos da política de classe do Governo e o trabalho dos comunistas na coligação *Por Lisboa* a merecerem particular destaque.

Trabalho autónomo dos comunistas

Transformar a vitória da «*Por Lisboa*» em futuras vitórias eleitorais foi um objectivo proposto por Rego

Fraquezas do PS

Rui Godinho, vereador na Câmara Municipal de Lisboa, falou da tentativa do Partido Socialista de nas próximas eleições legislativas tentar captar votos da área do PCP. *Essa é uma demonstração de fraqueza do próprio PS*, afirmou o autarca, demonstrando com o facto de os socialistas assim parecerem não pretender captar votos à direita. Por outro lado, Godinho assinalou as diferenças existentes entre comunistas e socialistas: *nós estamos na sociedade para a transformar para melhor e não para a gerir*, e assim também em Lisboa o governo da coligação não é um governo de tecnocratas que se limite a gerir a cidade. Sobre este aspecto Godinho realçou a importância da existência de uma cultura do Poder por parte dos comunistas intimamente ligada com um património do PCP que o PCP não abdica - a luta e a defesa das liberdades, garantias e direitos; luta que os

comunistas portugueses sempre protagonizaram.

Reforçar na prática e não com discursos o trabalho do Partido foi uma das ideias expostas por João Amaral, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e deputado na Assembleia da República que se referiu também à necessidade de os deputados eleitos no círculo de Lisboa trabalharem mais em propostas que tenham a ver com a capital. Capital onde, como no resto do país, a política vigente tem agravado as desigualdades, o fosso existente entre ricos e pobres, vendo-se maior ostentação e maior pobreza.

Graça Mexia, também da Assembleia Municipal de Lisboa, referiu-se às alterações de trabalho que neste órgão autárquico se registaram desde a vitória da *Por Lisboa*: a constituição de novas secções para debates específicos, a instituição de comissões com trabalho de análise de áreas restritas da actividade municipal, a instituição de quatro sessões anuais de perguntas à Câmara, duas delas destinadas às juntas de freguesia; a previsão de um tempo destinado a questões postas pelos cidadãos no início das ordens de trabalhos e ainda o direito de petição que quando exercido por um grupo de cidadãos com mais de 500 pessoas fará parte obrigatoriamente da ordem de trabalhos da Assembleia.

Mudanças que tentam transformar esta autarquia num *parlamento da cidade* fazendo com que a câmara se aproxime cada vez mais dos cidadãos numa cidade onde o PCP é a primeira força, com 30 elementos na Assembleia Municipal, 21 deles presidentes de juntas de freguesia.

Transformar a vitória da «*Por Lisboa*» em futuras vitórias eleitorais foi um objectivo proposto por Rego



«Um PCP mais forte para uma alternativa democrática» foi a orientação que conduziu os debates desta assembleia

Mendes, vereador na Câmara Municipal, que se referiu também aos problemas de que a cidade padece e que a ultrapassar e ao seu governo restrito. Para além das obrigações da administração central, a herança da gestão anterior afecta ainda algumas das acções da actual câmara. Também o desenvolvimento de um trabalho autónomo do PCP na cidade foi tema abordado por Rego Mendes, a lembrar que no último mandato, decorrido igual período ao da actual gestão, os vereadores do PCP tinham já participado diversas vezes em iniciativas específicas do Partido onde se debatiam as grandes questões que a Lisboa dizem respeito. Neste mandato isso ainda não aconteceu...

Um problema de eficácia

As tarefas específicas dos comunistas também não foram esquecidas. Um problema de eficácia foi como Carlos Chaparro qualificou a situação das quotizações e recolha de fundos na ORL, insistindo que a política financeira do Partido deve fazer parte das preocupações de todos os quadros e apontando algumas medidas para dotar o PCP, em Lisboa, dos meios que

necessita para a sua acção, numa altura em que se avizinhm novas batalhas eleitorais.

Quanto a questões nacionais que afectam os trabalhadores de Lisboa, diga-se que os atentados contra o sector empresarial do Estado (SEE) foram objecto de inúmeras intervenções de delegados presentes a esta assembleia. Os processos de privatizações de bancos e companhias de seguros foram referidas diversas vezes como lesivas dos interesses nacionais, restaurando monopólios ou concedendo muitas vezes ao capital estrangeiro meios fundamentais para a definição da política económica nacional. Referida também foi a prática que tem vindo a ser seguida com as acções dessas empresas cuja venda estaria destinada a trabalhadores: ou muito poucas, ou a um preço muito elevado, na prática acabando na maior parte das vezes por não ser adquiridas pelos seus destinatários, destruindo assim as ilusões dos que eventualmente pensariam vir a beneficiar desse processo.

Por outro lado, e após as privatizações, essas empresas aplicam uma política de redução dos direitos conquistados pelos trabalhadores e suprimem muitas das regalias. Uma realidade muito sentida na área de Lisboa, pois a sede e algumas das principais instalações dessas em-

presas encontram-se neste distrito. É o caso dos bancos, sector que, como referiu um das intervenções, só em Lisboa engloba vinte e cinco mil trabalhadores.

Onde estão comunistas as lutas avançam

Também a situação da função pública foi por diversas vezes foco de intervenções, tendo Paulo Trindade referido que em Lisboa eles trabalham cerca de 137 mil funcionários públicos registando-se um facto significativo - nos locais de trabalho onde os comunistas actuam, as lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores avançam significativamente.

O movimento associativo e a necessidade de os comunistas reforçarem o trabalho nesta área foram temas da intervenção de Vitor Agostinho, enquanto Fernanda Garcia referiu-se à situação das mulheres e à actualidade da questão da igualdade no nosso país, onde sucedem casos como o do Banco Comercial Português onde em mil trabalhadores existem seis mulheres, alegadamente *por estas não terem total disponibilidade*, segundo afirmam os responsáveis dessa empre-



sa, sendo denunciada a política governamental de fazer regressar a mulher a casa. Também a situação desta matéria no próprio Partido foi focada nesta intervenção, com referência a um recenseamento recente a revelar que na cidade de Lisboa sómente um organismo afirmou dis-

cutir regularmente os problemas das mulheres.

Reformados, deficientes, comissões de trabalhadores, ambiente e urbanismo, problemas de empresas específicas, etc, etc, fizeram parte da temática referida em diversas intervenções.

Apenas alguns apontamentos de um extenso debate com resultados práticos; um debate que no entanto continuará, agora na preparação da segunda Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP.

PT

Por uma viragem democrática

cidade de Lisboa tem grande importância.

Combater a direita

A destruição de importantes conquistas de Abril na saúde e no ensino, a reconstrução dos monopólios e a estratégia de concentração capitalista expressa no processo de privatizações, a afectar o desenvolvimento económico e a própria independência nacional, são aspectos referidos no primeiro capítulo que se debruça sobre as consequências da situação social que vivemos, caracterizada por uma intensificação da exploração dos trabalhadores. Uma situação a afectar também jovens, mulheres, reformados, quadros técnicos, e intelectuais, enquanto na área de Lisboa agravam-se os problemas de habitação, transportes e acessos.

Apesar desta situação o Governo, já em clima pré-eleitoral, procura dar de si uma imagem de diálogo e eficácia e promove algumas medidas demagógicas.

A capacidade de luta e unidade dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, tem, por outro lado, obrigado a UGT, em algumas situações, a acções convergentes com o movimento sindical unitário, mantendo no entanto o seu carácter divisionista e de conluio com o patronato, de que é exemplo o recente acordo que subscreveu no Conselho de Concertação Social.

Mas a Resolução Política sublinha que toda esta situação não é uma fatalidade, e os trabalhadores, unidos e organizados em torno da CGTP-IN, têm de continuar a luta, resistindo a esta política e criando condições para a alterar.

Explicando depois algumas linhas estratégicas para a acção e concretização da luta dos trabalhadores, dando-se alguns exemplos da sua diversidade de formas.

Partido da classe operária e dos trabalhadores, o PCP teve, tem e terá a sua vida ligada à defesa dos seus interesses destaca ainda o documento, que define como objectivos de trabalho dos comunistas nesta área a defesa dos direitos, a melhoria do poder de compra e das condições de vida dos trabalhadores, a defesa do sector empresarial do Estado e dos postos de trabalho e a redução do horário de trabalho.

Por Lisboa

Fazendo um balanço positivo da coligação *Por Lisboa*, o segundo capítulo deste documento destaca o papel determinante do PCP nessa vitória eleitoral e o facto de uma coligação entre PS e PCP ter constituído um factor mobilizador do eleitorado ao registar-se uma votação superior à votação anterior dos dois Partidos e dos seus aliados.

O gradual cumprimento das 50 medidas de emergência para 1990, o início das principais medidas de fundo de âmbito municipal, a aprovação da *normativa urbanística*, o Pla-

no *Estratégico de Lisboa*, a descentralização de competências e meios para as freguesias; o impulso à reabilitação urbana e o protocolo com o movimento cooperativo para a construção de três mil novos fogos; as Festas de Lisboa e a revitalização das iniciativas culturais, desportivas e artísticas; o início da construção do interceptor de esgotos entre Alcântara e Algés e a adjudicação do interceptor entre o Cais do Sodré e Alcântara; o Plano de Reordenamento e Revitalização do Parque Florestal de Monsanto; são algumas das medidas destacadas neste documento que justificam um balanço positivo dos oito meses de trabalho autárquico da coligação *Por Lisboa*.

A convergência e entendimento entre as forças políticas da *Por Lisboa*, o cumprimento dos programas eleitorais, uma atenção especial às áreas e pelouros dirigidos pelo PCP, a divulgação do trabalho realizado, a participação das populações e do movimento popular na gestão da vida autárquica; são algumas das linhas de trabalho a manter e a desenvolver.

Sublinhando-se que a acção dos membros do Partido deve, por um lado, dirigir-se contra a política do Governo PSD, deverá também participar na exigência para que a Câmara Municipal de Lisboa e as juntas de freguesia cumpram o seu papel e os seus planos de actividade.

Manter o espírito estabelecido em torno da coligação mas, ao mesmo tempo, combater as teses bipolarizadoras do PS afirmando a força do PCP, o seu papel imprescindível e

A política governamental tem afectado inúmeros trabalhadores de inúmeras empresas de Lisboa. O recente 1.º de Maio assim o demonstrou...

Como é a nova DORL

A nova direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, composta por sessenta e dois membros, foi eleita com duas abstenções pelos delegados desta Assembleia e na apresentação desta proposta referiu-se que a composição etária e o número de mulheres da nova DORL melhora em relação à situação anterior, mas a situação não aparece satisfatória no que diz respeito à composição social tendo em conta a composição dos membros do Partido na própria cidade.

A composição social dos militantes comunistas na cidade de Lisboa engloba 34,8 por cento de operários; 44,8 de empregados; 7,4 de quadros técnicos e intelectuais; 1,9 de pequenos e médios comerciantes e industriais restando 11,1 por cento de pessoas de estratos diversificados.

A nova direcção da ORL é composta por 29 por cento de operários; 48,3 por cento de empregados; 20,7 de quadros técnicos e industriais e 1,6 por centos de pequenos e médios comerciantes e industriais.

Quanto à composição etária, a cidade conta com 6,2 por cento de habitantes com idades compreendidas entre os 21 e trinta anos; 26,2 entre os 31 e 40; 26,6 entre os 41 e 50 e 39 por cento com mais de 50 anos.

A nova DORL conta com 4,9 por cento de membros com idades compreendidas entre os 20 e 30 anos; 48,3 no grupo entre os 31 e 40 anos; 37 por cento entre 41 e 50 e 9,8 por cento com mais de 50 anos.

Enquanto em Lisboa 27 por cento dos militantes comunistas são mulheres, a DORL conta agora com 31 por cento. Trinta e sete por cento dos elementos desta estrutura são funcionários do PCP enquanto a média de idades é de 40 anos.

Noves dos membros da nova DORL são dirigentes sindicais, 11 são membros de comissões de trabalhadores ou delegados sindicais, 13 eleitos autárquicos e dois membros de colectividades.

PT

consequente por uma política ao serviço das populações e da cidade é outro objectivo traçado pela assembleia.

Afirmar a identidade do PCP

Apagar o real papel do PCP na sociedade portuguesa; desacreditar o projecto socialista que o PCP quer para Portugal; pôr em causa a própria existência e validade do PCP; são os objectivos definidos por uma campanha contra o Partido através de uma premeditada barreira na comunicação social para ocultar ou deturpar as posições do PCP sobre os problemas nacionais, produzindo-se para a opinião pública um arsenal de ideias com esse propósito. Conclui a Resolução política que os meios utilizados e as ideias difundidas, entre outras, põem a nu o recuo que a direita e o PS têm do valor e alcance da afirmação pública das ideias, do projecto e das posições do PCP, pelo que se torna indispensável a afirmação da identidade inconfundível do PCP já que ela é uma necessidade para a defesa dos trabalhadores e população e para a construção da alternativa democrática, definindo o documento algumas medidas concretas nesse sentido.

Explicando os objectivos da candidatura presidencial do PCP, o quarto capítulo define linhas de actuação na cidade de Lisboa na pers-

pectiva da existência, na prática, de uma convergência das várias formas de intervenção do Partido. Todo um trabalho na cidade e a nível nacional para a construção de uma alternativa democrática à política de direita, também debatendo e divulgando a ideia de que só um PCP forte em todos os planos, incluindo o eleitoral, poderá evitar novas alianças do PS com essa direita.

Reestruturar

Unificar mais a direcção da ORL, aproximar mais os organismos de direcção da base do Partido na cidade; aumentar a intervenção do Partido nas empresas e nas freguesias reforçando a sua ligação às massas e proporcionar uma maior responsabilização de quadros, são algumas das linhas de trabalho definidas no quinto capítulo desta Resolução política que se debruça também sobre a nova realidade orgânica resultante da reestruturação empreendida a partir de Março na ORL e de que esta Assembleia fez parte.

Finalmente o último capítulo, dedicado ao movimento juvenil, começa por definir a actual situação da juventude da cidade em termos laborais, de ensino, lazer e cultura e refere que o trabalho próprio do Partido junto da juventude não é concorrente nem alternativo ao da JCP, mas sim complementar, apontando-se diversas acções não só a nível autárquico mas também autonomamente e com a JCP para um trabalho junto dos jovens de Lisboa.

PT

AÇORES

Uma Região que se orgulha de ser Autónoma e Portuguesa

Os contornos do sistema autonómico constitucionalmente definido em 1976 e actualmente em vigor garantem que tal sistema não só dá a resposta adequada à necessidade de muitos dos poderes do Estado terem uma forma apropriada de organização na Região, como lhe atribuem uma natureza profundamente democrática, — sublinha o Programa Regional do PCP, aprovado recentemente em Ponta Delgada. Intitulado «Açores, uma Região Autónoma portuguesa onde se viva em liberdade, onde se construa o progresso e onde se atinja a justiça social», o Programa Regional do PCP mereceu o enriquecimento e a aprovação dos delegados ao 4.º Congresso do Partido, realizado no fim-de-semana de 27 e 28 do passado mês de Outubro.

No quadro de uma democracia avançada

Sintetizando propostas de orientação e propostas de políticas regionais e sectoriais e definindo contornos específicos para a actuação política da Organização Regional dos Açores do PCP (PCP-Açores), o Programa individualiza, no contexto regional, o PCP-Açores, tornando clara a sua identidade regional específica, sem, contudo, recusar nem futuros aprofundamentos e actualizações do que é proposto, nem recusar, também, futuras e necessárias articulações destas propostas e destes objectivos com outros que visem também uma mudança positiva na vida regional.

Ao definir as principais concepções e objectivos a atingir no que concerne ao sistema político específico e ao equacionar as soluções para os principais problemas regionais, o PCP-Açores está não só a definir o seu entendimento sobre o futuro dos Açores, mas também a expressar, de forma específica, o que pretende que sejam os Açores no quadro da **Democracia Avançada** definida pelo PCP como seu objectivo programático para o conjunto do País.

Analisar o presente, preparar o futuro, reforçar uma intervenção fundamental no arquipélago significa, entre outros factores, ter presente a questão da autonomia. Também nesta matéria a Organização Regional do PCP avança com clareza e objectividade uma posição que é tratada com rigor no Programa aprovado no 4.º Congresso, logo no capítulo primeiro, e que aqui deixamos à apreciação dos nossos leitores:

Não aos separatismo não ao centralismo

O sistema constitucional da Autonomia em vigor possibilita que os Açorianos encarem e resolvam os seus problemas específicos e próprios e, nessa mesma medida, defende e potencia a unidade da Nação a que todos pertencemos.

O PCP/Açores defende o sistema constitucional da autonomia, recusa as teses de tendência separatista ligadas ao «conceito» de «autonomia progressiva» e recusa as intenções, práticas e doutrinas que visam retirar poderes à Região e restaurar o centralismo.

Características essenciais

O sistema constitucional da Autonomia é um dos elementos definido-

res da democracia portuguesa e constitui um dos traços essenciais da organização do poder político na democracia avançada proposta pelo PCP para o conjunto do nosso país.

Para o PCP-Açores são características essenciais da autonomia político-administrativa que interessa manter, consolidar, introduzir ou aprofundar:

1.º A existência de órgãos de Governo próprio, com responsabilização do Governo Regional perante a Assembleia Legislativa e com a assunção do poder legislativo regional exclusivamente pela Assembleia.

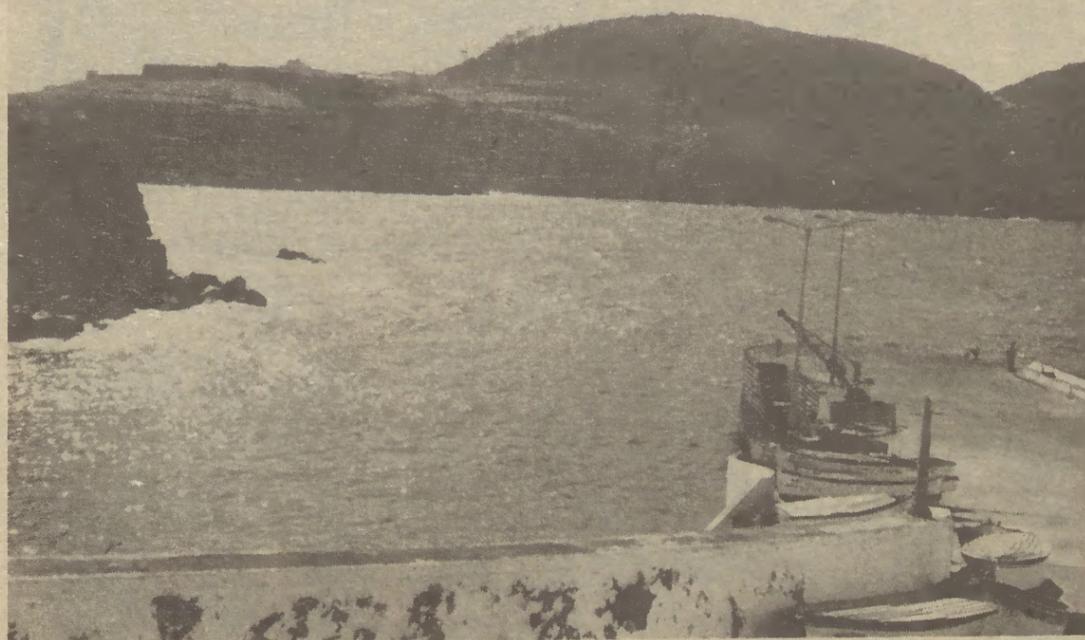
2.º A manutenção de um quadro de competências regionais extremamente amplo e que exclua, no essencial, as áreas que são elementos de definição do conceito de Estado unitário e outras áreas que, tal como acontece, oferecem maior probabilidade de eficiência se exercidas pelo Estado. No entanto, para o PCP-Açores o quadro das competências regionais não pode ser inferior ao definido pela Lei 9/87 (Estatuto da Região Autónoma dos Açores).

3.º A instauração de um relacionamento financeiro entre a Região e o Estado que assente em regras maleáveis mas pré-estabelecidas, regras essas que garantam a autonomia financeira da Região, que contemplem a necessária solidariedade nacional no esforço de desenvolvimento da Região e que tenham em conta o carácter penalizador permanente que a insularidade introduz face ao desenvolvimento.

A consagração do princípio do cálculo das receitas fiscais próprias da Região no que respeita aos impostos principais, tendo como ponto de partida o valor da capitação média nacional respectiva, deverá ser assegurada, a par da instauração de outros mecanismos eventuais de atribuição de receita, estabelecidos a partir da definição regional das prioridades e necessidades.

4.º A criação de uma prática permanente de diálogo entre os órgãos regionais e os órgãos de soberania, por forma a que seja assegurado o normal andamento de todos os assuntos e questões de interesse para a Região, diálogo esse que deve ser sempre desenvolvido tendo em vista a consolidação de um relacionamento não conflitual entre a Região e o Estado e vice-versa.

5.º A garantia de serem escrupulosamente respeitados os princípios constitucionais da audição da Região nas matérias de interesse regional e da participação da Região na negociação e acompanhamento da execução dos acordos e tratados



internacionais que lhe dizem respeito.

A consagração do princípio do acompanhamento permanente das questões de relacionamento com a CEE que digam respeito à Região deverá ser claramente expresso no Estatuto.

6.º A existência de uma forma institucional específica de assegurar a interligação entre a Soberania e a Região, tendo em vista racionalizar o necessário relacionamento e de assegurar, com eficácia a constitucionalidade e legalidade da legislação e dos actos governativos regionais. Tais funções são exercidas pela figura constitucional do **Ministro da República**, havendo que assegurar que qualquer eventual futura alteração da competência e da definição constitucional dessa figura não pode comprometer ou pôr em causa nem os poderes próprios da Soberania, nem a eficácia do relacionamento entre a Região e o Estado.

Unidade da Nação

O respeito integral pelos princípios atrás expostos garante, na visão do PCP-Açores, que a Autonomia mantenha e aprofunde a sua condição de sistema político-administrativo adequado e indispensável ao respeito pela identidade regional que nos é própria.

O respeito integral por essa identidade regional é essencial à defesa da unidade da Nação a que nos orgulhamos de pertencer.

A congregação dos dois factores atrás apontados legitimam a exigência de serem banidos todos os comportamentos conflituais sistemáticos que são inevitavelmente introduzidos por práticas que configuram

perversões separatistas ou centralistas.

Os Açores são e serão uma Re-

gião que se orgulha de ser Autónoma mas que também se orgulha e quer ser Portuguesa. ■

Mensagem do PCP suscita interesse

Ponta Delgada. A poucas horas do início do 4.º Congresso Regional do PCP/Açores (27, 28 de Outubro de 1990), um grupo de jornalistas almoça e convive com Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP e candidato às Presidenciais de Janeiro de 91, José Decq Mota e Jorge Gouveia Monteiro, membros da Comissão Executiva Nacional do Partido, e Paulo Valadão, deputado comunista na Assembleia Legislativa Regional.

Um dos companheiros de mesa, jornalista de um prestigiado órgão de informação regional, comenta em tom sereno:

«Embora aqui seja uma força política eleitoralmente pequena, o PCP é um partido que marca nos Açores uma presença significativa, diferente. Quando algum dirigente regional do PCP fala na Televisão ou na Rádio, seja o Zé Decq, seja o Valadão, seja o Mário Abrantes, as pessoas têm mesmo interesse em ouvir o que eles têm para dizer.»

Oposição nas palavras e na prática política

Somos oposição ao Governo Regional nas palavras e fazemos oposição na prática política que desenvolvemos.

Uma das nossas formas mais frequentes e objectivas de fazer oposição reside no esforço que desenvolvemos para apresentar propostas alternativas, propostas essas referentes quer aos grandes problemas regionais quer aos problemas de todos os dias.

Com esta prática demonstramos duas coisas:

● **Em primeiro lugar** tornamos claro que não só é necessário mas também é possível realizarem-se políticas mais adequadas, mais justas e melhores para os Açores e para os açorianos.

● **Em segundo** tornamos também totalmente claro que, sem termos nenhuma pretensão de hegemonizar, somos entretanto uma força que é necessário ter em conta na construção de uma mudança.

O PCP /Açores, força política que faz uma oposição coerente e activa, aspira legítima e democraticamente a participar na construção de um novo poder regional num quadro modificado e democratizado.

José Decq Mota, na abertura do 4.º Congresso Regional do PCP/Açores, Outubro 90

O Plenário de Outubro do Comité Central do PCUS

Medidas que podem ser decisivas

Em 8 e 9 de Outubro passado reuniu-se em Moscovo, pela primeira vez desde o 28º Congresso, o Plenário do Comité Central do PCUS. Trata-se de um importante acontecimento político, que pode desempenhar grande influência para a superação da perigosa situação de crise que se está vivendo na União Soviética. O «Avante!» de 25 de Outubro já publicou na íntegra a resolução política adoptada sobre a análise da situação e a definição de tarefas. Parece-nos, todavia, de interesse, face à inquietação com que muitos comunistas portugueses e outras pessoas progressistas acompanham aqui de longe a situação, voltar a esse documento e a intervenções produzidas no Plenário do CC do PCUS para sublinhar algumas das questões, tomadas de posição e directivas de maior relevo que dele saíram.

Na Resolução do CC do PCUS começa-se por **caracterizar a situação de crise actual**, justificando responsabilmente as preocupações existentes. Resume, e em alguns casos desenvolve, o quadro que já tinha sido traçado no início pelo camarada **V. A. Ivachko**, vice-Secretário-Geral do PCUS, no seu Relatório nos seguintes termos: «A temperatura da nossa sociedade, doente há muito e gravemente, atingiu um ponto crítico. Reduzem-se os volumes da produção, verifica-se uma reacção em cadeia de desagregação dos laços económicos, piora a disciplina. A carência de tudo, a especulação, o aumento dos preços que atingiu o mercado de consumo, degradam de dia para dia a vida de milhões de soviéticos. A situação relativa ao abastecimento de Moscovo e Leninegrado e outros centros industriais tornou-se simplesmente insustentável. Torna-se cada vez mais atrevido o mundo do crime, que aterroriza a população. Não amainam os focos de desavenças e conflitos entre nacionalidades. Prossegue a polarização das forças políticas, tornam-se mais activas as correntes anti-socialistas, multiplicam-se as tentativas de excluir o PCUS da vida política. Com este objectivo são conduzidas difamações e perseguições aos comunistas. Insiste-se em incutir na consciência da sociedade a «imagem do inimigo» na pessoa do PCUS. Tudo isto, no seu conjunto, fez elevar a tensão social a limites perigosos». A Resolução do CC do PCUS retoma este quadro para sublinhar a obrigação de todos os órgãos do PCUS, do topo à base, de «avaliar em tempo oportuno e dar a devida resposta a semelhantes manobras» antide-mocráticas e ilegais do anti-sovietismo, anticomunismo e nacionalismo.

Perante a complexidade da situação, o Plenário do CC do PCUS define como **tarefa imediata** normalizar a situação política e socio-económica, vencer a passividade e as hesitações na realização da linha política do 28º Congresso: «Cada comunista deve, corajosamente e firme nos princípios, defender as ideias do Partido, os ideais de Outubro, defender firmemente os ideais socialistas e os valores universais.» Sem dúvida que para tal os comunistas soviéticos precisam, podem e devem contar com a «cooperação e acção conjunta de todas as forças verdadeiramente democráticas do país.» Já na sua intervenção introdutória o camarada **M. S. Gorbachov** sublinhara «a importância, nas condições actuais, da sabedoria do Partido em agir em cooperação com outras tendências e organizações», sugerindo mesmo uma «coligação de todas as forças patrióticas e progressistas» na base de um «programa anticrise». Decisiva nos parecer, nas actuais circunstâncias, a capacidade do Partido para mobilizar as mais largas massas populares em favor da sua política, e em primeiro lugar a classe operária e o campe-

sinato, bem como as forças sãs da intelectualidade.

Examinando de seguida «o **sentido principal da transição para o mercado**», o CC do PCUS esclarece desde logo que ele se deve processar «no **quadro da opção socialista**». Apoiar a decisão do Soviète Supremo da URSS de atribuir poderes suplementares ao Presidente da URSS e define como «tarefa primordial alterar a curto prazo a situação no mercado, vencer a falta de mercadorias de primeira necessidade». Para tanto, exige-se maior responsabilidade e eficácia na acção dos comunistas dirigentes estatais a todos os níveis, que os deputados comunistas «sejam mais activos na realização da linha política do PCUS nos Soviètes», que o Governo tome «medidas decisivas de luta contra a especulação, a crescente criminalidade, as acções extremistas», considerando-se o respeito pela legalidade como factor indispensável à estabilização. O Plenário encarregou a Comissão competente do CC do PCUS de elaborar os projectos de plano e orçamento para 1991 a apresentar devidamente ao Soviète Supremo.

Abordando **questões de princípio candentes da batalha política e ideológica**, o CC do PCUS manifesta-se «pela variedade das formas de propriedade, por uma economia mista, pela formação de uma infra-estrutura de mercado», mas pronuncia-se por que na «desestatização das empresas» seja dada «prioridade às formas colectivas de propriedade» e desapoia «a ideia da transferência ou venda da terra a proprietários privados».

Na perspectiva do incremento das relações de mercado, o CC do PCUS «considera extremamente importante que sejam **sopesadas e objecto de prognóstico todas as consequências económicas, sociais e políticas**», tomando as medidas necessárias para «**garantir o pleno emprego da população** e criar um sistema estatal único de prevenção do desemprego e de preparação, reciclagem e colocação de trabalhadores», bem como medidas de **protecção social das camadas mais vulneráveis**, como as mulheres, os reformados, a juventude, as famílias numerosas. Para reduzir ao mínimo os custos do incremento das relações mercantis, o CC do PCUS considera que «são precisas **medidas de regulação estatal dos preços**, especialmente de produtos de primeira necessidade, e **medidas de defesa contra a inflação**».

Examinando a **questão das nacionalidades e do futuro da URSS**, o CC do PCUS, «apoiando o anseio dos povos do país à soberania e autodeterminação, manifesta-se inequivocamente por uma união única de estados soberanos» e alerta contra as consequências do «atraso na elaboração das bases e regulação do novo Tratado da União». Atribui importância fundamental à formação de um mercado

único da união e manifesta-se por sistemas monetário, bancário e alfandegário únicos e por uma política coordenada de formação dos preços e impostos para toda a união, bem como pela necessidade de assegurar centralmente a defesa, a política externa, a segurança do Estado, o complexo de decisões em domínios como a energia, os transportes, o ambiente, a coordenação do desenvolvimento das ciências, educação e cultura. Abordando esta magna questão na sua intervenção introdutória, **M. S. Gorbachov** já manifestara grave inquietação ao referir por duas vezes a ameaça de «**libanização**» da URSS, considerando que para os comunistas não há agora mais importante tarefa que a de se opor às tentativas das forças separatistas, alertando os deputados comunistas dos Soviètes de todos os níveis para combaterem a tomada de resoluções anticonstitucionais. E referindo-se às forças extremistas e nacionalistas que enganam o povo e criam uma atmosfera de injustiça nacional e terror, o Secretário-geral do PCUS e Presidente da URSS considerou que era necessário usar neste caso não só **palavras verdadeiras** mas também a **força da lei**.

Tendo em conta as preocupações insistentemente expressas em quase todas as intervenções feitas no Plenário, o CC do PCUS considerou necessário desenvolver uma **intensa acção de esclarecimento de massas** sobre o desejado desenvolvimento real das relações de mercado, tal como o PCUS o concebe e preconiza.

O CC do PCUS considerou imprescindível **incrementar o papel das organizações de base do Partido** e condenou energicamente as acções ilegais contra elas e a proibição da actividade dos Comités do Partido em algumas empresas.

Em diversas intervenções no Plenário se denunciou documentadamente a **desinformação** que está a ser praticada em diversos **meios de comunicação**.

Já na sua intervenção introdutória o camarada **M. S. Gorbachov** colocou o problema da sua responsabilidade, considerando que não era normal, nem «glasnost», nem democracia, dar uma visão unilateral e subjectiva dos factos, enganando o povo e dando curso a mentiras e elementos fascizantes. Na sua Resolução, o CC do PCUS apelou aos meios de informação de massas para serem objectivos e honestos ao reflectirem a política do PCUS e para contribuírem para a criação de uma atmosfera de concórdia nacional e cívica, encarregando os órgãos competentes do PCUS de apoiarem e reforçarem a **imprensa partidária**. O CC do PCUS repudiou quaisquer atentados contra a propriedade do PCUS.

É hoje uma verdade duramente adquirida que a edificação do socialismo se revelou um processo histórico mais difícil, complexo e contraditório do que se supunha. Está já hoje também claro que o processo revolucionário da **perestroika** não é fácil nem isento de perigos e deformações. Inúmeras intervenções se lhes referiram no Plenário de Outubro do CC do PCUS, publicadas no «Pravda». É de reter algumas afirmações especialmente esclarecedoras para a nossa situação particular.

O camarada **A. S. Karmai**, dirigente do PC da Bielorrússia, alertou com vigor: «Sob a bandeira da perestroika, as forças destrutivas (...) conseguem a par e passo assestar golpes ao partido dos comunistas, intervir no sentido da desmontagem das bases do regime socialista».

O camarada **S. I. Gurenko**, membro do Bureau Político do CC do PCUS e 1º Secretário do CC do PC da Ucrânia, advertiu: «É impossível não ver que as forças extremistas, manipulando palavras de ordem democráticas da **perestroika**, atacam uma psicose de massas, desmoralizando a sociedade, tentam por todos os meios inviabilizar for-

mas civilizadas de desenvolvimento do processo político. Desenvolveu-se um encarniçado ataque contra a opção socialista feita pelo povo e, pela sua essência, esse ataque tem como objectivo o regresso da sociedade à situação anterior a Outubro de 1917».

Também o camarada **I. A. Prokofiev**, membro do Bureau Político do CC do PCUS e 1º Secretário do Comité Urbano de Moscovo, afirmou: «É mais do que evidente que por detrás da **perestroika** se escondem duas concepções que se excluem mutuamente de desenvolvimento da nossa sociedade. Uma resume-se à renovação do socialismo, liberto do totalitarismo, à transparência e à abertura ao mundo. A outra é a formação de um outro regime social. Não chegam as declarações de fidelidade à primeira concepção, é preciso reforçá-la com as correspondentes medidas e com acção contra os «falsos perestroikianos». A passividade só anima as forças destrutivas».

Muitas outras intervenções fornecem indicações concretas dos abusos e mesmo ilegalidades que, invocando como álibi a **perestroika**, estão sendo cometidas precisamente **contra a perestroika**. Nós, comunistas portugueses, estaremos de alma e coração com os objectivos essenciais da perestroika socialista. Saudamos a **perspectiva socialista** proclamada pelo 28º Congresso do PCUS. Por isso, fazemos votos por que, levando à prática as **decisões que podem ser decisivas** do Plenário de Outubro do CC do PCUS, os comunistas soviéticos, ligados indissolvelmente aos trabalhadores e às massas populares, agindo à altura do seu papel dirigente nas novas e complexas condições, possam avançar firmemente - como dizem as palavras finais da resolução política aprovada - para «a consolidação em torno das ideias avançadas pelo 28º Congresso, de opção socialista, internacionalismo, democracia e humanismo». ■



■ **Miguel Urbano Rodrigues**

NA FIDELIDADE

O POVO CUBANO DEFENDE

Havana tem uma das mais belas avenidas marginais do mundo: o Malecón. É um lugar de passeio, movimentado de manhã à noite. Nunca o vi deserto, nem em dias de furacão, quando ondas gigantescas galgam a muralha, fazendo da avenida um lago. São velhos a tomar sol, turistas deslumbrados com o suave encanto do trópico, crianças que nadam nas águas mornas do Atlântico, gente sem pressa que consegue tirar da água grandes peixes, namorados que se beijam encostados ao parapeto, esquecidos de que a Terra se move.

Naquela manhã de Outubro, caminhando com vagar, eu olhava ora o mar ora as silhuetas claras dos altos edifícios do Vedado a subirem para o céu muito azul, as palmeiras e as seibas de um verde gorduroso, os *flamboyants* cor de fogo. Era uma manhã pacata, de trabalho, igual à da véspera e à próxima. Mas, para mim, era a manhã do reencontro com a cidade e o seu povo.

Um amigo fraternal esforçava-se por actualizar a minha informação sobre a ilha.

«O Golfo atirou os temas cubanos para as páginas interiores da imprensa norte-americana. Subitamente, de um dia para o outro, quase deixaram de se ocupar de nós. A mudança foi tão brusca que os deixa sem argumentos: ficou claro que a obsessão anticubana era artificial, provocada pelo Poder e por ele alimentada...»

Maceo, Calixto Garcia, Céspedes, Maximo Gomez.

As estátuas dos heróis libertadores, em Cuba, não se submetem à imobilidade do tempo. Atravessam as suas paredes. Eles reúnem-se no presente, apresentam-se e falam como defensores da Revolução Socialista.

«Os gringos não conseguem entender-nos», comenta o meu amigo. «Olha, um dia, bem antes da Revolução, um *marine* bêbado empoeirou-se no monumento a Martí e mijou-lhe na cabeça. Ria como um alvar para manifestar o seu desprezo. Arrou-se um escândalo. O embaixador dos EUA sentiu-se na obrigação de pedir desculpas. Foi à televisão e lamentou a ofensa feita ao senhor, senhor... Não foi sequer capaz de se lembrar do nome de Martí. O chefe da missão norte-americana nada sabia a respeito da história de Cuba. Eles são assim...»

Ao despedir-se, o meu amigo ofereceu-me um livro: «*Guantanamo Bay*» (*). Não é a história da base norte-americana; apenas o relato da expansão galopante da prostituição em Cuba após o estabelecimento do protectorado no final do século passado. Folheio o livro. Chama-me a atenção logo no início um regulamento de conteúdo fantástico sobre o regime da prostituição, assinado pelo governador militar de Cuba, general Leonard Wood. O último dos 12 artigos desse estranho documento oficial, datado de 1902, termina com esta confidência: «A nossa missão foi a de edificar uma república anglo-saxónica num país latino».

Meti o livro no bolso em frente da estátua de Martí.

Será efectivamente muito difícil que os governantes e militares norte-americanos venham a compreender Cuba e o seu povo.

A chegada a Havana

Um desencanto na chegada a Havana permitiu-me avaliar o que sente o viajante estrangeiro não esperado, que viaja isoladamente.

No avião, uma turista espanhola perguntava-me, inquieta, se poderia

sair do hotel sozinha e se a polícia não a seguiria. Os velhos fantasmas gerados pela desinformação pesam.

Hoje já não se pede a declaração de divisas. Depois de retirar a bagagem, sem que na Alfândega me abrissem sequer a mala de mão, dirigi-me à agência bancária para trocar dinheiro. Informaram-me que era desnecessário no momento. Sugeriram que tomasse um táxi de turismo; a corrida seria paga em dólares de acordo com o taxímetro.

O motorista levou-me a um hotel médio do Centro e deu-me no trajecto as primeiras informações úteis sobre a situação do país, tal como a via. Não me fez perguntas, excepto a relativa à nacionalidade, porque me havia tomado por mexicano.

Para evitar o mercado negro de divisas, a Intur, organização de turismo, instalou no país centenas, talvez mais de um milhar, de lojas, onde os visitantes estrangeiros encontram praticamente todos os produtos cubanos (e alguns importados) susceptíveis de os interessar. A qualidade é quase sempre superior à dos mesmos artigos pagáveis em pesos no comércio comum. Nos hotéis e em muitos restaurantes os turistas pagam, aliás, tudo em dólares (ou outras divisas). A fórmula desencoraja o tráfico da moeda. Em Havana e nas cidades das províncias onde estive não vi o chocante espectáculo de caça ao dólar, rotineiro à porta dos hotéis e em certas ruas de Moscovo.

Pela primeira vez encontrei milhares de turistas em Cuba. Desembarcam em vagões, do Canadá, da Alemanha, da Espanha, da América Latina. Os brasileiros chegam em voos charter. Comparando os preços com os de São Paulo e do Rio acham tudo barato.

No mercado é difícil encontrar certos produtos como a cerveja e o iogurte. A existência de bichas para o pão e a carne é tema de artigos na imprensa estrangeira. Aos turistas não falta, porém, coisa alguma. A dinamização do turismo é uma das metas prioritárias do plano ideado pelo governo para atenuar as dificuldades resultantes da desagregação do CAME e da alta dos preços do petróleo. O objectivo, contudo, é muito modesto: captar uns 500 milhões de dólares em 1991.

Para sobreviver ao cerco, sem subsídios, o povo cubano prescindiu de tudo o que não seja essencial. Adopta um comportamento espartano.

Mas no último Verão, quando três dezenas de cidadãos pediram asilo em embaixadas europeias — nomeadamente na checoslovaca e na espanhola — logo a imprensa norte-americana e europeia sugeriram que Cuba viola os direitos humanos. Compararam a ilha a um cárcere do qual nenhum descontente podia sair...

O episódio das embaixadas

Olhando as famílias à porta das suas casas, tomando o fresco ao entardecer, falando de mil pequenos acontecimentos do dia-a-dia, a mensagem que se desprende dessa gente é a de um povo tranquilo, que sabe rir, com alegria de viver.

O que pensa a população das actuais dificuldades? Como encara o futuro próximo?

Cuba tem 10 milhões de habitantes e obviamente qualquer generali-

zação é abusiva. O simples facto de seis milhões de pessoas terem saído à rua no 1.º de Maio convida à reflexão. A grande maioria do povo está com a Revolução, não obstante ter consciência de que essa escolha implica sacrifícios enormes e um futuro incerto.

Quantos cubanos serão favoráveis a uma mudança de regime, ou seja, desejarão ir além da rectificação e abrir a porta a um regresso do capitalismo?

Ensaiei uma resposta aritmética seria cair no terreno da especulação pura. Mas há naturalmente muita gente que gostaria de sair de Cuba se obtivesse visto e trabalho nos EUA e sobretudo em Espanha, país onde presentemente, mais do que em Miami, funciona o quartel-general da contra-revolução. As motivações do descontentamento não são, aliás, coincidentes.

No início da Revolução deixaram o país 500 000 cubanos. A antiga classe dominante foi a primeira a optar pelo exílio, seguida por parte ponderável das camadas médias. Nas profissões liberais assistiu-se a um êxodo. Dos 9 mil médicos que havia no país ficaram apenas 3 mil (hoje há 30 mil). A fuga maciça de quadros criou problemas muito graves.

Penso que o imperialismo cometeu um erro ao incentivar então a saída dos descontentes. O êxodo da burguesia e de amplos sectores sociais por ela influenciados debilitou extraordinariamente a oposição interna.

Em 1980, em circunstâncias muito diferentes, com a revolução consolidada, saíram do país mais de 100 mil pessoas. Era gente de outro tipo. O governo dos EUA arrependeu-se tão amargamente de haver recebido os famosos *marileitos* (embarcados pelo porto de Mariel) que hoje recusa facilidades à entrada de cubanos. Toda a revolução gera uma escória de marginais e mercenários potenciais. Os *marileitos*, com poucas excepções, desenvolveram-se no tecido do lupen contra-revolucionário.

Um chileno residente há muitos anos em Cuba, comentando a dificuldade que muitos europeus têm em compreender a realidade cubana relembra obstáculos à saída de quem deseja deixar o país desde que tenha visto e transporte».

Quem emudeceu foram os críticos estrangeiros. Sentiram-se desmascarados. Em Portugal poucas pessoas sabem que Cuba continua a insistir com os EUA para que conceda vistos aos cubanos que pretendem sair.

Washington, após morosas negociações, comprometeu-se a atribuir um mínimo de 20 mil vistos por ano a emigrantes vindos da Ilha. Mas não honrou a palavra empenhada. Em 1989 apenas foram concedidos 6000 vistos.

Mas no último Verão, quando três dezenas de cidadãos pediram asilo em embaixadas europeias — nomeadamente na checoslovaca e na espanhola — logo a imprensa norte-americana e europeia sugeriram que Cuba viola os direitos humanos. Compararam a ilha a um cárcere do qual nenhum descontente podia sair...

Fidel deu-lhes a resposta: «Não somos nós, vocês sabem, que somos obstáculos à saída, são eles, os dos direitos humanos, que quando lhes pedem um visto não o concedem, mas se entram com um machado ameaçando arrancar a cabeça ao embaixador, logo dão o visto e até pagam a passagem».

O episódio das embaixadas visava a produzir efeitos similares ao precedente criado em 1989 por cidadãos da ex-RDA na Hungria e na Checos-

lováquia. Os efeitos foram, porém, opostos. A firmeza de Havana derrotou a manobra: não havia paralelo entre as situações sociais existentes.

Fidel reafirmou que os adversários do regime tinham escancarado a porta da saída, mas sublinhou também que «o joguinho das embaixadas era o único caminho pelo qual ninguém sairia, nem agora nem depois. Esses ficarão mesmo que não queiram». E os factos deram-lhe razão. Os falsos perseguidos políticos perderam. Voltaram para suas casas, ridicularizados.

Pluripartidarismo? Não.

Esta perigosa farsa das embaixadas deveria ter ajudado a abrir os olhos aos que pelo mundo fora criticam Cuba por não instituir o pluripar-



tidarismo e não permitir uma imprensa de oposição.

Um chileno residente há muitos anos em Cuba, comentando a dificuldade que muitos europeus têm em compreender a realidade cubana relembra obstáculos à saída de quem deseja deixar o país desde que tenha visto e transporte».

Quem emudeceu foram os críticos estrangeiros. Sentiram-se desmascarados. Em Portugal poucas pessoas sabem que Cuba continua a insistir com os EUA para que conceda vistos aos cubanos que pretendem sair.

Washington, após morosas negociações, comprometeu-se a atribuir um mínimo de 20 mil vistos por ano a emigrantes vindos da Ilha. Mas não honrou a palavra empenhada. Em 1989 apenas foram concedidos 6000 vistos.

Mas no último Verão, quando três dezenas de cidadãos pediram asilo em embaixadas europeias — nomeadamente na checoslovaca e na espanhola — logo a imprensa norte-americana e europeia sugeriram que Cuba viola os direitos humanos. Compararam a ilha a um cárcere do qual nenhum descontente podia sair...

Fidel deu-lhes a resposta: «Não somos nós, vocês sabem, que somos obstáculos à saída, são eles, os dos direitos humanos, que quando lhes pedem um visto não o concedem, mas se entram com um machado ameaçando arrancar a cabeça ao embaixador, logo dão o visto e até pagam a passagem».

O episódio das embaixadas visava a produzir efeitos similares ao precedente criado em 1989 por cidadãos da ex-RDA na Hungria e na Checos-

lováquia. Os efeitos foram, porém, opostos. A firmeza de Havana derrotou a manobra: não havia paralelo entre as situações sociais existentes.

Fidel reafirmou que os adversários do regime tinham escancarado a porta da saída, mas sublinhou também que «o joguinho das embaixadas era o único caminho pelo qual ninguém sairia, nem agora nem depois. Esses ficarão mesmo que não queiram». E os factos deram-lhe razão. Os falsos perseguidos políticos perderam. Voltaram para suas casas, ridicularizados.

O intercâmbio desigual

Está muito generalizada na Europa a convicção de que Cuba é benefi-

ciada por aquilo a que alguns jornalistas chamam os preços artificiais.

Na realidade o intercâmbio desigual funciona em desfavor do Terceiro Mundo. A América Latina, apesar do seu atraso global, tornou-se nos anos 80 exportadora líquida de capitais (25 mil milhões de dólares em 89). Cuba constitui a excepção no sistema espoliativo. Fidel Castro explica:

«Quando Fidel diz que em Cuba, neste momento, só há lugar para dois partidos, o da Revolução e o da contra-revolução, expressa uma realidade transparente para o povo. Se neste país fosse convocado um plebiscito sobre o tema do pluripartidarismo, os dirigentes do Partido e o Governo perderiam a confiança das massas. Elas não poderiam entender tal pergunta, porque a questão não suscita dúvidas. Estas gente sofreu terrivelmente em trinta anos com as agressões e o bloqueio dos EUA. Se, para dar uma satisfação a apelos da Europa fosse autorizada a formação de partidos, essas organizações artificiais seriam instrumentos perigosos de uma permanente ofensiva contra-revolucionária, financiada pelos EUA. Diz-me: que governo em tempo de guerra instalará no seu território a quinta coluna ao serviço do inimigo?»

Lembrei-me da visita na cidade de Trinidad a um museu em cujos salões se evoca a luta nos anos 60 contra os bandos da Serra de Escambray, organizações terroristas que proclamavam a sua «fidelidade aos ideais mais puros da Revolução», mas exigiam o afastamento do poder de Fidel e dos seus companheiros.

Nesse museu original vi um barco capturado, o «Alpha 66» (da CIA), e os restos do avião U2 norte-americano, abatido sobre Cuba quando espiava o seu sistema defensivo. Ex-agentes da CIA em livros de memórias contaram o que se passava então nos bastidores da Casa Branca e do Pentágono. Meia dúzia de vezes a CIA planeou o assassinio de Fidel. A rede conspirativa era tão ampla e poderosa que os seus fios acabavam no salão oval da presidência dos EUA (um filme norte-americano transmitido pela RTP no último Verão confirmou a gravidade do envolvimento da Casa Branca).

Uma certeza: a oposição interna cubana sabe não ter o apoio mínimo indispensável para levar adiante no país qualquer tentativa contra o regime. O perigo vem de fora.

AO SOCIALISMO

A SUA REVOLUÇÃO



ve crise, encontrar as divisas para adquirir os 4,5 milhões de toneladas de açúcar que importa de Cuba? A alternativa de que se fala seria inviável: a União não está em condições de produzir ela própria esse açúcar a partir de novas plantações de beterraba sacarina. Além de exigir um investimento colossal, esse esforço afectaria a produção de cereais, ocupando terras a eles destinadas. Seria um péssimo negócio.

É significativo que o ministro Abalakin, que está longe de ser um entusiasta do marxismo-leninismo, tenha reconhecido publicamente após a sua visita a Cuba que o intercâmbio entre os dois países é justo, ao contrário do que muita gente afirma.

Ausência de complexos

Dar conselhos a Cuba passou a ser hábito rotineiro de muitos analistas políticos europeus. Imitam com anos de atraso os seus colegas norte-americanos. Por vezes os conselhos até partem de personalidades progressistas e a intenção é boa. Em Havana encontrei professores franceses que me citavam a Hungria e a Checoslováquia apontando situações ali ocorridas como exemplo do que se deveria fazer em Cuba (sic). Falavam em salvar a Revolução, com aparente sinceridade.

Quando o entendimento da política não sobe acima desse nível, o diálogo sobre as liberdades torna-se muito difícil. Os discursos cruzam-se, num desencanto estéril.

Em Cuba nunca houve situações

abalarão a confiança popular no Partido e nos seus principais dirigentes. O cubano revolucionário ergue a voz e protesta contra tudo o que se lhe afiga contrário aos ideais e à prática da Revolução. Mas não tem má consciência. Do balanço do que se fez, o bom e o mau, nasce um sentimento de orgulho.

Nesta visita falei com gente diferente: funcionários obscuros, motoristas, operários, artesãos, jornalistas, dirigentes do Partido, barbeiros, operadores e guias de turismo, estudantes, vendedores, ascensoristas, com muito cidadão anónimo, na rua, nos transportes públicos, nas praças, em grandes armazéns e pequenas lojas.

Esperava encontrar mais pessoas reticentes, com medo do futuro, influenciadas pela derrocada no Leste Europeu, pela gravidade da crise na URSS. Cuba não sofre apenas as consequências económicas da ruptura do sistema em que estava integrada. Sabe que está também isolada politicamente. Na própria imprensa soviética aparecem, com frequência crescente, artigos que preconizam o fim das relações económicas preferenciais entre os dois países. O «Notícias de Moscovo» não hesitou em publicar uma reportagem em que o seu enviado especial a Miami fez o elogio dos contra-revolucionários e de aspectos económicos e sociais da política da época de Fulgêncio Batista.

Entretanto, fui encontrar um povo sereno, com disponibilidade para enfrentar as situações mais imprevistas, convencido da sua razão para lutar, o que é importantíssimo.

Um diplomata latino-americano ao

qual me ligam muitos anos de amizade sintetizou bem a dificuldade de transmitir a imagem real de Cuba no ano 90:

«Você vai esbarrar sempre com a desconfiança — advertiu. — Os europeus, sem excluir muitos comunistas, tornaram-se tão cépticos que lhes custa perceber que Cuba, tendo um único partido, e sem aquilo a que chamam liberdade de imprensa, criou uma sociedade onde os homens se sentem mais livres e realizados do que os cidadãos de muitas democracias tradicionais da Europa. Penso que os cubanos são absoluta-

quados. Situa-se na sua classe e esquece a pirâmide social do seu próprio país. São de uma vez chamei a atenção a brasileiros que criticavam a degradação das fachadas de muitos edifícios. Registavam uma evidência. Mas o seu padrão comparativo era o da burguesia paulista ou carioca. Quando falavam de falta de bens de consumo esqueciam que em São Paulo 5 dos 10 milhões de habitantes vivem em bairros e cortiços imundos. Esqueciam que Cuba enfrenta há quase três décadas um bloqueio imposto pelos EUA — tão duro que nem uma aspirina americana é vendida na ilha, tão vigilante que as empresas ocidentais que exportam para Cuba são logo inscritas na lista negra de Washington.

A maioria dos turistas, porém, regressa aos seus países com um balanço positivo. Descobrem uma Cuba melhor, mais aberta do que o país imaginado. Aquilo que era impossível na Europa do Leste passou a ser coisa rotineira em Cuba. O visitante estrangeiro aluga um carro e pode percorrer a ilha nele, alojar-se nos hotéis do seu agrado.

Os cinemas e a televisão exibem uma elevada percentagem de filmes norte-americanos, incluindo os tradicionais *westerns*. Do México, da Argentina, da Espanha e sobretudo do Brasil chegam telenovelas que reflectem perspectivas muito diferentes sobre a vida. No momento da minha visita o grande êxito televisivo era uma estória bem conhecida dos portugueses: «Roque Santeiro».

Registei o desabafo, mas não lhe perfilho a análise e a conclusão.

Somente a história dará resposta ao desafio cubano.

Pessoalmente, as derrotas circunstanciais, mesmo quando mundivida, não alteram a minha mundivida, o olhar sobre a História.

O comandante Henry Ruiz, da direcção nacional da Frente Sandinista, recordou em entrevista recente (*) que «a crise da Europa Oriental, a do socialismo real, não pode levar-nos à pobreza e temerária conclusão de que a história acabou, que a utopia é dos utopistas e não dos revolucionários».

Acho que tem razão. O fundamento, como lembrou Henry Ruiz, é que as forças mais esclarecidas façam em cada sociedade e em cada caso aquilo que deve ser feito. Já Kant dizia que as causas internas prevalecem sobre as externas na transformação da vida social como factores de mudança. A revolução humanista não tem calendário.

É através do particular que se chega ao universal. E a Revolução cubana, mesmo quando muitas vezes deu a impressão de contrariar a lógica da História, confirma no seu caminhar bellissimo essa lição antiquíssima. ■

Há algo que antes de mais foi resgatado pela Revolução e o Socialismo, a dignidade do homem e o decoro do homem. Talvez o que mais dói aos imperialistas e seus corifeus seja o facto de que este pequeno país, aqui às portas dos EUA, neste *Mare Nostrum* inique que era o Caribe tenha podido (...) fazer uma revolução, tenha podido defender-se e tenha podido manter-se. Não perdoarão isso à Revolução Cubana.

Fidel Castro, 26.7.72

(*) «*Guantanamo Bay*», de Gilberto Cruz Diaz, Santiago de Cuba, 1977, Ed. Oriente. (**) In «*Semana Latino-Americana de Alasei*», n.º 203, 15 Out. 1990, México.

Pontos Cardeais

Sem pontos nem ii

Diz o dr. João Soares, num inspirado artigo que fez sair no «Diário Popular» de anteontem, que «às vezes é preciso pôr os pontos nos ii. Até porque normalmente fazem falta quando lá não estão».

E, não querendo perder mais uma oportunidade de deixar as letras sossegadas, prossegue, nesta linha, a sua dissertação sobre os ii e os pontos que, realmente, lhes fazem falta: «Eu, por mim, sou dos que não fogem nunca a pô-los, lá onde faltam, sobretudo quando me dizem directamente respeito», afirma, assim em jeito de profissão de fé. Depois de tal começo, o que se poderia esperar do que João Soares diz no seu inspirado artigo? Isso mesmo: pontos para um lado, ii para outro. Haverá quem os ponha no sítio.

Imaginacinha matinal

Já grangeou fama como o rei dos crimes e das facadas. Sabe-se que recorre ao mais rasca que há em *banha da cobra* para vender papel borrado a embrulhar ideias cheias de teias de aranha. Enche páginas com o que de mais barato se encontra nos mostruários das agências. Na maior parte das vezes, deixa o rigor pelas horas da morte. E tem uma cá uma *imaginacinha* que só visto! Faz títulos assim: «Para evitar o efeito de estufa - ministros travam emissão de gases», e «Portugueses querem ECU».

Como o leitor deve ter adivinhado, falamos do mui garboso «correio da manhã». Como também se depreende, *imaginacinha* é a sua imaginação... tão pequenina, tão pequenina...

Com ar de...

Ao sair da prisão de Caxias, onde foi visitar Costa Freire, dizia Leonor Beza: «Está com ar de quem está preso há quarenta dias.»

A actual deputada do PSD, essa, estava mesmo com ar de quem foi ministra da Saúde no tempo em que Costa Freire era secretário de Estado.

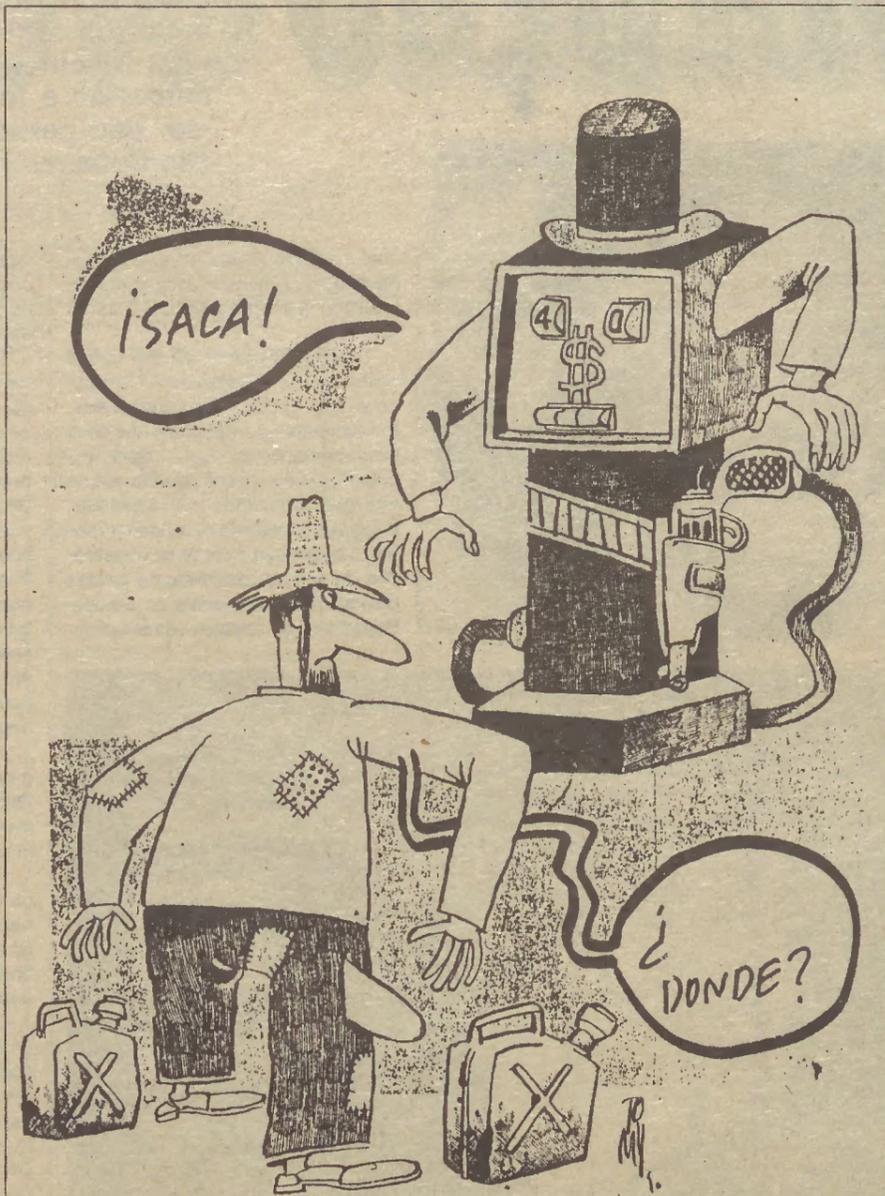
Quando lhe perguntaram se o primeiro-ministro deveria pronunciar-se sobre os escândalos que levaram à detenção de Costa Freire, Leonor Beza apenas declarou que «ele é que sabe o que deve fazer». Mas poderia lá a deputada dizer outra coisa do chefe do seu partido... que está sempre com ar de Cavaco Silva?!

Ele não vê...

«Já não se vêem nas aldeias miúdos descalços, sujos, de ranho no nariz. Não, hoje já não se vê disso.»

Isto, entre outras que tais, disse o ministro Valente de Oliveira na lustrosa entrevista que deu à revista «Sábado».

«O pior cego é o que não quer ver» - diz o povo cá pela nossa terra, conhecendo como conhece as misérias que o Governo e o PSD querem tapar com demagogia.



Gazetilha

por Ignotus Sum

A regra

Se a estatística mente protestem os maiores mas informam os jornais que há estatisticamente mais pobreza no país do que em toda a CEE. Eu creio que o que se diz é verdade e dá mais fé dá mais força e mais alento ao tal desenvolvimento progresso de truz que traz um governo capataz da maior exploração.

A regra sabe-se já: ricos se mais ricos há mais pobres os pobres são...

Sobe e desce

A inflação não descansa desce a poupança.

Sobe a cobrança desce a poupança.

Incha a Finança desce a poupança.

Cresce a palrança desce a poupança.

Avança, avança a governança,

desce a poupança sobe a papança...

Os contos tontos

O Centro Cultural de Belém segue no trilho e papa, papa, papa milho como ninguém. Comedor infernal o Centro Cultural de Belém...

Seis milhões de contos é o preço — disseram no começo. Mas o comer e o gastar estão no começo. Nunca se fartam os comilões e o custo subiu para catorze milhões...

O Centro é um repuxo de ostentação e luxo. Troço após troço não tem fundo este poço. Pois agora o Governo já promete em orçamentos tontos nada menos que vinte e sete chorudos milhões de contos...

Claro são muitos a fazer... São muitos a comer milhão após milhão e tudo a bem do Centro Cultural de Belém...

Os linces

Andou o Real, Fernando, em passeata. E, fazendo aumentar a poluição, lá foi de região em região lá foi de discursata em discursata...

Mas afinal, senhores, de que trata aquela realíssima função? Bem, ele quer lutar contra a extinção tão falada do lince da Malcata.

Teme que, à falta de árvores e de flores, por ser a serra assim tão insegura, um dia acabem os depredadores.

Pois sossegue o Fernando, que em tal arte, há linces a valer, e com fartura, no governo letal que de que faz parte...

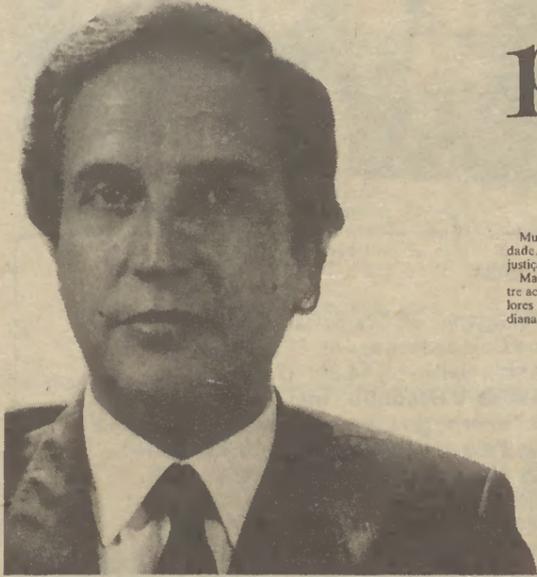
Agenda

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 881
8 de Novembro de 1990
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Portugal pode ser Melhor!

Anos 90



Carlos Carvalhas

Muitos falam em liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade, justiça social, direitos do Homem. Mais importante é a coerência entre actos e palavras. É dar a esses valores um conteúdo real na vida quotidiana e nas soluções políticas.

A candidatura promovida pelo PCP quer dar voz a uma vasta corrente de opinião que partilha da esperança e da vontade da construção de uma alternativa democrática. Pretende contribuir para o debate de ideias sobre os grandes problemas da sociedade portuguesa, sobre o estatuto e a função do Presidente da República.

Afirmamos uma sólida convicção e testemunhamos um imenso empenho: Nos anos 90 Portugal pode, deve e tem de ser melhor!

Carlos Carvalhas

Dia 8 de Novembro

Amadora — 10.30 visita à SOREFAME, com almoço com os trabalhadores às 12.00; às 14.30 visita ao Centro de Dia da Brandoa; às 15.00 convívio com reformados do Concelho no Recreios Desportivos (ex-Cine-Plaza), na Amadora (durante o convívio Carlos Carvalhas fará uma declaração); 21.00 jantar-convívio com eleitos das autarquias, ORTs, colectividades e outras estruturas populares (na Amadora, Carlos Carvalhas será acompanhado pelo mandatário nacional da candidatura, António Abreu).

Dia 10 de Novembro

Costa da Caparica — Carlos Carvalhas participa nos trabalhos da Conferência Regional do PCP sobre o Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal, que decorre a partir das 9.45 no Edifício Varandas do Atlântico; às 13.00 almoça com representantes da

Comunicação Social (no mesmo edifício) e às 18.30 proferirá a intervenção de encerramento da Conferência.

Dia 11 de Novembro

Vila Real e Viseu — No domingo, dia 11, em Vila Real, pelas 11.30, Carlos Carvalhas terá um encontro com os representantes da Comunicação Social e pelas 13.00, em Parada (Vila Pouca de Aguiar) participará num convívio/magusto com militantes e apoiantes. Em Viseu, pelas 19.30, participa num jantar/convívio a realizar na Escola Secundária Viriato.

Dias 13 e 14 de Novembro

Madeira — No dia 13, às 13.00, almoço com apoiantes e às 19.30 sessão pública no hotel Orquídea; no dia 14, às 17.30, contacto com a população na «baixa» do Funchal.

Quinta

* VILA FRANCA DE XIRA

Plenário concelhio de quadros do Partido, no CT de Alhandra, às 21.30 horas, para debater a situação política e preparar a 2ª Assembleia da ORL. Participa o camarada José Casanova, da Comissão Política.

Sexta

* ÉVORA

Encontro de cooperativas agrícolas de produção, com o lema «Por uma política agrícola ao serviço do País». A partir das 10 horas, no Palácio D. Manuel.

* LOULÉ

Assinalando o aniversário da revolução de Outubro, realiza-se a partir das 19 horas, no CT do PCP, um debate (seguido de magusto-convívio) com a participação de António Dias Lourenço, do CC do Partido e director do «Avante!».

* PORTO

Colóquio com Albano Nunes, do Secretariado do CC, sobre as conquistas revolucionárias do século XX, assinalando o 73º aniversário da revolução de Outubro. Decorre na Junta de Freguesia de Cedofeita, a partir das 21.30 horas.

Sábado

* CASCAIS

Plenário de militantes da freguesia do Estoril, a partir das 15 horas, no CT de Cascais, para debater a situação política e social e as tarefas do Partido; participa o camarada Euclides Pereira, do CC.

No CT de Tires, a partir das 15.30, reúnem os candidatos que integraram a lista da CDU para a freguesia de São Domingos de Rana.



Alvaro Cunhal na televisão

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, será entrevistado no programa Primeira Página, na próxima terça-feira, dia 13 de Novembro, pelas 22 horas e 30 minutos.

Quarta

* PORTO

As 21.30 horas, no Hotel Tuêla, é feita a apresentação pública do projecto de lei do PCP sobre gestão democrática das escolas.

da JCP, na Faculdade de Letras. Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, intervém no encerramento.

* OLHÃO

3ª Assembleia da organização do concelho, no auditório municipal, com início às 10 horas.

* COIMBRA

4ª Assembleia da organização de professores, a partir das 14.30, na Casa Municipal do Desporto (piscinas municipais), para apresentação e discussão do relatório de actividades e do programa de acção, e eleição do organismo de direcção.

* FUNCHAL

3ª Assembleia da organização concelhia, às 15 horas, nas instalações do Sindicato da Construção Civil. Para debater os problemas do concelho e a intervenção do Partido, é eleger a Comissão Concelhia.

* LEIRIA

Encontro regional do PCP sobre a situação social e orgânica nas empresas e o movimento sindical. Realiza-se no centro de trabalho da Marinha Grande, a partir das 14.30 horas, e conta com a participação de Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

* LISBOA

4ª Assembleia do sector de transportes da ORL, a partir das 10 horas, no Hotel Roma. No encerramento intervém José Casanova.

* OEIRAS

Sessão pública da CDU no Atlético Clube de Valejas, às 16 horas, após uma visita do vereador Celorico Moreira e de apoiantes da coligação à freguesia de Barcarena.

* PORTO

Plenário de militantes do sector da metalurgia, a partir das 9.30 horas, no CT da Boavista, para debater a situação social e política e a acção do PCP. Participa Emídio Ribeiro, da Comissão Executiva Nacional do CC.

* SETÚBAL

Conferência regional do Partido sobre o desenvolvimento integrado da península de Setúbal (desenvolvimento económico, transportes e acessibilidades, desenvolvimento sociocultural, ambiente e qualidade de vida), a partir das 9.30 horas, no edifício Varandas do Atlântico (Qta do Torrão, lote 54, 10º andar) na Costa da Caparica. Com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, e Manuel Sobral (da CEN do CC).

Domingo

* AMARANTE

A partir das 15 horas, no CT do PCP, realiza-se a 2ª Assembleia da organização concelhia.

* LISBOA

Encontro Nacional

Castanhas e água-pé

O São Martinho está à porta e a tradição obriga a comemorações condignamente acompanhadas de água-pé e castanhas, prendas ancestrais que o Outono nos oferece, geralmente acompanhadas por outros petiscos vários para satisfazer diferentes apetites. Magustos há muitos por esse país fora, e neste fim-de-semana alguns têm a particularidade de serem organizados por comunistas. É de alguns desses, cuja notícia chegou até nós, que agora damos conta.

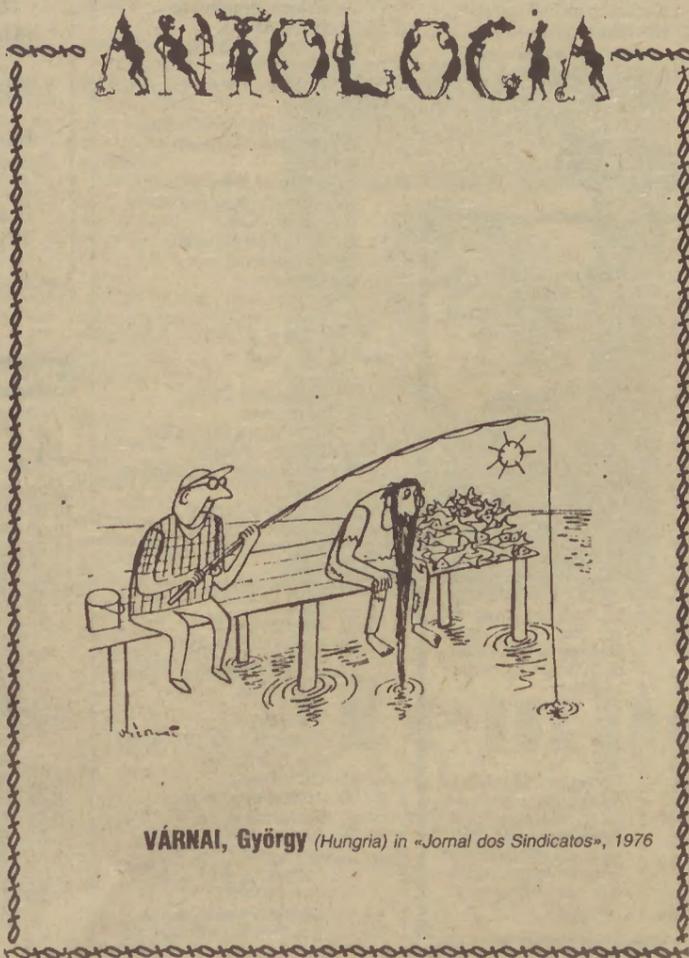
Logo na noite de sábado, na Quinta do Conde em Sesimbra, o magusto será acompanhado de baile com o conjunto Euro-Africa para uma animação a ocorrer no centro de trabalho do PCP na rua 6/Conde 2. Para além das castanhas e da água-pé, os comunistas do centro de trabalho de Alcábaldeche (rua Marquês de Angeia nº6) prometem chouriço assado, surpresas e boa disposição para um encontro marcado para as dezasseis horas. Promessas repetidas também pela comissão de freguesia de Carcavelos do PCP, organizadora do magusto no centro de trabalho de Carcavelos (junto à urbanização de Sassoeiros).

Comemoração da Revolução de Outubro, almoço-convívio e magusto serão acontecimentos no domingo, a partir das 13 horas no centro de trabalho de Oeiras numa organização das comissões de freguesia de Paço de Arcos e Oeiras com a participação de Romeu do Rosário, membro do Comité Central.

Intervenção política também fará parte do magusto do centro de trabalho de Tires, organizado pela comissão de freguesia de São Domingos de Rana do PCP, domingo às 16 horas, onde não vão faltar os petiscos, a música, o convívio, água-pé e castanhas...

Nos arredores de Lisboa o São Martinho também se vai comemorar no centro de trabalho de Tercena e no centro de trabalho de Algés, ambos domingo às 16 horas.

Então, que no dia de São Martinho todos abram a pipa e provem o vinho.



VÁRNAI, György (Hungria) in «Jornal dos Sindicatos», 1976

ENCONTRO NACIONAL
JCP
FAC. LETRAS
LISBOA
11 NOVEMBRO
1990

No próximo domingo, dia 11 de Novembro, jovens e activistas da JCP vão reunir-se num Encontro Nacional que se realizará nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa: sob a consigna «JCP, Paixão de Transformar», a iniciativa aponta para importantes objectivos, nomeadamente propor formas de resolução dos problemas dos jovens portugueses, intervir activa e criativamente nos próximos actos eleitorais, concretizar uma maior ligação ao movimento juvenil.

O Encontro Nacional da JCP funcionará em sete secções temáticas e, à hora do almoço, será organizado um convívio que assinalará o 11.º aniversário da JCP, onde não faltará um bojo gigante. Na sessão plenária de encerramento aguarda-se a intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

JCP do Distrito do Porto

Convívio aberto a todos os jovens no dia 10 de Novembro, a partir das 22.00, na sede Distrital da JCP (Avenida da Boavista, 601), com vista a celebrar o 11.º aniversário desta organização da juventude. Este convívio também servirá de ponto de encontro para os jovens participantes no Encontro Nacional, cuja partida para Lisboa está prevista para as 5 horas da manhã.

TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
11.00 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model (11º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Sem Legendas - «Canto Alegre» (11º epis.)
14.25 - Primeira Matinée - «Madigan», real. Don Siegel (EUA/1968, 100 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
16.50 - Cidades com Metro (8º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte (concurso)
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta (9º epis.)
21.25 - Euronico
22.20 - Memórias e Emoções (3º epis.)
23.25 - 24 Horas
00.05 - Remate

RTP2

12.00 - A Força Astral (8º epis.)
12.25 - Ora Agora Conto Eu
12.40 - Filhos e Filhas (59º epis.)
13.05 - Jerry Lewis (8º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Aventura (8º epis.)
16.20 - A Ilha das Borboletas (2º epis.)
16.45 - Recreio do 2
17.30 - O Eterno Feminino
18.30 - O Menino Doutor (20º epis.)
18.55 - Ti-ti-ti (59º epis.)
19.25 - Circo
19.45 - Via Rápida
20.00 - Magazine Regiões
20.40 - Dick Tracy (39º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - O Fosso e o Pêndulo
21.55 - Fora de Jogo
22.55 - Cineclube - «Ao Cair da Noite», real. John Ford, (Irlanda/1957, 78 min.)

Sexta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Canto Alegre
14.30 - Primeira Matinée - «Annie Hall», real. Woody Allen (EUA/1977, 93 min.)

16.00 - Ponto Por Ponto
16.50 - Transantártica (1º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - A Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta
21.25 - Sessão da Noite - «Aliens, o Recontro Final», real. James Cameron (EUA/1986, 131 min.)
23.55 - Chefe, Mas Pouco (39º epis.)
00.25 - 24 Horas
01.00 - Remate
01.25 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (8º epis.)

RTP2

12.00 - O Fantasma de Faffner Hall (13º epis.)
12.25 - Circo
13.00 - Filhos e Filhas
13.35 - Armação Ilimitada
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - História do Automóvel (5º epis.)
16.20 - Novos Horizontes
16.45 - Recreio do 2
17.30 - O Eterno Feminino
18.30 - Charlot
18.55 - Ti-ti-ti
19.25 - Circo
19.45 - Via Rápida
20.00 - Nunca Mais é Sábado
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - A Tenda dos Milagres (8º epis.)
22.10 - Rotações
23.10 - Pop-Off
23.40 - As Telas da Lei (1º epis.)

Sábado
RTP1

09.00 - À Mão de Semear
09.25 - Canal Jovem
13.00 - Encontro à Uma
13.50 - Os Melhores Anos (8º epis.)
14.15 - Knebworth (3ª parte)
15.35 - Regresso às Origens (últº epis.)
16.35 - Primeira Matinée - «No País da Alegria», real. Melvin Frank (EUA/1959, 110 min.)
18.30 - Fogo Grego (2º epis.)
18.55 - Hooperman (8º epis.)
19.20 - TVer
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.30 - Há Lobos na Aldeia (telefilme baseado num caso real, guião de Cecília Neto, António Barradas e Maria Antónia Palla)
22.15 - Casa Cheia (7º progr.)
23.00 - Champagne Charlie (2º epis.)

00.10 - Última Sessão - «As Asas do Desejo», real. Wim Wenders (RFA-França/1987, 120 min.)

RTP2

09.00 - Universidade Aberta
10.10 - Fora de Horas
10.50 - National Geographic (14º epis.)
11.45 - Forum Musical
13.00 - Agarra o 2
14.00 - Cine-Sábado - «A Taberna do Irlandês», real. John Ford (EUA/1963, 105 min.)
16.00 - Estádio
18.30 - Jornal Fim de Semana
19.00 - Arca de Noé (concurso - 8º sessão)
19.45 - Stringer, o Correspondente (8º epis.)
20.35 - Tauromaquia
21.00 - Estádio
23.40 - Jacques Higelin
00.30 - O Decálogo (7º epis.)

Domingo
RTP1

09.00 - Canal Jovem
11.30 - Missa
12.30 - 70x7
13.00 - Notícias
13.15 - Os Gophers (8º epis.)
13.40 - Cousteau - A Redescoberta do Planeta (últ. epis.)
14.30 - Mapa Cor de Rock
15.30 - Primeira Matinée - «Banda do Cidadão», real. Jonathan Demme (EUA/1977, 94 min.)
17.10 - Que Família! (6º epis.)
17.40 - Regresso ao Passado (8º progr.)
18.55 - McGyver (20º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.45 - Boletim Meteorológico
21.00 - Kananga do Japão (8º epis.)
22.30 - Domingo Desportivo
00.05 - Controvérsias

RTP2

09.00 - Outras Músicas
11.00 - Caminhos
11.30 - Agarra o 2
12.30 - Competir
13.00 - Troféu
18.00 - Vida Nova (8º epis.)
19.00 - Nós 2
20.00 - Bismarck (série, 1º epis.)
20.45 - Palavra Puxa Palavra (7ª sessão)
21.30 - Artes e Letras - «Retrato de Peggy Ashcroft» (2ª parte)
22.10 - Cineclube - «A Desaparecida», real. John Ford (EUA 56,113 min.)

Segunda
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Sem Legendas: «Clubíssimo» (1º epis.)
14.25 - Primeira Matinée - «A Rainha do Baile», real. Sam O'Steen (EUA/1975, 97 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
16.50 - Maravilhas do Mundo Selvagem (9º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta
21.10 - Desenhos Animados
21.25 - Alf (9º epis.)
22.00 - O Preço Certo (concurso)
23.15 - O Céu Como Horizonte (5º epis.)
00.20 - 24 Horas
00.55 - Remate

RTP2

12.00 - Johnny Quest (9º epis.)
12.25 - Ora Agora Conto Eu
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Arsénio Hall (9º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Maravilhas do Planeta
16.50 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Fora de Horas
18.55 - Ti-Ti-Ti
19.20 - Circo
19.40 - Via Rápida
19.50 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Acerto de contas
22.20 - Bailado: «Dançando para o senhor B...», prod. e real. de Anne Belle
23.55 - Boletim Meteorológico

Terça
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Sem Legendas: «Clubíssimo»
14.30 - Primeira Matinée - «Um Anjo de Verde», real. Marvin Chomsky, (EUA/1987, 96 min.)
16.05 - Ponto Por Ponto
16.50 - O Mundo (9º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - A Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta
21.10 - Desenhos Animados
21.25 - Modelo e Detective (8º epis.)
22.25 - Primeira Página: com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP
23.30 - Allô, Allô (9º epis.)
00.00 - 24 Horas
00.35 - Remate

RTP2

12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 - Ora Agora Conto Eu
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Um Século de Canções (2º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha
16.00 - Viajando pelo Mundo (9º epis.)
16.15 - Os Henderson (11º epis.)
16.40 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - A Irmã Kate (19º epis.)
18.55 - Ti-Ti-Ti
19.25 - Circo
19.40 - Via Rápida
19.50 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemagazine
21.55 - Cinemadois - «A Vida em Família», real. Ken Loach (Grã-Bretanha/1971, 104 min.)
23.40 - Universidade Aberta
00.05 - Boletim Meteorológico


Filmes

«Madigan» - 5ª, 14.25, RTP-1
«Ao Cair da Noite» - 5ª, 22.55, RTP-2
«Annie Hall» - 6ª, 14.30, RTP-1
«Aliens, o Recontro Final» - 6ª, 21.25, RTP-1
«A Taberna do Irlandês» - sáb., 14.00, RTP-2
«No País da Alegria» - sáb., 16.35, RTP-1
«As Asas do Desejo» - sáb., 00.10, RTP-1
«Banda do Cidadão» - dom., 15.30, RTP-1
«A Desaparecida» - dom., 22.10, RTP-2
«A Rainha do Baile» - 2ª, 14.25, RTP-1
«O Anjo de Verde» - 3ª, 14.30, RTP-1
«Vida em Família» - 3ª, 21.55, RTP-2
«Luzes da Ribalta» - 4ª, 13.45, RTP-1
«Pacto Fatal» - 4ª, 21.40, RTP-1

Música

Quinta
19.45, RTP-2: Via Rápida

Sexta
19.45, RTP-2: Via Rápida
23.10, RTP-2: Pop-Off

Sábado
11.55, RTP-2: Forum Musical
23.30, RTP-2: Jacques Higelin

Domingo
14.30, RTP-1: Mapa Cor de Rock

Segunda
19.40, RTP-2: Via Rápida

Terça
19.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta
19.40, RTP-2: Via Rápida

Bailado

«Dançando para o sr. B...» - 2ª, 22.20, RTP-2

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.05), 6ª (01.00), 2ª (00.55), 3ª (00.35), 4ª (00.15)
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
Troféu - RTP-2, dom., 13.00

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 25. Sáb. e dom. às 15.30 e às 17. **A Menina do Mar**, de Sophia de Mello Breyner, encen. Filipe Crawford.

Chapitô, Costa do Castelo. De 3ª a dom. às 21.30. **O Papá Não Estava Lá**, de Fernando Gomes (até 11/11).

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala 1 - Um Elétrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

1ª Acto, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. **S'Tôres**, de John Godber, encen. Melinda Mourão, pelo grupo

Locomotiva (estreia hoje)

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb. às 16. **Loucos por Amor**, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. **Desejo Sob os Ulmeiros**, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Clube Estefânia, Rua Alexandre Braga. Todos os dias às 21.45, aos domingos também às 16. **Play Strindberg**, de Friederich Durrenmatt, encen. Júlio Castronuovo, pela Companhia Seiva Trupe (até 11/11).

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Quem Tem Medo de Virgínia Wolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.

Teatro Maizum, Rua Poiais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. **A Teia**, de Graça Gonçalves, encen. Silvína Pereira.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Vórtice**, de Noel Coward, encen. Norberto Barroca.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Minetti, Retrato do Artista Quando Velho**, de Thomas Bernhard, encen. Ricardo Pais.

Teatro da Trindade, Rua Nova da

Trindade. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **Os Bichos**, de Miguel Torga, pelo Grupo O Bando.

Para crianças

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

Teatro de Animação, Rua Prof. Santos Lucas, 36. 3ª, 5ª e 6ª às 10, 11.30 e 14; sáb. às 16; dom. às 11. **Cada Macaco no seu Galho**, pelo Grupo Os Papa-Léguas.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada. 3ª a sáb. às 19.00, dom. às 15.00. **Amor a Quanto Obrigas**, de Gil Vicente, encen. Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada.



«Pacto Fatal», real. John Flynn (EUA/1987, 91 min.)

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Dick Tracy	—	★★★★	★★★	★★
B	Maridos à Água	★★★	★★★	—	★★★
C	Non ou a Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
D	Henry e June	—	★★	—	★★★
E	O Expresso dos Malditos	—	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Warren Beatty — Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15); — Lisboa.
- B — Real. Peter Greenaway — Quarteto/1 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24.00); Lisboa.
- C — Real. Manoel de Oliveira — Forum Picoas/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.45, 22) King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45); Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.30, 21.45); — Lisboa.
- D — Real. Peter Hyams — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30); Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15) Lisboa.
- E — Real. Philip Kaufman — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); ; São Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

...e ainda Música, debates, etc.



culturas na via da aproximação e cooperação entre os povos dos dois países».

O conjunto coreográfico popular «Molodost» e o Trio «Retró», a par de uma exposição de pintura, fotografia e artesanato constituem alguns dos ingredientes desta embaixada cultural soviética proveniente este ano da cidade de Yaroslavl, região conhecida pela sua boa cozinha, também ela presente. No decorrer da sua estadia no nosso país, os grupos musicais actuarão em Braga, no Teatro Circo (amanhã, dia 9); em Coimbra, no Teatro Gil Vicente (dia 10) e no Barreiro, na Casa da Cultura da Quimigal (dia 11)

Livros de Espanha

Desde a passada terça-feira e até sete de Dezembro uma oportunidade única de o leitor ter uma visão da literatura espanhola nos últimos dez anos. É uma exposição de livros, com mais de 3500 títulos, patente no Centro Forum Picoas, Lisboa.

Lisboa em Jazz

Aproxima-se do seu final o programa «Lisboa em Jazz 1990», promovido pela Câmara Municipal de Lisboa. Os espectáculos têm decorrido todos no Teatro S. Luiz, local onde hoje, às 21.45 horas, poderá assistir à actuação do Quarteto de Saxofones do Porto e de Mário Laginha Quarteto. No próximo sábado, dia 10, também às 21.45 horas, é a vez de subirem ao palco Carlos Martins Quarteto com Ralph Peterson Jr. e de Maria João Trío com Niels H. Orsted Pedersen e Aki Takase.

Exposições



Costa Pinheiro em Serralves

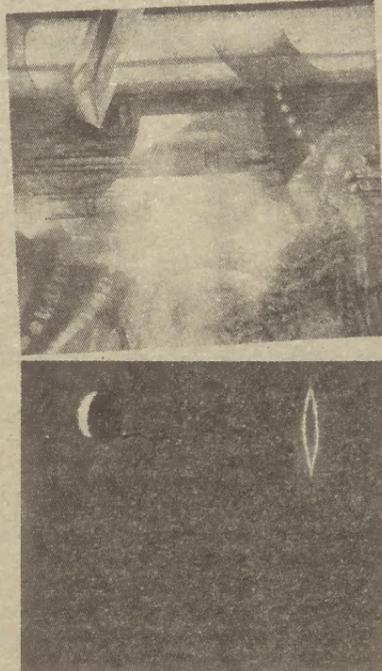
LISBOA
Alfredo Luz - «Sons da Terra», pintura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40 (até 10/11)
Alice Vinhas - Desenho. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 2ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 8/11)
André Gomes - Fotografia. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20; sáb. das 16 às 20 (até 17/11)
António Sena - «Obras sobre papel» (retrospectiva). Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 11/11)
Carlos Moura - Aguarelas. Livraria Barata, Av. Roma, 11. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 10/11)
Constança Meira - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 23/11)
Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17
D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - biblio-icongráfica, com os planos e projectos do Aquecedo das Águas Livres e obras de arte que inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno.

no. Das 14 às 19 (até 31/12)
Espluga Pinto - Pintura. Galeria Holly, Lg. da Trindade, 17. De 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; 2ª das 15 às 19.30 (até 17/11)
Francisco Laranjo - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19
Gabriela Albergaria - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/11)
Graça Martins - Pintura. Clube Cinquentista, Rua de S.

cais, 1-B. (até 24/11)
Nelson Dias - Pintura. Gal. Alfa Mixta, Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 10/11)
«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20
Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom.

vista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 29/11)
Joaquim Bravo - Pintura e desenho (inéditos). Gal. Pedro Oliveira, Calç. de Monchique, 3. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 24/11)
Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30
Manuel Casimiro - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 30/11)

OUTRAS LOCALIDADES
25 de Abril: Memória e Projecto de Um Tempo Recente (exposição integrada nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra). Até 30/11, Pátio da Inquisição, COIMBRA
Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA
Luís Azevedo - fotografia (Património Industrial - da pré-industrialização à in-



Carlos Carreiro e Manuel Casimiro: duas exposições no Porto

dustrialização do concelho do Seixal). Até 11/11, Moinho da Maré, CORROIOS
11ª Salão de Outono. Galeria do Casino Estoril. Todos os dias,

das 15 às 24 (até 11/11) ESTORIL

Isabel Sabino - «Maldades», pintura. Centro Cultural da Malaposta (até 11/11) LOURES
João Duarte - Escultura. Casa do Adro/Museu Municipal de Loures. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17; sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 25/11), LOURES

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

Surrealismo e Não Só - colectiva (obras de Cesariny, Cruzeiro Seixas, Fernando Azevedo, Vespereira, João Vieira, Rui Filipe). Galeria Neupersegama, Rua Miguel Bombarda, 15 TORRES NOVAS

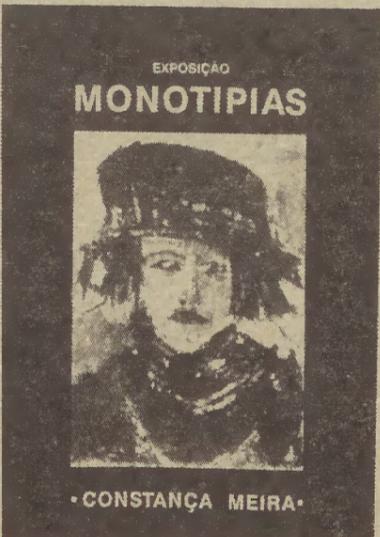


Isabel Sabino no Malaposta

Mamede ao Caldas, 9, 1ª (até 14/11)
Guilherme Parente, Boavida Amaro e José de Azevedo - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v, Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/11)
Isabel Cabral e Rodrigo Cabral - Escultura pintada. Galeria da Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36 (até 25/11)
Jorge Freire - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (até 10/11)
Kiki Lima - Pintura. Ditec-Espaço Arte, Av. da Greja, 46-A (até 9/11)
Manuel Oliveira - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século (até 17/11)
Marília Viegas - Desenho e gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro, 4. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 13/11)
Menez - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 30/11)
Michelangelo Pistoletto - Escultura. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cas-

das 10 às 17
Van Gogh: no centenário da sua morte - bibliográfica. Biblioteca Geral da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna
Vitor Fortes - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20 (até 10/11)
Vitor Pomar - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20.

PORTO
Alberto Pêssimo - instalação/desenho; **Eva de Brito e Cunha** - aguarelas e máscaras. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30; sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30; dom. das 14.30 às 20.30 (até 13/11)
Carlos Carreiro - Pintura. Galeria da Praça, Pç. da Liberdade. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19; sáb. das 15 às 19.30
Costa Pinheiro - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves.
João Salema - Pintura. Módulo, Av. Boa-



Constança Meira na Galeria João Hogan

«Dias da URSS em Portugal»

Decorrem até ao próximo dia 12 e, segundo os seus promotores — a Associação Portugal-URSS — o objectivo da iniciativa é concretizar um «efectivo diálogo de



LISBOA EM JAZZ 1990

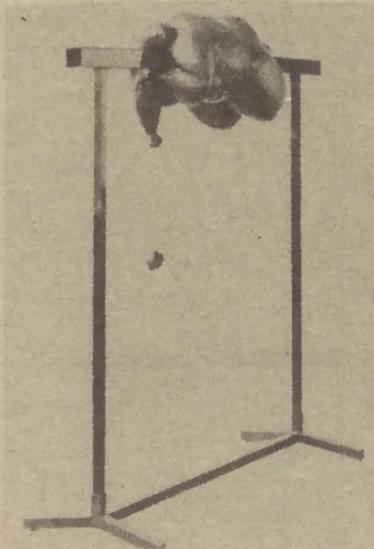
Ainda em Lisboa...

Inserido nos 3.ºs Festivais de Lisboa 1990 um destaque também para a representação da peça «La Cuadra de Sevilla», de Gabriel Garcia Marquez, com encenação de Salvador Tavora. É no Teatro Maria Matos e sobe à cena amanhã e sábado, às 21.30 horas.

Tempo Fim de Semana

Céu muito nublado ou encoberto na região Norte com períodos de chuva que se estendem às regiões Centro e Sul a partir da tarde de domingo.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



Novas esculturas de João Duarte em exposição a partir de sábado no Museu Municipal de Loures

a TV

É público e notório...

Aconteceu num **Jornal de Sábado**. O repórter, entrevistando um dirigente do Partido Socialista, referiu a posição que Cavaco apresenta nas sondagens. Aquele dirigente, por seu lado, argumentava com dois factos, igualmente relevantes: **comparado consigo próprio**, Cavaco Silva apresentava resultados negativos, e cada vez mais negativos, nas repetidas sondagens; por outro lado o Primeiro-Ministro contava com uma campanha frenética a seu favor, levada a cabo na televisão.

Nesta coluna já se tem chamado repetidamente a atenção para o facto. Ninguém pode fechar os olhos, ninguém pode fingir que não sabe.

Democracia - ou caricatura?

... Embora me seja lícito admitir que muitas pessoas, não telespectadoras habituais, ignorem a gravidade extrema da situação.

Claro que Cavaco Silva e seus ministros não aparecem nas telenovelas brasileiras nem nos concursos. Pelo menos por enquanto. Mas aparecem **todos** os dias em **todos** os noticiários, grandes e pequenos. Para tanto, qualquer pretexto serve.

Em certos **telejornais**, contam-se pelos dedos, na roda do ano, aqueles em que o presidente do PSD não comparece. Consultando as minhas notas dos últimos tempos aparece um único **telejornal** sem ele: o de sexta-feira, dia dois. Ainda dizem que sexta-feira não dá azar...

Mas no dia seguinte já tudo se recompôs. Cavaco foi a Castelo Branco e a reportagem lá esteve. Por acaso até foi engraçado, o repórter falava das manifestações de simpatia que a câmara não provou. Meia dúzia de presenças e algumas pobres velhinhas num coro com regente e tudo...

Ora bem. Há emissões do telejornal em que o presidente do PSD, travestido de Primeiro-Ministro, aparece, não uma, mas várias vezes - num processo que tem a ver, não com a informação, mas com a propaganda. Por enquanto, o **record** está em sete vezes...

Isto não pode manter-se. Disse aquele dirigente político: «Levem-me todos os exércitos e deixem-me a televisão». Descontado o exagero, fica a realidade de um Poder que pode viciar todo o jogo democrático.

E transformá-lo em mera caricatura...
A atenção do PS. A atenção de todos os partidos democráticos. A atenção de todos os portugueses.

Neo-nazis sobem

A violência nos recintos desportivos é um dos sintomas mais agudos da nossa época. Particularmente no futebol. **Hooliganismo** é uma estranha, híbrida palavra que entrou no nosso quotidiano. Não relembramos aqui exemplos chocantes, de tão divulgados que eles são.

Jornal de Domingo vem lembrar-nos que há situações em que o futebol mais não serve do que o pretexto para acções criminosas. Mostra-nos imagens de Leipzig. Acabara o jogo de futebol - e começaram as manifestações neo-nazis que puseram a cidade em pé de guerra.

Ficamos a saber que as forças neo-nazis não se atreviam a vir à superfície na ex-RDA. Agora, tendem a aumentar de dia para dia...

Pffff!, que importância tem isso!

O noticiário nacional continua a ser o parente pobre dos blocos informativos da RTP. Sim, que importância é que tem o que se passa num pequeno rectângulo atirado para a costa ocidental da Europa...

Os tais blocos abrem, regra geral, com as notícias do estrangeiro que por lá ficam, até que algum ministro ou subsecretário português se lembre de vir debitar algumas banalidades...

Foi o que sucedeu, por acaso, com o **Nós 2**, de domingo. Primeiro as notícias da URSS (claro!) depois as peripécias do Golfo. Onde por acaso ouvimos as palavras do James Baker: «Os americanos estão em sua casa onde quer que estejam em causa os nossos princípios...»

Ora bem. Descontado o tempo dedicado ao desporto, o noticiário internacional ocupou cerca de metade do noticiário total!

Portugal? Pffff! Que importância é que isso tem?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

De acordo na UGT

Diz quem sabe

«Cavaco Silva e o PSD já se apressaram a considerar a assinatura do presente acordo como uma vitória política e, por estranho que pareça, a UGT, com especial empenho de dirigentes socialistas, não parou ainda um instante de aparecer como o maior "vendedor" do produto negociado.

O secretário-geral da UGT pode vir repetir mil vezes que este é um bom acordo e que não sei quantos milhares ou milhões de trabalhadores vão ficar beneficiados com ele. Todavia, quem sabe melhor aquilo de que precisa são os próprios trabalhadores, e se Torres Couto quiser ouvi-los, como é capaz de fazer, verá que, afinal, tem estado a falar para o boneco e que parece mais um porta-voz de Cavaco Silva do que um dirigente socialista de uma central sindical democrática.

Naturalmente, como homem de grandes capacidades, o líder da UGT evoluiu para um tipo de sindicalismo à americana, que, embora esteja longe do alcance do pobre trabalhador lusitano, fica cada vez mais à vista num certo nível de sindicalismo. Carro com motorista particular, vivenda com piscina no Algarve, barco de recreio, cartões de crédito para os melhores restaurantes ou hotéis no país e no estrangeiro não são privilégios exclusivos dos capitalistas ou da burguesia que vive explorando os trabalhadores.

Como aconteceu com Henry Ford — dos automóveis —, com Nabeiro — dos Café Delta — ou com Tomás Taveira — das Amoreiras —, que começaram do nada, também no nosso sindicalismo há quem tenha chegado a estas lides quase com uma mão adiante a outra atrás e hoje faça inveja a muito patrão que não consegue sair da cepa torta. E isto nem sequer é exclusivo de altos dirigentes de centrais. Em sindicatos quase desconhecidos dos trabalhadores, podem ver-se dirigentes ostentando sinais exteriores de riqueza — isto utilizando uma expressão de Torres Couto, quando há algum tempo se deslocou a Belém para reclamar contra os exageros da vaga de novo-riquismo ostensivo, em contraste com a maior pobreza.»

(...)
«A UGT é uma central financeiramente falida. Os sindicatos não pagam as quotas, ou poucos o fazem. É preciso ir buscar dinheiro, pelo menos para pagar aos funcionários, embora alguns sejam contratados a prazo, como sucede em muitos casos. As centrais têm, como se compreende, as suas necessidades, principalmente quando têm sindicatos, mas não conseguem ter quotização/sócios. O que nunca pode acontecer é que, para poder sobreviver, um projecto sindical tenha de ficar dependente das contrapartidas ou

favores que qualquer governo dispensa em troca do que precisa — seja 13,5 ou 13,7 por cento.»

Um sindicalismo assim não serve os trabalhadores e acabará por se transformar em mais um meio de exploração a juntar aos que já se conhecem.

Se continuar a evoluir desta maneira, um dirigente com o espantoso engenho de um Torres Couto pode ser mais perigoso para os trabalhadores do que Salazar e Cavaco Silva juntos. Como secretário-geral de uma central sindical sempre é um dos "nossos" e, como tal, tem oportunidade que outros não podem ter, e só no não será se o não quiser ser — o que também é provável.»

(José Brandão, dirigente do SITRA e da UGT, "Público", 4 de Novembro)

Divergências, panelinhas e negócios

«Aparentemente, a assinatura do acordo social por parte da UGT veio reavivar antigas divergências no seio da central. O SITRA, pela voz de José Brandão, é um dos exemplos a apontar, o mesmo sucedendo com o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), que pretende "boicotar" o pacto firmado entre o Governo, a UGT, a CIP e CCP, com a ameaça de uma greve já este mês.

A Comissão Regional de Lisboa do Sitra pretende abandonar a central, e já não deposita "a mínima confiança" no seu secretário-geral, Casimiro Gomes, que acusa de fazer "panelinha" com Torres Couto. Segundo um membro do SITRA, "a carta que aquele dirigente escreveu a Torres Couto anunciando que se ia demitir da central "tem água no bico", já que os dois parecem ter acordado uma posição em relação ao sector dos transportes que não foi comunicada às bases, e que, à partida, prejudica os trabalhadores».

Além disso, está marcada para hoje uma conferência de imprensa em que José Brandão anunciou ir denunciar o envolvimento de dirigentes do seu sindicato "em negócios obscuros", acrescentando que "o procurador-geral da República deveria elaborar um inquérito sobre o que se passa na UGT e nos seus sindicatos, quanto ao encaminhamento que é dado ao dinheiro, particularmente ao da formação profissional».

(«Diário de Notícias», 6 de Novembro)

Guerra e paz

«O acordo económico e social assinado por Torres Couto no Conselho de Concertação, conquanto vise proporcionar um clima de paz sócio-laboral no País, parece capaz de vir a constituir motivo de prolongada guerra fratricida dentro da central sindical.

O cenário de contestação a Torres Couto está montado e não será fácil ao líder da UGT rebater as críticas que lhe são lançadas por alguns dos principais sindicatos associados designadamente o SITRA e o STE. Nem um nem outro parecem dispostos a aceitar os termos do "negócio" formalizado pela UGT e ameaçam já com formas de luta, quer contra as entidades patronais quer contra os dirigentes nacionais da União Geral de Trabalhadores.

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) admitiu ontem realizar ainda em Novembro uma greve de 24 horas, se resultar infrutífera a reunião desta semana com o secretário de Estado do Orçamento. A reunião tem em vista a alteração dos novos níveis salariais no sector que o Governo entende ser de 11,5 por cento e que os sindicalistas querem ao nível da taxa de inflação actual: 13,5 por cento.

Esta ameaça de greve parece ser mais uma consequência da assinatura do Acordo Económico e Social (AES), por parte da direcção da UGT, e que está a agitar diversos sindicatos seus filiados, que entendem não terem sido defendidos os seus interesses. Ontem foi a vez do STE apresentar as suas queixas e críticas à central sindical e fala-se já na necessidade de reestruturação do "super-sindicato" de Torres Couto.»

(«Correio da Manhã», 6 de Novembro)

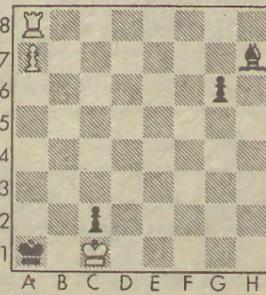
Xadrez

CCLXXVII - 8 de Novembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 277/A

Por.: Jürgen Möller
«Nationaltidende», 15.XII.1918

Pr.: [4]: Ps. c2, g6-Bh7-Ral
Br.: [3]: Pa7-Ta8-Rçj

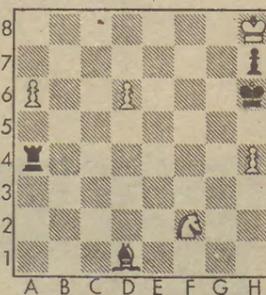


Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 277/B

Por.: Henri Rinck
«British Chess Magazine», 1915

Pr.: [4]: Ph7-Bd1-Ta4-Rh6
Br.: [5]: Ps.d6, h4-Cf2-Rh8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXVII

N.º 277/A (J. M.): 1. Tg8! B:g8; 2. a8=D, Ba2; 3. Dh8 ++
N.º 277/B (H. R.): 1. d7, Td4; 2. a7, Bf3. 3. CG4+, Rh5. 4. Cf6+, R:h4 (g6,h6). 5. Cd5! e g.

A. de M. M.

Damas

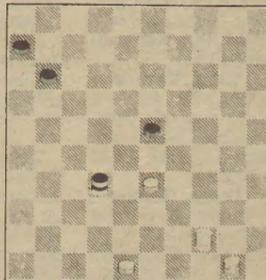
CCLXXVII - 8 de Novembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 277

Por.: M. J. Kuipers
- ML, 1972

Pr.: [4]: 6-11-23-(32)

Br.: [4]: 33-(44)-48-(50)



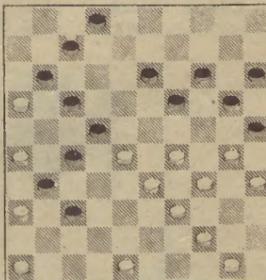
Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 277

Por.: René Fourgous
- Fr., 1985

Pr.: [14]: 2-7-11-13-14-17-19-20-22-25-27-31-37

Br.: [14]: 16-26-28-29-30-33-34-35-36-39-44-46-48-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CLXXVII

N.º 277 (M. J. K.): 1. 44-49! (32-16. 2. 33-29! (23x34). 3. 50-45 (34-39). 4. 45-34 (39x30). 5. 48-42! (?). 6. 42-38 e 7.49x5 + ou 49x35 (45) e +
SE:3. ... (34-40); 4. 45x29...12 + SE:5. 48-43? x, pois. 5. ... (26-38)!
GOLPE N.º 277 (R. F.): 1. 28-06 (19x28). 2. 29-24 (20x49xD). 4. 41x1=D (28x39); 5. 36x20 (15x24). 6. 16x7 (2x11). 7. 35-30 (24x35). 8. 1-40 (35x44). 9. 26-21 e 10. 21-17! +

A. de M. M.

A.V. Likholat

A FORMAÇÃO DA URSS

Expressão da política nacional leninista

edições **Avante!**